UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Escola de Comunicações e Artes
Erick Andre Roza

Net-ativismo: comunicação e mobilização em contextos reticulares.

São Paulo

2012

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Escola de Comunicações e Artes
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação

Net-ativismo: comunicação e mobilização em contextos reticulares.

Erick Andre Roza

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Área de Concentração Teoria e Pesquisa em Comunicação, Linha de Pesquisa Comunicação e Ambiências em Redes Digitais, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Ciências da comunicação, sob a orientação do Prof. Dr. Massimo Di Felice.

São Paulo

2012

BANCA EXAMINADORA:

_____

_____

_____

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus amigos atopinos pelas inúmeras conversas e seminários que ajudaram a construir esse trabalho e também meus pensamentos.

Agradeço um atopino em especial, o Prof. Massimo Di Felice, grande mestre, lição de dedicação à pesquisa e também um importante professor na postura democrática e atenciosa com todos à sua volta.

Importante agradecer, também o apoio fundamental da CAPES para a execução do projeto. Sem os recursos da bolsa de estudos o trabalho não teria a mesma qualidade e dedicação integral.

Como não agradecer aos inúmeros funcionários da pós-graduação da ECA e do PPGCOM que sempre nos ajudaram. Mesmo quando os problemas pareciam os mais insolúveis surgiam com uma forma de resolvê-los.

Agradeço aos meus amigos pelas conversas na rede e nos bares.

Agradeço a minha família pelo eterno apoio e incentivo.

Por fim, mas não menos importante, agradeço à Mariana que aguentou meu péssimo humor na reta final e pela grande ajuda na leitura do trabalho.

RESUMO

O trabalho realiza um percurso entre as teorias da ação coletiva e da comunicação digital para produzir uma reflexão sobre os significados da mobilização em contextos reticulares, ou net-ativismo. A partir das teorias apresentadas tentaremos organizar uma linha de interpretação que faça convergir esses dois campos para o entendimento do que vem a ser net-ativismo para que depois possamos realizar dois propósitos: primeiro, apresentar um mapa das principais ações de net-ativismo no Brasil e no Mundo. Segundo, contribuir para o desenvolvimento de uma teoria da ação que contemple as formas de mobilização net-ativistas entendendo seu significar e sua relação com as formas convencionais de ação política.

Palavras-chaves: Comunicação Digital; Net-ativismo; Mobilização Digital, ação coletiva.

ABSTRACT

The thesis follows a path between the theories of collective action and digital communications to develop an analysis of the meanings of mobilization in reticular contexts or net-activism. Based on the presented theories we will try to arrange a line of interpretation that makes those two fields converge to the understanding of the meaning of net-activism so that, afterwards, we can achieve two purposes: first, present a map of the main net-activism's actions in Brazil and around the world. Then, contribute to the development of a theory that beholds the different approaches of mobilizations net-activists to understand their meaning and their relation to the conventional approaches of political action.

Key-words: Digiatl communication; netactvism; digital mobilization; colective acction.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Exemplo de uma carteira Bitcoin 87

Imagem 2 - Praça Tahrir, Egito. 88

Imagem 3 – Página principal do site Wikileaks 90

Imagem 4 – Página do Site Chicago Crime 91

Imagem 5 – Página principal do Movimento 15M 92

Imagem 6 – Página principal do Site Occupy Wall Street 94

Imagem 7 – Página principal do coletivo Anonymous 96

Imagem 8 – Página do twitter da Lei Seca de São Paulo 101

Imagem 9 – Página do projeto *Buracos de Fortaleza*..... 102

Imagem 10 – Página principal do projeto *Rede Povos da Floresta* 103

Imagem 11 – Página principal do *Fórum Social Mundial.* 104

Imagem 12 – Página do blog *Fora Sarney*..... 106

Imagem 13 – Página do Projeto *Ficha Limpa*..... 107

Imagem 14 – Página do coletivo *Casa da Cultura Digital* 108

Imagem 15 – Página do coletivo *Transparência Hacker* 110

Imagem 16 – Página principal da *Agência Pública de Jornalismo* 111

Imagem 17 – Página do evento *Churrascão da Gente Diferenciada*..... 112

Imagem 18 – Página do facebook do evento *Marcha da Liberdade*..... 114

Imagem 19 – Blog do *Movimento Desocupa*..... 116

Sumário

Introdução – Ocuppy a dissertação 11

1. Questões metodológicas 23

1.1. Uma proposta de interação entre campos teóricos distintos 23

1.2. Uma proposta reticular 23

1.2.1. Ontologia(s) 24

1.2.2. Epistemologia 26

1.2.2.1. Determinismo tecnológico, causalidade e contexto histórico. 27

1.2.2.2. Tecnologia, mídia e seu caráter não instrumental. 31

1.2.2.3. Um espaço contínuo e móvel 32

1.3. O desenvolvimento da pesquisa 35

1.3.1. Forma de interação com a pesquisa 36

1.4. Objetivos 37

1.5. Algumas questões práticas sobre a construção do texto 38

1.5.1. O texto reticular 38

1.5.2. O uso de imagens de sites no corpo do texto 39

1.5.3. Uma leitura com duas posturas 40

2. O debate sobre os Movimentos Sociais e a Ação Coletiva 42

2.1. A Teoria da Mobilização de Recursos 45

2.2. A Teoria do Processo Político 50

2.3. A Teoria dos novos movimentos sociais ou paradigma europeu. 55

2.4. Novas temáticas 60

3. Net-ativismo: a mobilização em contextos digitais. 68

3.1. Os principais casos de net-ativismo internacional. 86

3.1.1. Bitcoin 86

3.1.2. Primavera Árabe 87

3.1.3. Wikileaks..... 88
3.1.4. Chicago Crime. 91
3.1.5. Movimento 15M 92
3.1.6. Ocuppy Wall Street..... 93
3.1.7. Anonymous..... 94
3.2. As experiências de net-ativismo brasileiro..... 100
3.2.1. Twitter da Lei Seca 100
3.2.2. Buracos Fortaleza..... 101
3.2.3. Rede povos da floresta..... 102
3.2.4. Fórum Social Mundial 104
3.2.5. Fora Sarney..... 105
3.2.6. Lei da Ficha Limpa 106
3.2.7. Casa da Cultura Digital..... 108
3.2.8. Churrasco da Gente diferenciada..... 111
3.2.9. Marcha da Maconha e Marcha da Liberdade 113
3.2.10. Movimento Desocupa 115
3.2.10.1. Movimento Crueldade nunca mais 116
4. Representações e significados da política em contextos digitais. 118
4.1. O Digital e o Estado..... 118
4.2. A mobilização “apesar” do Estado. 130
4.2.1. Não existem mais segredos de (e do) Estado. 131
4.2.2. A gestão do Território 132
4.2.3. A gestão das populações..... 134
4.2.4. A Economia Política..... 136
4.3. Uma revolução copernicana no pensamento político: Clastres e o contra Estado em uma leitura nas redes digitais. 140

4.3.1. O resgate do político entre os selvagens amplia a política entre nós. 141

4.3.2. Para uma sociedade forte, um chefe fraco. 145

4.3.3. Da troca e da guerra – uma critica a Lévi-Strauss e Hobbes na antropologia política de Clastres 149

4.3.4. A leitura de Deleuze e Guatarri..... 155

5. Conclusão..... 163

6. Referências Bibliográficas 167

Introdução – Ocuppy a dissertação

O desenvolvimento desse trabalho é resultado dos diálogos e da colaboração dentro do centro de pesquisa ATOPOS da ECA-USP, onde encontrei acolhida para o debate das minhas ideias ao mesmo tempo em que aprendi muito com as propostas de pesquisa dos demais pesquisadores. É muito difícil encontrar um ambiente que realmente permita uma colaboração acadêmica e que não esteja baseada em hierarquias e em uma relação de comando e obediência. No ATOPOS a vontade de pesquisar encontra interessados dispostos a contribuir e a ouvir, situação essencial para o desenvolvimento não só da pesquisa, mas também, e talvez mais importante, do pesquisador.

O título do nosso projeto mostra um pouco o caminho que percorremos até chegar aqui. O termo net-ativismo demonstra que nosso objetivo é centrar os estudos nas ações coletivas e mobilizações que acontecem em e através das redes digitais. Com isso não queremos dizer que nosso trabalho é sobre redes digitais, ao contrário, ele tenta entender a constituição de redes entre indivíduos, territórios e tecnologia e os novos sentidos que emergem dessa interação.

No entanto, ao entrar em um programa de pós-graduação em ciências da comunicação com o objetivo de estudar a mobilização produzida com os ambientes digitais, ficava claro que voltaríamos nossa atenção ao potencial trazido à tona pelo desenvolvimento das novas formas de comunicação, sobretudo as redes digitais, no surgimento, na organização e no desenvolvimento de movimentos que trabalham dentro da perspectiva da comunicação digital.

Primeira dificuldade posta em evidência: um amplo debate sobre movimentos sociais, mobilização e tudo que envolve as relações entre esses atores pouco aparecia nos textos da nossa área. Uma separação entre aquilo

que era passível de pesquisa na comunicação concentrava-se, no limite, dentro das teorias da comunicação que se avizinhavam das teorias da opinião pública.

Assim, a comunicação parecia não incorporar dentro de seu mapa teórico um debate mais amplo que colocasse em relação, de um lado, as teorias da ação social e, de outro, os ambientes comunicativos que pautavam tais ações. Evidente que essa postura não pode ser generalizada a todo o campo da comunicação, prova disso foi a forte aceitação (ou ao menos discussão) das obras de Habermas (1984, 1987), Arendt (1981), ou mesmo do próprio Weber (2004, 2006), entre outros. No entanto, insistimos que o debate tinha como eixo mais a teoria da opinião pública do que a teoria da ação propriamente dita.

Nossa proposta percorreria, assim, outro caminho: encontrar uma forma de reintroduzir a teoria da ação social dentro de uma leitura das novas tecnologias da comunicação. Mas para que obtivéssemos o mínimo sucesso era necessário concentrar a pesquisa nos autores que debatem a ação coletiva, ou seja, que estão pensando nas formas de ação social que são postas em prática pela relação entre diversos atores, mas que ao agirem produzem, de forma consciente ou inconsciente, um sentido ou um resultado fortemente direcionado e que pode ser apreendido pelo pesquisador.

Nas nossas pesquisas encontramos um intenso debate sobre a ação coletiva que começava a ganhar forma a partir dos anos sessenta e que se estende até hoje. Entre seus representantes vemos autores como Tilly (MCADAM; TARROW; TILLY, 2001), Melucci (1996), Habermas (1987) e Touraine (1989).

Restava agora retornar dessa viagem ao exterior e contar aos colegas um pouco do que encontramos nesse mundo distinto do nosso, lembrando que não somos assim tão diferentes. Iriamos então incluir na nossa constelação de autores já consagrados no campo da comunicação outros personagens ou novas abordagens de autores conhecidos. Percorrer a teoria da comunicação (WOLF, 2008; MATTELARD e MATELLARD, 1999), a teoria da opinião pública

e, por fim, a comunicação digital (DI FELICE, 2009; CASTELLS, 2002, 2003; DE KERCKHOVE, 2009; entre outros) para depois produzir uma explicação que desse conta das mobilizações em contextos digitais.

Por fim, precisávamos mostra como qualquer tipo de produção teórica que viéssemos a desenvolver teria uma aderência consistente com os eventos que pretendíamos explicar, caso contrário não faria sentido dar seguimento nesses estudos. Escolheríamos para tanto um caso que fosse exemplar da leitura que estávamos desenvolvendo para testar as considerações feitas, ou as hipóteses levantadas. Ao mesmo tempo acreditávamos estar aptos a essa altura a produzir uma tipologia que desse certa ordem aos exemplos de net-ativismo.

O caso escolhido foi uma sequência de eventos ocorridos entre 2011 e 2012, chamados de “marcha da maconha” e “marcha da liberdade”. Para produzir a análise recorreríamos a técnicas de pesquisa que se consolidaram no campo dos estudos da comunicação digital, estudos de redes sociais associados com uma abordagem etnográfica nas datas dos eventos como apresentado em Fragoso; Recuero; Amaral, 2011.

Percebam que o futuro do pretérito ganhou uma parte substantiva do nosso percurso até aqui. De fato muito daquilo que tínhamos como projeto na qualificação sofreu grandes alterações, e dois foram os motivos principais: primeiro, ao utilizar as técnicas de pesquisa associadas à teoria de que dispúnhamos não encontrávamos algo que nos ajudasse a responder às nossas perguntas. Em segundo lugar, os anos de 2011 e 2012 produziram eventos e mobilizações que escapavam ainda mais às explicações tradicionais sobre mobilizações ou sobre o papel da comunicação nesse processo.

Primeiro explodem as revoltas nos países do norte da África e Oriente Médio, que mais tarde seriam chamadas de “primavera árabe[1]”. Em um

[1] Para mais informações ver o capítulo IV.

período de apenas dois meses tem inicio uma sequência de revoltas populares, manifestações contra os regimes e ondas de protestos que toma conta de dezessete países. A forma como as revoltas ganham corpo deixa os especialistas com poucas explicações. O Egito é um exemplo interessante: as manifestações ganham as ruas de diversas cidades, como Alexandria e Cairo. Nessa última encontra-se a Praça Tahrir, local que aglutinou inúmeras manifestações e, por consequência, fortes repressões. Uma das questões mais impressionantes é que na grande maioria das vezes as manifestações não possuíam uma liderança clara centrada em um partido ou grupo político, ao mesmo tempo as manifestações pareciam surgir espontaneamente, sem uma organização que a comandasse. A presença de jovens e mulheres como atores desse processo muitas vezes tomava forma a partir das redes digitais, local da expressão da opinião e da ação, bem como da coordenação política.

No ano de 2011, sob inspiração de tais revoltas, surgem em diversas partes do mundo movimentos de participação popular com vistas a questionar seja a política tradicional, seja a desigualdade crescente nos países desenvolvidos. O *Movimento dos Indignados* e o *Occupy Wall Street* foram algumas das manifestações que reverberaram e tiveram forte significado associado ao uso das novas tecnologias de comunicação.

O *Movimento dos Indignados* surge na Espanha após uma série de mobilizações nas redes sociais digitais por reformas políticas, fim do financiamento público de partidos políticos, inabilitação para o exercício legislativo de políticos com processos ou condenados, contra o desemprego, e a corrupção, que culminaram nas manifestações e ocupação da Praça Porta do Sol em Madrid em 15 de maio de 2011. As manifestações se espalharam por toda Europa representando a insatisfação pública contra o poder dos bancos, contra a crise e a favor de uma democracia direta.

Inspirados no *Movimento dos Indignados* da Espanha e nas revoltas árabes, o Movimento *Occupy Wall Street* iniciou-se em 17 de setembro de 2011 com cerca de 1.000 pessoas protestando pacificamente em Wall Street em Nova Iorque, Estados Unidos, contra o sistema financeiro, considerado o

causador da recessão norte americana. A mobilização iniciou-se pelas redes sociais digitais com a organização não governamental Adbusters Media Foundation - uma rede reunida em torno de ideias e práticas anticonsumistas mantenedora de uma revista voltada para a temática - e o coletivo *Anonymous*. Durante o ano de 2011, os bancos nos Estados Unidos receberam ajuda econômica do governo Obama, causando indignação na população estadunidense atingida por uma das maiores recessões dos últimos tempos. O Movimento *Occupy Wall* foi considerado a maior mobilização popular nos Estados Unidos no século XXI e obteve apoio de muitas personalidades públicas do país[2].

Não fazia mais sentido, portanto, continuar com um percurso de análise de um único caso que não daria conta de alcançar os objetivos propostos. Tínhamos então duas escolhas: ou bem continuávamos trabalhando com o caso que escolhemos imaginando que dele pudesse sair qualquer resposta para o nosso problema, ou voltávamos nossa atenção para a crítica à teoria da ação coletiva e da teoria da comunicação digital, buscando outros referenciais que permitissem identificar onde existem as lacunas que deveríamos preencher. Optamos pelo caminho da crítica às teorias da mobilização e da comunicação digital por acreditar que esse é o exercício fundamental da pesquisa e do trabalho acadêmico.

Porém, o tempo é cruel com mudanças drásticas de rota. Não poderíamos seguir o caminho da crítica e dar o passo seguinte que seria uma análise extensiva dos casos que mapeamos e que no conjunto trariam solidez à nossa proposta. Os casos mapeados já estavam a nossa disposição e há poucos meses demos por terminada a construção mínima de uma proposta para tratá-los da maneira que julgamos adequada. O que vocês verão nos capítulos que se seguem é, portanto, um exercício preliminar de um processo teórico em desenvolvimento.

---

[2] Esse parágrafo faz parte do projeto de pesquisa Net-ativismo que vem sendo desenvolvido por nós no centro de pesquisa ATOPOS.

Eis o movimento que pretendemos produzir: a partir de uma crítica às teorias da comunicação digital e da mobilização, exercitar uma proposta de entendimento sobre o net-ativismo utilizando o mapa dos eventos como pontos de apoio à teoria. Quais são as formas de ação coletiva que dão sentido à política e como as redes digitais colaboram para a produção de um novo espaço político? Queremos entender as características e os significados sociais e políticos de tais ações produzidas nas interações entre indivíduos, território e tecnologia. Nosso percurso está dividido em sete capítulos.

No primeiro vocês verão relatos da confecção desse texto. Suas idas e vindas, as escolhas que fizemos entre conceitos, entre autores, enfim, as escolhas para o desenvolvimento do texto vêm junto com o a dissertação. Nesse capítulo será apresentada nossa perspectiva de pesquisa, à qual damos o nome de *perspectiva reticular*. Ela perpassa questões de níveis ontológicos, epistemológicos e da própria interação entre o pesquisador e sua pesquisa.

Tentamos deixar o mais claro possível a nossa posição dentro do universo de autores que apresentaremos nos capítulos seguintes. Mostramos, também, os elementos mais importantes que devem ser levados em consideração ao realizar uma pesquisa que envolva a comunicação digital: a interatividade, a mobilidade, a relação entre mobilidade, território e espaços informativos e a visão não-instrumental da mídia.

Discutimos, por fim, alguns dos métodos e técnicas mais frequentemente utilizadas na pesquisa em contextos digitais e quais são as vantagens e desvantagens de cada uma delas ao mesmo tempo em que apresentamos nossas escolhas em cada etapa. É nesse capítulo, então, que está posto o debate sobre os fundamentos metodológicos de nosso empreendimento.

O segundo capítulo faz uma revisão da literatura sobre mobilizações e ação coletiva em um espaço que reúne a sociologia e a ciência política. Fazemos um resgate pela perspectiva histórica que mostra os conflitos que esse campo de estudos apresentou ao longo das décadas e a forma como produziu suas convergências. Mais do que um simples resgate ou revisão

bibliográfica, o intuito é recuperar dentro do campo da comunicação um debate que se encontra bem avançado em outros campos[3].

Acompanhamos o debate entre três teorias fundamentais no campo da mobilização a partir dos anos 60. Primeiro a *Teoria da Mobilização de Recursos* (TMR) que retorna o fundamento da teoria weberiana na qual a ação coletiva tem sempre uma racionalidade e cabe ao pesquisador descobri-la (MCCARTHY; ZALD, 1977). A TMR se insurge contra a ideia marxista de que é a privação que constitui o fundamento da mobilização, defendendo que motivos para a mobilização todos têm o tempo todo, e que devemos entender porque existe um fosso entre meu desejo de mudar e a minha ação de mudar, entre portar razões e agir. Fundamentada nas teorias das organizações, esse grupo de pesquisadores será um dos primeiros a afirmar que as mobilizações são eventos da ordem do normal e não do patológico, por isso podem ser entendidas como qualquer outro processo de institucionalização, levando em conta principalmente como os atores conseguem mobilizar os diversos recursos de que precisam em prol dos objetivos que pretendem alcançar.

Na sequência estudaremos os trabalhos do grupo denominado *Teoria do Processo Político* (TPP). Seus argumentos estão ligados a contextos de longa duração no qual os agentes estabelecem negociações e inovações dentro de um espaço limitado pela *Estrutura de Oportunidades* de cada momento histórico. Assim, o contexto político é o que determina as mobilizações. Para esse grupo de autores (MCADAM, TARROW, TILLY, 2001; MCADAM, 2008; TARROW, 2009) devemos esquecer a fronteira entre politica institucional e mobilizações coletivas, os diversos agentes migram de uma forma para outra de acordo com o contexto (*Estrutura de Oportunidades Políticas)*. Também não devemos parar em outras fronteiras artificiais como os Estados-nação ou

---

[3] O capítulo que organiza o debate sobre os movimentos sociais deve muito de sua confecção ao trabalho da professora Angela Alonso e a sua disciplina “Cultura e Ação Política – introdução ao debate contemporâneo” ministrada no departamento de sociologia da Universidade de São Paulo para os cursos de pós-graduação.

mesmo entre ações pacíficas ou violentas, seu objetivo é entender a relação entre os movimentos e os outros atores e a forma como as articulações variam no tempo, o *Processo Político.*

O debate prossegue com os textos que entendem as mobilizações surgidas no final dos anos sessenta e inicio dos anos setenta a partir de seus conteúdos inovadores, da aparição de atores novos e da construção de identidades e valores que não pautavam os movimentos sociais até então: são os autores da Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) (HABERMAS, 1987; MELUCCI, 1996; TOURAINE, 1989). Seu foco vai recair, portanto na constituição das novas identidades organizadas pelos movimentos sociais; identidades estas que são postas em movimento por uma radical mudança das bases do capitalismo tardio. Assim, seu projeto será identificar como as injunções entre novo capitalismo e novas demandas produzem novas mobilizações.

Por fim, mostraremos como os três grupos que disputavam a hegemonia do campo influenciam-se mutuamente produzindo no final dos anos 90 uma síntese teórica (ou ao menos uma “pax”) que ao mesmo tempo em que unifica o campo abre caminho para novas críticas, dessa vez feita pelo crescente grupo de pesquisadores que se organiza em torno da teoria das redes como modelo explicativo para a ação coletiva (EMIRBAYER, 1997; EMIRBAYER, GOODWIN, 1994; EMIRBAYER, MISCHE, 1998; MISCHE, 2011; PASSY, 2003).

O capítulo III trata de fazer o mesmo movimento realizado no capítulo II, só que agora trabalhando os autores da Teoria da Comunicação em geral e em seguida os autores que debatem a Comunicação Digital. Organizamos o capítulo seguindo a mesma lógica de uma história das teorias da comunicação e da comunicação digital. O objetivo aqui é produzir uma leitura que indique as correntes em disputa dentro do campo sempre tomando como referencial a relação que essas teorias articulam entre dois elementos importantes do nosso

trabalho: as tecnologias da comunicação de um lado, e os grupos que com elas se relacionam[4]. Como o debate nos é muito mais familiar por tratar-se do nosso campo tradicional de pesquisas, deixo para o desenvolvimento do capítulo maiores esclarecimentos como autores, correntes teóricas e as interações que delas decorrem.

Em seguida organizamos o mapa dos eventos de net-ativismo que discutimos nos demais capítulos. Seu objetivo não é apresentar um levantamento extensivo e definitivo dos eventos que ocorreram no período estudado, ele permite acima de tudo destacar os elementos que julgamos importante para produzir uma proposta mínima de explicação do ativismo em rede e na rede.

Sua divisão entre casos internacionais e casos brasileiros não tem a função de apresentar nenhuma diferença específica entre eles. Em princípio não estamos direcionando o olhar para esse tipo de possibilidade. Isso não quer dizer que não existam diferenças[5], nem que as diferenças que existam não sejam relevantes, simplesmente não foi esse o nosso intuito com a divisão. Apenas colocamos em relevo que o net-ativismo pode ser visto alhures, inclusive no Brasil, e que por isso mesmo nosso primeiro objetivo é uma definição que permita apreendê-lo em sua dinâmica geral, como veremos no desenvolver do texto.

Alguns casos podem, num primeiro momento, parecer distantes do ativismo em geral ou do net-ativismo em particular, no entanto à medida que foram inseridos nas leituras pertinentes em cada capítulo tentamos deixar claras as ligações entre tais exemplos e a teoria mais geral desenvolvida.

---

[4] As denominações são as mais diversas e dizem muito sobre como são interpretadas tais relações: massa, público, audiência, multidão, atores, enfim, uma miríade de conceitos que tentaremos mapear e agrupar dentro da lógica e dos pressupostos que animam esse trabalho.

[5] Apesar de não discutirmos aqui se existem diferenças achamos pouco provável que qualquer estudo que tenha o objetivo de realçar as diferenças não as encontre.

Assim, os eventos distribuem-se por um amplo espaço geográfico e de objetivos, mantendo restrito somente o recorte temporal que abrange, na maioria dos casos, o período entre o início de 2010 e o junho de 2012.

Após o mapeamento daremos inicio à construção da concepção de net-ativismo que desenvolveremos até o final do trabalho. Seu objetivo é lançar um olhar para as redes digitais não só tomadas como tecnologia de comunicação, mas como arquiteturas cognitivas que participam ativamente do processo de reorganização da vida social, concentrando-se principalmente nas formas de expressão da política nesse momento.

Para isso faremos algo próximo ao exercício recomendado por McLuhan e suas *Leis da Mídia* (1988): tentamos demonstrar como a tecnologia das redes digitais aperfeiçoa determinados elementos ao mesmo tempo em que torna outros obsoletos, produzindo uma dinâmica própria e diferente do que tínhamos até então.

Nossa atenção volta-se para a tecnologia aperfeiçoada durante os últimos séculos e que tem centralidade na vida política e social: o Estado. Como tecnologia e técnica de organização, gestão e controle de territórios e populações (Foucault, 2008) o Estado centraliza a política e faz com que ela orbite ao seu redor. Partidos políticos, democracia representativa, golpes, demandas sociais, e outras formas derivadas das interações com o Estado são tensionadas pelo surgimento de uma tecnologia que aponta para uma organização oposta: descentralizada, desterritorializada, não-hierárquica, etc.

O que movimenta nossa perspectiva é que o Estado, apresentado como tecno-burocracia dotada de alto grau de poder coercitivo, entra em conflito com uma tecnologia de outra ordem e capaz de substitui-lo, e os sinais desse potencial podem ser apreendidos nas novas formas de interação entre política e redes digitais. A recusa à institucionalização por parte dos atores, a produção de espaços de cooperação fora das estruturas de estado (e muitas vezes em conflito com as leis por ele impostas), gestão de territórios pensados como espaços informativos ou redes de redes (DI FELICE; CUTOLO; YANAZE,

2012); enfim a percepção de que talvez o Estado não seja mais o órgão privilegiado de comunicação entre os atores sociais como pensava Durkheim (2002) e que a lógica disciplinar (FOUCAULT, 2004) seja de fato substituída por outro tipo de interação[6].

Em resumo é a tensão entre a forma Estado e a potencia da forma digital que será colocada e apresentada nesse capítulo. Após apresentar os limites e questionamentos dirigidos ao Estado, desdobraremos nossa construção teórica em dois capítulos que apresentam, de fato, a chave de leitura das novas formas de pensar a política em contextos reticulares.

O capítulo IV tem um duplo objetivo. Primeiro quer apresentar a rede descentralizada e em constante transformação que tensiona aspectos funcionais da ordem moderna da forma Estado. Sistemas de regulação descentralizados de trocas, estratégias de mobilização e ação por territorialidades e espaços informativos a revelia do Estado, formulações de políticas outrora chamadas de públicas agora animadas pela lógica reticular. Será o momento de apresentar a capacidade inerente às novas tecnologias de, pela primeira vez, substituir o conjunto teco-burocrático centralizado no Estado.

O segundo objetivo do capítulo é debater com as visões desse processo que tentam associá-lo à tradição liberal ou, em última instância, ao neoliberalismo econômico aqui entendido como desregulamentação e limitação dos sistemas de controle do Estado na economia de mercado, competitiva, concorrencial e com tendências à concentração progressiva dos excedentes da riqueza socialmente produzida.

Ao final trataremos de outra face dessa nova dinâmica do político que apresenta a negação da política ao modelo de democracia representativa. Se o capítulo anterior mostrava a forma como a política é reabsorvida por espaços reticulares “glocais”, agora enfrentamos o debate que trata as

[6] Discutiremos nesse capitulo a sociedade de controle (DELEUZE, 2004).

expressões mais contundentes de reação ao modelo tradicional da politica moderna. Desorganização, imaturidade, falta de organismos claros de controle e de decisão, enfim, esse capítulo apresenta em primeiro lugar as críticas feitas, pela esquerda e pela direita, às novas mobilizações. Em seguida, tratamos de desmistificar essa leitura e mostrar a positividade presente na forma e no conteúdo expressos pelo ativismo reticular, ou net-ativismo. A leitura fundamenta-se na obra de Pierre Clastres (2003; 2004) operando no campo da democracia representativa a mesma postura teórica que o autor usa ao tratar das sociedades ameríndias.

É evidente que os dois últimos capítulos não definem tipologias e sim linhas de força, elas animam o novo. Não se trata nem de ufanismo tecnológico ou pior ainda, sua vertente determinista. É, portanto, um pensar que tenta amarrar dois elementos aparentemente desconexos (grupos que promovem novas formas de interação reticulares e os que atacam a velha estrutura do Estado), dando produtividade a ambas as ações. Atuando nessa lógica que integra os dois espaços, tentaremos dar uma compreensão mais ampla do fenômeno da ação social em contextos reticulares. Esperamos conseguir ao menos chegar próximo ao empreendimento final, apesar de acreditarmos estar ainda engatinhando na tarefa a que nos propusemos.

1. Questões metodológicas

1.1. Uma proposta de interação entre campos teóricos distintos

Uma das principais dificuldades encontradas neste trabalho foi a junção de duas temáticas que se apresentam separadas no cenário da pesquisa: a comunicação digital e as pesquisas sobre movimentos sociais. Por um lado a pesquisa em comunicação digital apresenta grande bibliografia sobre a temática da política de uma maneira mais geral, no entanto, o foco na mobilização dentro de um contexto digital está pouco presente, principalmente no Brasil. Por outro lado, os estudos sobre movimentos sociais somente muito recentemente abarcaram as temáticas das redes dentro da perspectiva da sociologia relacional. No entanto, mesmo dentro do grupo de pesquisadores preocupados com o estudo das redes, poucos dão espaço para a comunicação digital, relegando o debate sobre redes digitais para o segundo plano.

Dessa dificuldade inicial surge outra que amplifica a primeira ao mesmo tempo em que expõe os perigos desse caminho: a maioria das obras que tratam dos movimentos sociais está no campo da sociologia política, enquanto os textos utilizados como referência na temática do digital estão, na maioria dos casos, no campo da comunicação. Transitar entre esses dois campos não parece tarefa fácil. Os objetivos de cada um deles na sua constituição eram diversos e, por isso mesmo, devemos manter total atenção ao transitar os conceitos de um lado ao outro da fronteira, tendo em mente que o exercício será arriscado, mas necessário.

1.2. Uma proposta reticular

O trabalho que tentamos aqui desenvolver está organizado a partir de um conjunto de conceitos, epistemologias, procedimentos de interpretação e articulações entre essas partes, ao qual damos o nome de perspectiva reticular. Tal proposta apresenta-se distribuída pelos diversos níveis e etapas da pesquisa, por isso acreditamos que deve ser debatido aqui com mais clareza em seus detalhes. Pretendemos mostrar como o princípio da reticularidade tensiona aspectos ontológicos, epistemológicos, de definição do "objeto"[7] da pesquisa, assim como tensiona as formas de interação do pesquisador-pesquisa.

1.2.1. Ontologia(s)

Não é somente o modo como conhecemos ou a forma como lançamos o empreendimento de pesquisa que está em profunda transformação, o próprio pesquisador e o modo como ele se reconhece no mundo passa por mudanças profundas. As interações entre homem, tecnologia e ambiente fundam novas práticas, ações e formas de compreender e definir o humano ao mesmo tempo em que questionam a tradição antropocêntrica dos séculos anteriores. Com isso, como afirmam Di Felice, Cutolo, Yanaze (2012):

> "Analisar a natureza das transformações da ação na época contemporânea significa, portanto, não somente analisar as novas práticas de interações em redes, mas, sobretudo, investigar os novos significados emergentes do social e da participação no interior dos novos contextos simbiótico-transorgânicos. Nesses, o humano e o tecnológico desenvolvem novas formas de interações que, superando a forma antropocêntrica, apontam para práticas tecnológicas da sociabilidade onde as práticas sociais tradicionais são flanqueadas pelas interfaces digitais e pelas formas de interações entre humanos e tecnologias da informação, constituídas por fluxos comunicativos em rede

[7] O termo aparece aqui entre aspas porque carece de tratamento mais criterioso dentro da abordagem reticular. Nas próximas páginas também trataremos dos problemas no conceito de objeto de pesquisa.

> que parecem anular a distinção analógica entre emissor e receptor.” (DI FELICE, CUTOLO, YANAZE; 2012, p. 151).

O estudo da comunicação digital e das novas formas da política e do ativismo só pode alcançar seu propósito à medida que apresentam essa nova ontologia na qual os trabalhos se desenvolvem. A rede e sua ontologia é apresentada pelos autores também na perspectiva de Serres:

> “Michel Serres (1993) desenvolveu em sua filosofia da ciência o conceito de “filosofia mestiça” que se propõe como uma visão ontológica do conceito de rede. Segundo tal concepção, a rede se apresenta como um campo heterogêneo de tensões, sendo produzida por uma infinidade de pontos interligados nos quais nenhum ponto é privilegiado perante os demais, elemento este que permite a possibilidade de uma rede desenvolver-se através de múltiplos aspectos.” (DI FELICE, CUTOLO, YANAZE; 2012, p. 152).

Se a centralidade do humano na perspectiva reticular é colocada em discussão pela sua interação com a tecnologia e o ambiente, também quaisquer outras centralidades são postas em discussão. Assim, as separações entre sujeito pesquisador e objeto, entre emissor e receptor, entre a própria ideia de centro e de periferia serão aqui tensionadas pela nova ontologia reticular. É a própria organização rizomática que dá o tom dessa mudança na dinâmica de pesquisa:

> “Um rizoma não começa nem conclui, ele se concentra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo “ser”, mas o rizoma tem como tecido a conjunção “e...e...e”. (DELEUZE; GUATARRI, 2004, p.37).

Animada pela nova relação posta em movimento pelas redes digitais, a pesquisa assume uma postura que “pesquisa com” o espaço pesquisado, sem posicionar-se em um “local privilegiado de observação”. Ou melhor, identificando que a infinidade de pontos de vista reflete a própria organização reticular da pesquisa, que tem no devir contínuo nossa principal postura.

1.2.2. Epistemologia

No debate epistemológico sobre a rede e o pensamento reticular nos deparamos com uma das polêmicas mais antigas na filosofia da ciência e também nas ciências humanas e sociais em particular, a saber: o princípio da causalidade e a lógica da determinação dos fenômenos observados. Não é o caso aqui de reproduzir o extenso diálogo sobre a temática, assim, manteremos o foco na nossa proposta de apresentar uma interpretação reticular para o problema da determinação dos fenômenos estudados.

Uma leitura apressada pode questionar se não estamos nos distanciando demais da proposta desse pequeno trabalho. Vale então uma afirmação importante para que continuemos: talvez um dos maiores questionamentos feito à parte daqueles que discutem a comunicação digital e as tecnologias digitais seja o de levar em suas obras um forte determinismo tecnológico. A situação do debate é tão preocupantemente centrada na polêmica do determinismo tecnológico e na identificação deste ou daquele pesquisador com tal postura que, mesmo entre autores aparentemente alinhados sobre a importância das redes digitais, esse tipo de divergência e marcação aparece[8]. Evidente que no momento de desenvolvimento de um

---

[8] Pierre Levy, por exemplo, ao tratar das ideias de Marshall McLuhan no seu livro *As Tecnologias da Inteligência* (1995) lança mão da seguinte crítica "É preciso insistir nas dimensões coletivas, dinâmicas e sistêmicas das relações entre cultura e tecnologias intelectuais. Estas dimensões foram gravemente subestimadas por autores como Marshall McLuhan ou Walter ONG, que se polarizaram sobre a relação direta entre os indivíduos e as mídias. Segundo eles, os meios de comunicação seriam sobretudo prolongamentos da vida ou do ouvido. Toda a teoria macluhaniana, por exemplo, funda-se na hipótese segundo a qual cada nova mídia reorganiza o *sensorium* dos indivíduos. Mas os efeitos realmente coletivos como os que estão relacionados à recorrência de certos tipos de processamento das representações foram muito mal compreendidos. Chegamos, assim, ao paradoxo de uma análise imediata das mídias: como a impressão apresenta os signos de forma visual, sequencial e padronizada, provocaria uma forma de pensar visual, sequencial e padronizada.

texto e da organização do referencial teórico tais marcações são importantes para identificar o que de fato surge de novo no estudo proposto, mas por vezes a leitura centra-se em críticas pouco frutíferas para o campo da comunicação digital. É esse entendimento que tentamos aqui desfazer antes mesmo que seja levantado.

1.2.2.1. Determinismo tecnológico, causalidade e contexto histórico.

Gostaríamos de partir de um conceito pouco explorado nas ciências da comunicação, mas que possui em si um rendimento teórico potencialmente interessante e que abre caminhos para uma concepção reticular das possibilidades de conhecimento (epistemologia) dos processos envolvidos na construção de uma sociedade em rede: o conceito de afinidades eletivas.

O termo percorre um caminho peculiar: da alquimia, passando para os romances de Goethe, para finalmente chegar ao campo das ciências sociais através de Max Weber em várias de suas obras[9]. A noção de *afinidades eletivas* tem papel importante na forma como Weber apresenta as explicações dos fenômenos que estuda. No entanto, ele carece de uma conceituação mais detalhada e formalizada em seus textos. Tal tarefa será resgatada por Löwy (2011) em um artigo no qual ele toma para si a tarefa de delimitar a noção de *afinidade eletiva.* Diz ele:

> "Afinidade eletiva é o processo pelo qual duas formas culturais – religiosas, intelectuais, políticas ou econômicas – entram, a partir de determinadas analogias significativas, parentescos íntimos ou afinidades de sentidos, em uma

---

Este gênero de proposição é, evidentemente, apenas a caricatura grosseira de uma análise das relações entre atividade cognitiva e tecnologias intelectuais." (pg. 151).

[9] Dois bons exemplos são: (WEBER, 2004; WEBER, 2006).

> relação de atração e influência recíprocas, escolha mútua, convergência ativa e reforço mútuo.” (LÖWY, 2011, p. 139)

Nesse sentido, a *afinidade eletiva* precisa de algumas premissas, que Löwy organiza em níveis, para que de fato possa se realizar. A primeira premissa encontra-se na passagem da potência ao ato que se realiza na história. Para que certa afinidade eletiva aconteça, extrapole o campo do possível, são necessárias condições históricas e sociais concretas que permitam a sua realização (LÖWY, 2011).

Em um segundo momento ocorre a escolha ativa e mútua entre as configurações socioculturais que nos levam a formas específicas de interação e convergência. Importante ressaltar, como indica Löwy (2011), que as configurações tomam uma dinâmica interna, mas as estruturas que as organizam ainda mantêm-se separadas. Por fim, articula-se certa “simbiose cultural” na qual as figuras apresentam-se “organicamente associadas” produzindo, assim, o “desenvolvimento de uma intima e sólida unidade interna” (LÖWY, 2011).

Com a definição apresentada por Löwy podemos avançar indicando quais são seus rendimentos no nosso projeto sem, no entanto, deixar de apresentar algumas lacunas que precisam ser preenchidas para que, a nosso ver, o trabalho de Löwy possa entrar no campo da teoria da comunicação digital em geral e no net-ativismo em particular.

A mais importante contribuição dessa perspectiva funda-se na capacidade de dotar os conteúdos culturais da ideia de “atividade”. Tais conteúdos buscam, ativamente, as relações que produzirão as afinidades mais importantes para a consolidação de uma realidade historicamente situada. Como veremos outros autores corroboram com essa visão (LATOUR, 1994;

LEVY, 1993, 1995, 2004; MCLUHAN, 1969, 1972)[10] com pesos distintos para os elementos aos quais conferem essa potência de “atividade”.

Outra contribuição relevante da proposta weberiana, como Löwy aponta, é por fim aos determinismos e à monocausalidade. Em Weber a utilização do princípio da afinidade eletiva associa-se à “sua perspectiva pluralista”. Evita-se aqui o determinismo de qualquer sorte, econômico, religioso, entre formas políticas e, principalmente ao que nos concerne, o determinismo tecnológico. Ao mesmo tempo, o próprio princípio da causalidade, posto aqui em movimento como uma complexidade interativa, refuta as lógicas de causalidade direta, expressiva, entre tantas outras afeitas a linearidades explicativas típicas de um empirismo que teima em viver no final do século XIX[11].

Se a teoria de Weber nos ajuda a espantar os fantasmas que mencionamos, ela parece deixar de considerar um dos campos que anima nossa pesquisa e que cumpre um papel importante na teia de nossas conclusões: o elemento tecnológico. Em nenhum momento vemos um tratamento adequado à tecnologia devotado seja por parte de Weber, seja de Löwy[12]. Assim, acreditamos que pensar a tecnologia dentro da dinâmica das afinidades eletivas só pode ajudar se estabelecemos um espaço próprio, a partir do qual os elementos da técnica participam ativamente da constituição de nossa condição histórica atual.

---

[10]Esse capítulo tem como função apresentar nossa perspectiva de pesquisa, um debate mais aprofundado com os autores será desenvolvido nos capítulos seguintes, principalmente nos capítulos II e III.

[11] Evidente que o tema é muito mais amplo do que podemos tratar dentro de um mestrado. No entanto devemos mencionar também a enorme contribuição de Edgar Morin (2011) para o debate epistemológico

[12] Pode ser que alguns leitores afirmem ao contrário se tratar a tecnologia dentro de um campo maior ao qual muitas vezes Weber dá o nome de “material”. No entanto, nos parece que podemos responder com dois argumentos. O primeiro de que quando o autor invoca o termo “material” está, na maioria dos casos, tratando da “economia”, o que não é igual a tecnologia. Em segundo lugar, ao destacar o campo da tecnologia da noção de “cultura material” colocamos em relevo o potencial da tecnologia na composição de afinidades eletivas com os demais elementos já tratados por Weber.

Por fim, cabe aqui o mesmo alerta que fez Weber ao discutir o objeto de sua pesquisa em *A Ética Protestante e o "Espírito" do Capitalismo* (2006):

> "(...) não se deve de forma alguma defender uma tese tão disparatadamente doutrinária que se afirma, por exemplo: que o "espirito capitalista" pode surgir somente como resultado de determinados influxos da Reforma ou até mesmo: que o capitalismo enquanto sistema econômico é um produto da reforma. (...) (aqui) só serão elucidados o modo e a direção geral do efeito que, em virtude de tais afinidades eletivas, o movimento religioso exerceu sobre o desenvolvimento da cultura material." (WEBER, 2006, p. 82).

Nosso procedimento avança na mesma direção. Ele não tem por objetivo dar conta da totalidade daquilo que chamamos de net-ativismo. O intento é centrar os esforços no entendimento das relações entre o desenvolvimento tecnológico das últimas décadas e a sua afinidade ao campo político para produzir novas formas de ação nesse contexto. A relação que articulamos representa um caminho dentre a miríade de interações possíveis para dar inteligibilidade aos acontecimentos de nosso tempo.

Outro movimento que anima nosso trabalho e que se insere dentro da nossa metodologia de pesquisa é o reconhecimento do caráter histórico e socialmente situado das redes digitais. Ao estudar o net-ativismo devemos deixar claro que ele não opera desconectado do mundo que produziu as redes digitais e que essas mesmas redes possuem uma genética que deve ser levada em consideração. Por esse motivo, só conseguiremos dar a devida atenção ao fenômeno da comunicação digital situando-o dentro de um quadro mais amplo das revoluções comunicativas (DE KERCKHOVE, 2009; LEVY, 1995, 2004; DI FELICE, 2009, VATTIMO, 1992, 1996).

1.2.2.2. Tecnologia, mídia e seu caráter não instrumental.

Nossa proposta teórica filia-se a um conjunto de autores que identifica na tecnologia em geral e nas tecnologias midiáticas em particular um caráter não-instrumental[13]. A tecnologia deixa de ser uma ferramenta através da qual o homem interfere no ambiente para tornar-se parte constitutiva e constituinte do seu ser. Sua influência atinge, inclusive, a maneira como compreendemos o mundo, participando ativamente na constituição da cognição dos sujeitos.

Impossível, portanto, separar o homem das tecnologias que o rodeiam, bem como é impossível produzir uma concepção de humano que restrinja sua natureza às relações com um ambiente não tecnológico. Nosso espaço e nosso ser apresentam-se com a tecnologia, a forma como interagimos no território é a forma como interagimos também com a tecnologia. Di Felice partilha dessa concepção e diz:

> "(...) é necessário repensar o significado atribuído às nossas relações com o ambiente e ao habitar, em geral, a partir do conjunto das interações tecnológico-midiáticas que foram instauradas gradativamente entre nós e o mundo, dirigindo-se, assim, a perspectivas não mais antropomórficas ou instrumentais, mas eco-midiáticas." (DI FELICE, 2009, p. 65).

Essa íntima relação de constituição mútua entre homem e tecnologia já foi objeto de estudo de pesquisadores desde o início do século XX. Benjamin (1984), por exemplo, trata da questão sob a perspectiva da consolidação, a partir das tecnologias de seu tempo, de uma realidade inteiramente diversa daquela experimentada pelos europeus do século XIX ou mesmo dos séculos anteriores:

---

[13] Algo que de certa forma fica implícito ao tratarmos as tecnologias como um polo ativo na lógica das afinidades eletivas. No entanto, para dirimir qualquer dúvida detalhamos também esse ponto.

> "Os nossos botecos, as ruas de nossas metrópoles, os nossos escritórios, os nossos quartos decorados, as nossas estações, as nossas fábricas, pareciam nos fechar irremediavelmente. Depois chegou o cinema e com a dinamite dos décimos de segundo fez explodir esse mundo parecido com uma prisão; assim nós podemos iniciar aventurosas viagens no meio das suas ruinas. (...) Com o primeiro plano dilatam-se o espaço, com a tomada lenta dilatam-se o movimento. (...) Entende-se, assim, como a natureza que fala para a câmera seja distinta daquela que fala para o olho." (BENJAMIM, 1984, p.112).

Por fim, cabe uma importante definição apresentada por Galimberti (2006) que contribui para entender definitivamente a íntima relação entre a técnica e o humano, sem deixar que a instrumentalização tome conta das explicações e sem cair em um determinismo tecnológico:

> "A técnica não é neutra, porque cria um mundo com determinadas características com as quais não podemos deixar de conviver e, vivendo com elas, contrair hábitos que nos transformam obrigatoriamente. De fato, não somos seres imaculados e estranhos que às vezes se servem da técnica a às vezes dela prescindem. Pelo fato de habitarmos um mundo em que todas as suas partes estão tecnicamente organizadas, a técnica não é mais objeto de uma escolha nossa, pois é o nosso ambiente, onde fins e meios, escopos e idealizações, condutas, ações e paixões, inclusive sonhos e desejos, estão tecnicamente articulados e precisam da técnica para se expressar." (GALIMBERTI, 2006, p. 8).

Veremos ao longo dos capítulos que desenvolvem o debate sobre homem, técnica e ambiente que essa forma de apresentar o problema não é pacificada, muito menos hegemônica no campo da comunicação. Seus críticos partilham de uma longa linhagem que enxerga a interação com a técnica com ressalvas das mais diversas.

1.2.2.3. Um espaço contínuo e móvel

Uma possível confusão que pode dificultar o entendimento do trabalho é sobre o foco da pesquisa. Nosso trabalho trata do net-ativismo, algo que se caracteriza por seu uma ação em rede e nas redes Nosso foco recai sobre a necessidade de pensar as interações entre indivíduos, território, redes e tecnologias digitais com vistas ao aprofundamento conceitual e reflexivo do que caracteriza a ação nesse ambiente.

Por isso utilizamos o a terminologia "*netactivism*" ou net-ativismo, que deu título ao livro de Ed Schwartz (SCHWARTZ, 1996), a qual por sua vez vem da simplificação da expressão *Network-Ativismo,* que empregaremos aqui de forma a não restringir o seu significado ao âmbito da democracia eletrônica e das redes cidadãs de participação política ou aos usos da Internet propostos pelo ciberativismo, mas para também analisar uma nova forma de ativismo digital em rede e na rede que se articula como maximização das possibilidades de autonomia e da criatividade.

Tais movimentos consolidam uma identidade cidadã global, habitante das redes digitais, que não nega a diversidade local e cujas pautas reivindicatórias e de ação *glocal* avançam na direção do atendimento das necessidades comuns, tais como a democracia, equidade, consumo consciente, sustentabilidade etc., muitos deles constituindo redes de redes, ecossistemas onde sociedade, tecnologia e natureza tornam-se sujeitos interagentes.

Não faz sentido, portanto, discutir se o nosso objeto de pesquisa é a internet, ou mesmo se a nossa pesquisa está concentrada no ambiente digital. Não entendemos que possa trazer qualquer rendimento ao trabalho uma rígida separação entre um mundo definido como *off-line* e outro como *on-line.* Ao mesmo tempo, delimitar a arquitetura digital, reticular e interativa que se estabelece nesse espaço contínuo requer abandonar algumas premissas da pesquisa tradicional em comunicação. Duas importantes premissas que partilham da mesma visão são apresentadas por DI FELICE, CUTOLO e YANAZE (2012) em seu texto:

> "(...) a primeira é que, embora pensadas como um ecossistema, as arquiteturas interativas reticulares não devem ser abordadas através de uma concepção sistêmica, impossível de ser proposta dadas as suas características, mas através de uma particular concepção de ecossistemas que as vê como uma meta-territorialidade ilimitada e ilimitável, como pensada por biólogos como Tasley (ecossistema) e Lindeman (ciclo trófico). A segunda premissa é que, uma vez que não se torna precisamente delimitável, um ecossistema e sua arquitetura, não podem ser definidos (se não de forma arbitrária e decorrente de específicas necessidades) como um sistema complexo, articulado num conjunto de sub-partes integradas numa estrutura maior. Um ecossistema de redes de redes não é um sistema complexo, como vimos antes, mas um outro tipo de complexidade relacional e dinâmica não delimitável. Algo próximo a um oceano de fluxos, que, sendo composto por uma infinidade de elementos minerais, vegetais, animais, escapa, inevitavelmente, a qualquer tipo de definição. A pergunta a se fazer a esse respeito é onde termina o oceano, uma vez que ele regula o ciclo da água (evaporação, precipitação, infiltração) e que, portanto, influencia a vida e as condições de outros ambientes estendendo-se bem além de sua suposta geografia delimitada pelos continentes." (DI FELICE; CUTOLO; YANAZE, 2012, p. 181)

Esse espaço contínuo, composto de fluxos que não podemos circunscrever, ganha dentro do estudo do net-ativismo, uma potencialidade ulterior que trará importantes mudanças aos nossos estudos e que sem a devida atenção, levariam a uma leitura equivocada do processo: falamos da mobilidade.

Definimos mobilidade como a contínua mudança pela qual tudo passa. Concepção invocada às tradições pré-socráticas de Heráclito, mas que invoca também o *devir* presente na noção de rizoma (DEEUZE & GUATARRI, 2004), pois não conclui daí um centro, ou causa, que seja o princípio de tal mudança. Essa definição articula-se com uma das características mais recentes da comunicação digital, a mobilidade alcançada pelos aparelhos celulares conectados à internet. Tais dispositivos organizam a cada nova conexão com a rede um novo indivíduo, uma nova espacialidade e uma nova territorialidade.

Colocados em movimento, não podem, de forma alguma, ser reduzidos às teorias das redes sociais, pois essas ainda parecem reencontrar na noção de *nó* uma identidade (que se opõe à diferença como fundamento) do indivíduo que se conecta sem levar em conta aspectos importantes de sua desterritorialização (DLEUZE, GUATARRI; 2004) principalmente sua constante negociação nos novos info-territórios. As teorias das redes sociais, ao darem demasiada atenção à empiria organizada pelos nós e fluxos, ainda persistem na separação *objeto-sujeito pesquisador* e pouco atenta às múltiplas interações entre indivíduos, territórios e tecnologias (FRAGOSO, RECUERO, AMARAL, 2011; BARABASI, 2003).

1.3. O desenvolvimento da pesquisa

Nossa proposta de pesquisa está, assim, na interação entre os indivíduos, a tecnologia e os territórios na direção de um novo tipo de ativismo e de relação com a política. Se já deixamos clara a nossa postura em relação à tecnologia e em relação à mobilidade produzida nessa interação temos de mostrar como se dará nossa interação, como pesquisadores, no espaço da pesquisa.

A primeira questão que devemos levantar no desenvolvimento da pesquisa é a relação com os dados empíricos. Não utilizaremos aqui a estratégia de pesquisa que privilegia a coleta de dados para a utilização das técnicas de pesquisas consagradas nas redes digitais. Acreditamos que tal procedimento só poderia ser a base de nossa pesquisa se os pressupostos teóricos e os fundamentos do campo respondessem adequadamente à realidade observada, o que não acreditamos que seja o caso. Somente um debate crítico sobre a teoria da ação em contextos reticulares poderá dar conta de nossa proposta.

Alguns então podem sentir falta de termos como Análise de Redes Sociais, netnografia, análise de hiperlinks (FRAGOSO; RECUERO;

AMARAL, 2011), entre outros; ou mesmo do ferramental que deriva dessas técnicas de pesquisa citadas. De fato não entraremos nesse debate na fase em que nosso projeto se encontra.

1.3.1. Forma de interação com a pesquisa

Um problema quando pesquisamos uma “rede”, seja ela uma única rede ou uma rede de redes, é tomá-la de forma essencialista sem questionar se de fato ainda podemos defini-la pelas suas características rizomáticas ou se ela já se transformou em coisa diversa. Uma rede de ativistas, descentralizada, sem hierarquias rígidas e com uma dinâmica de ação não institucional pode transformar-se em um partido ou mesmo em um grupo de pressão que adere aos padrões tradicionais da disputa política. No entanto, a forma pela qual se apresenta à sociedade ainda carrega os símbolos da antiga forma de articulação[14] do grupo. É comum tal tipo de transição, como veremos nos exemplos no capítulo III.

Esse é um tipo de transformação que deve estar no radar do pesquisador para que não incorra no erro de definir qualquer coisa como rede, sem estar de fato seguro de que as formas de articulação internas do grupo e desse com as tecnologias e com o território respondem aos seus estudos.

Esse é possivelmente o foco de grande parte do desentendimento dentro do campo da comunicação digital. Enquanto os críticos às redes digitais trabalham na lógica essencializante, os defensores das potencialidades da rede parecem transformar elementos além daqueles permitidos pela realidade em concepções reticulares. O espaço digital opera por fluxos, linhas de força, mas também a ele é imposta a codificação, as operações essencializantes, os

[14] Os motivos são muitos, por exemplo, para não perder antigos aliados ou recursos ou mesmo porque ainda não se dão conta de que entraram para a lógica institucionalizante e hierarquizadora política tradicional.

processos da ordem do governo e do controle. É nessa tênue linha entre os dois excessos (nem tudo ao ser, nem tudo ao devir) que tentamos produzir nossos estudos. Os exemplos virão à medida que o texto avançar no capítulo III.

Para que possamos manter a nossa estratégia de pesquisa condizente não centraremos esforços em detalhar cada um dos atores ou mesmo dos sites, queremos aqui focar o processo amplo que traz consigo os sentidos que esperamos apresentar ao longo do texto. Com isso, mais do que uma narrativa das ações dos grupos, queremos demonstrar como os diversos eventos se relacionam para criar uma realidade distinta. A soma dos eventos não produzirá os significados que queremos realçar (DELEUZE, GUATARRI, 2004; MORIN, 2011).

1.4. Objetivos

O primeiro objetivo que pretendemos alcançar com esse trabalho é a construção de um mapa dos eventos de net-ativismo que se desenrolaram ao longo dos últimos anos no mundo. Mapa que tem duas características importantes (que em geral estão presentes em qualquer mapa): primeiro não se trata de uma representação e sim de uma construção. Ao selecionar cada um dos elementos produzimos uma interação entre eles que é o que constitui o mapa em si (como acabamos de ver no parágrafo anterior). Em segundo lugar esse mapa terá tantas lacunas quanto pode ter um mapa dessas proporções, no entanto imaginamos que as principais características do net-ativismo estarão nele representadas.

Ao final o mapa não constitui uma tipologia e sim apresenta algumas das linhas de força (DELEUZE; GUATARRI, 2004) que emanam do processo de interação entre ativismo e redes digitais. Julgamos demasiado precipitado definir uma tipologia para os nossos estudos pela sua rigidez frente aos acontecimentos. As linhas de força que operam através dos eventos serão mais úteis ao final do processo.

Gostaríamos, também, de conseguir explicar as principais transformações na forma e conteúdo da ação política, ou seja, os novos diálogos entre a ação política e o novo ambiente tecnológico junto do qual se desenrola a ação. Nesse ponto tentaremos explicitar os significados e a ação política em contextos reticulares.

As tentativas que apresentamos aqui são desafios muito grandes, temos consciência disso. Porém, achamos adequado tratar de todos esses elementos juntos porque acreditamos que é sua interação que produz novas sociabilidades que apontarão para uma nova concepção de politica. As lacunas, com nunca é suficiente afirmar, são estímulos para o prosseguimento das pesquisas e não algo que anula o esforço realizado.

1.5. Algumas questões práticas sobre a construção do texto

1.5.1. O texto reticular

Uma das coisas mais importantes sobre a confecção de qualquer texto é a diferença entre sua apresentação e sua escritura. Já sabemos que durante a fase de desenvolvimento de um texto ele nunca se apresenta de forma linear ou mesmo com os encadeamentos lógicos que marcam o ritmo da leitura. Pois bem, aqui a concepção reticular do texto se expande para a tessitura dos capítulos. Enquanto vocês leem essas páginas, imaginem que tenho à minha frente por vezes sete, outras vezes oito ou nove arquivos do editor de texto abertos ao mesmo tempo, os quais representam todas as divisões que produzi em capítulos para mapear os conceitos e os exercícios que pretendo realizar com vocês.

Imaginem, portanto, que os parágrafos que aqui estão presos a uma sequência linear própria de um contexto tipográfico, ao qual todo texto acadêmico de mestrado, doutorado ou qualquer outro grau acadêmico ainda

deve prestar contas, possuíam uma temporalidade no seu desenvolvimento reticular que nunca poderia ser apresentada nessa obra impressa.

O cursor se movimenta com a escrita, (...) pausa (...), as ideias se desenvolvendo (...) pausa (...) um erro na página anterior que acabo de lembrar que cometi. Retiro todo o parágrafo, pois vejo que o assunto que trato aqui estaria melhor na introdução. Não! Tem de estar próximo à metodologia.

Seria possível percorrer o caminho da construção de um texto através de sua constituição reticular e dela extrair a lógica do pensar-em-movimento contra a lógica do pensar-postar-no-papel? Contra a tirania da linearidade? Nem mesmo os livros digitais conseguem ainda alcançar a capacidade expressiva que os ambientes digitais permitirão quando de fato realizarmos uma imersão nas novas tecnologias.

Esse é um alerta, não se enganem com a ordem dos trechos, os fluxos que de fato constituíram cada linha, cada parágrafo e cada capítulo (e todos eles ao mesmo tempo) nunca será recuperada.

1.5.2. O uso de imagens de sites no corpo do texto

Tentaremos ao máximo evitar o uso de imagens retiradas dos sites no corpo do trabalho. Acreditamos que as imagens apresentadas estaticamente perdem muito ao serem retiradas de seus contextos de rede. Seus links e hiperlinks, sua usabilidade, sua qualidade gráfica, entre tantos outros problemas. Além disso, muitas vezes as páginas dizem respeito a uma relação entre uma quantidade de “telas” que seriam impossíveis de ser elencadas sem destruir a inteligibilidade deste texto. Por fim, é cada vez mais comum que tais páginas trabalhem com elementos dinâmicos como áudio, vídeo, animações, etc. que perderiam completamente sua força expressiva nas páginas impressas.

Para evitar esse problema, adotaremos a proposta de indicar os links que nos quais o leitor poderá encontrar as páginas que estão sendo comentadas em cada trecho. A única exceção é feita ao capítulo III que detalha

algumas das práticas net-ativistas que acreditamos ficarão completas somente com algumas das páginas em exposição.

No mais, esse trabalho deve ser lido, tendo à sua disposição um dispositivo de acesso à internet. Não será fundamental, porém, enriquecerá as relações que o leitor poderá por em movimento ao mesmo tempo em que esse expediente trará a perspectiva reticular ainda mais para dentro do texto.

1.5.3. Uma leitura com duas posturas

O trabalho deve ser lido como um exercício do pensamento. E a palavra "exercício" deve ser levada tão a sério quanto a palavra "pensamento", pois, é de tudo isso que se trata: o exercício é o movimento e a prática na direção de um objetivo, mas é também o erro e o limite impostos à prática. Ele não se quer absoluto, nem absolutamente verdadeiro, no entanto, ou talvez por isso mesmo, ele aceita pensar sobre muitas coisas, quem sabe quantas? Sem abraçá-las no todo e a elas dar um sentido ou uma unidade, "o" sentido e a unidade. E embora tenhamos divergências com a postura pós-moderna de Vattimo (1996) temos que reconhecer a força que carrega sua ideia de pensamento fraco.

Podemos, então, afirmar outras duas posturas que nortearão nosso exercício. O primeiro é o princípio de um código aberto, ou seja, a cada movimento que componha nosso exercício tentaremos deixar claro até onde ele alcança (ou ao menos até onde acreditamos que ele alcança) e onde ele termina. Os limites são a exacerbação do princípio de abertura, mostram sinceramente onde falhamos ou até onde fomos. Com isso esperamos que a colaboração desse texto-exercício possa sair dos altos muros da universidade e encontre pessoas para dialogar.

Ao final, aqueles de vocês que, terminada a leitura (se alguém até lá chegar), afirmarem: "Esse trabalho explica pouco!", já nos deixarão com a sensação de que a maior parte dos objetivos foi alcançada.

2. O debate sobre os Movimentos Sociais e a Ação Coletiva

Produzir um trabalho que debate a comunicação e as formas de mobilização em contextos de redes digitais é uma tarefa que só pode apresentar bons frutos se enfrentamos, antes de tudo, a temática da mobilização e, consequentemente, da ação coletiva. Para tanto, não podemos ignorar a vasta literatura produzida a partir dos anos 70 e que até hoje apresenta instigantes análises sobre o fenômeno da mobilização.

Investigar o debate sobre mobilizações durante esse período passa pela exigência da revisão bibliográfica, mas não se limita a ela. Nosso segundo objetivo (talvez o mais importante) aponta na direção de pontuar historicamente o desenvolvimento de uma inquietação intelectual que pode apresentar muitos paralelos com o atual momento dos debates na comunicação, sobre a importância dos elementos tecnológicos para a organização, desenvolvimento e sucesso de mobilizações nos nossos dias.

O motor das inquietações teóricas do início dos anos 70 foi, sem dúvida, os eventos que acontecem em 1968 no mundo todo e que pegam de surpresa muitas das teorias sociais que dominavam o campo no período. O diagnóstico comum era o de que as grandes mobilizações ocorridas no século XIX tinham chegado ao fim e não veríamos mais grandes agitações daquele tipo nas sociedades do segundo pós-guerra. Esse tipo de ideia permeava o entendimento dos mais diversos pensadores.

Os teóricos da Cultura e "Sociedade de Massas" [15] como Adorno, por exemplo, apresentavam um diagnóstico segundo o qual vivíamos em uma sociedade hedonista, altamente individualista e voltada para o consumo. Nesse quadro, a mobilização seria improvável, quando não impossível. Qualquer tipo de expressão da ação coletiva era tomada como irracionalidade ou mesmo como atos isolados de frustração e de descontentamento individuais, que ganhavam expressão em momentos de fúria generalizada.

Os teóricos funcionalistas, influenciados principalmente por Parsons, afirmavam que as mobilizações são fenômenos tópicos. Desenvolvem-se na transição de um tipo de sociedade para outro. Ou seja, vivemos em um momento de anomia[16], conflito entre regras e valores distintos, como já havia discutido Durkheim (2007), o qual influenciou fortemente o pensamento de Parsons. O problema é que as mobilizações dos anos 60 aconteceram em todo o ocidente e não foram de forma alguma eventos isolados ou mesmo de curta duração; e suas formas e estratégias de mobilização pautam em grande medida as ações coletivas até os dias de hoje. Outro ponto relevante é o ambiente no qual essas mobilizações se desenvolvem. São sociedades consideradas modernas, ou seja, que já haviam passado (ou ao menos deveriam ter passado, seguindo a lógica da teoria funcionalista) pelo período de anomia representado pela transição rumo à modernidade. Seria o caso de pensar, então, que a proposição funcionalista teria como vetor a ideia de uma nova mudança nas formas de organização das relações sociais, mas não foi esse o caminho. Os principais teóricos dessa área não avaliavam as mobilizações de 68 como um objeto de estudos relevante.

---

[15] Essa denominação não se encerra em uma escola específica. Tratamos aqui de exemplificar com o debate da Escola de Frankfurt sem, no entanto, ter a intenção de encerrar o termo dentro dessa Escola.

[16] Tentaremos nos ater aqui as explicações dos conceitos centrais ao trabalho, mantendo o principio da indicação das obras para consulta sempre que julgarmos importante pontuar alguma explicação adicional que não poderemos abordar aqui.

No campo marxista o debate sobre as mobilizações dos anos 60 foi marcado por uma surpresa no que diz respeito aos agentes e aos espaços nos quais as disputas efetivamente ocorriam[17]. As manifestações dos anos 60 apresentavam atores que não estavam dentro do quadro interpretativo da teoria marxista tradicional. Na Europa, estudantes, mulheres, pessoas da classe média. Nos EUA, os principais atores não estavam organizados dentro da categoria tradicional do marxismo: a classe social. O movimento negro norte-americano, por exemplo, era um movimento que permeava as diversas classes. O movimento feminista partilhava dessa mesma característica. Justamente por isso as demandas não eram as mesmas demandas das fábricas, dos locais de trabalho e dos trabalhadores organizados. As estratégias de organização e de ação não eram as mesmas. E o mais importante, para dificultar ainda mais o entendimento desses processos dentro do marxismo tradicional: o objetivo dos manifestantes não era a tomada do poder. Não existia nesse contexto a ideia de caminhar na direção da tomada do Estado e de suas instituições para fazer valer suas reivindicações. Sem esse objetivo as explicações marxistas patinavam na compreensão da mobilização. Nas palavras de Alonso (2009):

> "A ruptura está no próprio nome que o fenômeno ganhou. Tratava-se seguramente de "movimentos", no sentido de ações coordenadas de mesmo sentido acontecendo fora das instituições políticas, mas não eram, de modo algum, protagonizadas por mobs, tampouco por "proletários". Eram jovens, mulheres, estudantes, profissionais liberais, sobretudo de classe média, empunhando bandeiras em princípio também novas: não mais voltadas para as condições de vida, ou para a redistribuição de recursos, mas para a qualidade de vida, e para afirmação da diversidade de estilos de vivê-la. Essas

[17] Para mais detalhes sobre esse debate ver Lamont, Michelle & Wuthnow, Robert. (1990). "Betwixt and Between: Recent Cultural Sociology in Europe and the United States," in Ritzer, George (ed.), *Frontiers of Social Theory: The New Syntheses* (New York: Columbia University Press. Jasper, James (2007). Cultural Approaches in the sociology of social movements. In Roggeband, C. and Klandermans, B. (edts) *Handbook of social movement across disciplines*. Springer.

> demandas “pós-materiais”, como as chamou Inglehart (1971), se completavam com a opção por formas diretas de ação política e pela demanda por mudanças paulatinas na sociabilidade e na cultura, a serem logradas pela persuasão, isto é, léguas longe da ideia de tomada do poder de Estado por revolução armada. Então eram, sim, movimentos, mas movimentos sociais.”

As novas mobilizações, então, não cabem nos modelos explicativos apresentados. Se nenhuma dessas teorias explica de forma consistente os acontecimentos de 68, alguns pesquisadores acreditam que devemos produzir novas teorias que deem conta desses novos fenômenos. Nesse contexto surgem as teorias dos movimentos sociais, da mobilização e da ação coletiva nos anos 70.

Podemos identificar três correntes que inauguram o campo e que travaram os principais debates sobre o tema: a Teoria da Mobilização de Recursos, a Teoria do Processo Político e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais. Essas três correntes articulam as temáticas dos movimentos sociais usando referenciais diversos e apresentando objetos de estudo em um espectro amplo, como religião, transnacionalização, cosmopolitismo, difusão, inovação, entre tantos outros.

2.1. A Teoria da Mobilização de Recursos

A Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) se insurge contra duas proposições fundamentais apresentadas pelas teorias da ação coletiva até o final dos anos 60. A primeira é que a política de ordem institucional seria o canal de acesso privilegiado e relevante de organização das demandas coletivas; o marxismo com vistas à tomada do Estado e de suas instituições e o funcionalismo por identificar na formação do Estado industrial das sociedades industriais modernas a racionalidade das expressões políticas.

Isso nos remete à segunda proposição contra a qual a (TMR) se insurge: as teorias anteriores tratam as mobilizações com forte viés de irracionalidade. O *locus* da racionalidade é a política institucional.

O que a TMR faz é retornar para um aspecto fundamental da teoria Weberiana, qual seja, a ação coletiva tem sempre uma racionalidade. Cabe ao sociólogo descobri-la. A teoria da mobilização de recursos se insurge contra a ideia marxista de que é a privação que constitui o fundamento da mobilização. O que a TMR defende é que a privação é presente em todos os níveis e espaços sociais, ou seja, motivos para a mobilização todos têm o tempo todo, assim, devemos saber por que existe um fosso entre o desejo de mudar e a minha ação de mudar, entre portar razões e agir (McCarthy e Zald, 1977). Outro ponto importante que devemos destacar é que segundo esses autores as mobilizações não necessariamente surgem no ponto desprivilegiado da desigualdade, ou dos outsiders. Como mencionamos acima, muitas das mobilizações tinham como participantes membros das classes médias.

A TMR passa, então, do estudo das razões da mobilização para o processo de mobilização. Tentando diferenciar-se do arsenal teórico do marxismo e do funcionalismo os autores desse grupo buscam inspiração nos pensamentos de Mancur Olson e seu texto “A Lógica da Ação Coletiva” e na Teoria das Organizações. Defendem que os movimentos sociais são da ordem do normal e não do patológico e assim podem ser entendidos como qualquer outra instituição. (McCarthy e Zald, 1977).

Quais as instituições que poderiam ser comparadas com os movimentos sociais? Para espanto dos marxistas, as empresas. O movimento social pode ser entendido como firmas. O raciocínio é aplicado e até os conceitos e termos serão apropriados. Os elementos apontados pela TMR como fatores que alinham os movimentos sociais com organizações, e mais especificamente como empresas são:

- A estratégia de ação dos movimentos sociais, baseada no cálculo racional entre custos e benefícios.

- A separação entre problemas e demandas de um lado e as ações de outro. A ação coletiva deve ser pensada juntamente com a não-ação, ou seja, não basta explicar por que os agentes se mobilizam, mas também o que mantém a inércia.
- Os agentes não se mobilizam por causas e sim por próprios interesses. Assim, os membros de uma mobilização não têm a mesma inserção no processo produtivo e sim os mesmos interesses em jogo.
- Não são as crenças que unem as pessoas para a mobilização. São os lideres que operarão a conexão entre aqueles que em principio estariam avulsos na vida social. Da mesma maneira em que nas empresas precisamos de gerentes, os movimentos precisam de lideres. Os demais mobilizados seriam clientes do mercado político.

Mesmo que exista um problema, ou interesse em comum, e uma liderança que organize os indivíduos, a TMR ainda precisa resolver mais um problema, que também é o problema de qualquer organização: os movimentos sociais precisam de recursos para constituir a mobilização. Esse é o principio que organiza o debate dentro da TMR. Não falamos somente de recursos financeiros. Os movimentos sociais precisam mobilizar infraestrutura, tempo, recursos materiais, recursos humanos, etc.

Surge o conceito de disponibilidade biográfica (McCarthy e Zald, 1977), ou seja, os próprios agentes devem possuir recursos para poder agir. Tempo, dinheiro, etc. Isso implica que grande parte dos lideres surgem de grupos sociais com algum privilégio na administração desses fatores. Esses grupos não são somente baseados na classe. O tempo é um recurso importante que está disponível entre os jovens que ainda não estão inseridos no processo produtivo.

Assim como no universo das organizações empresariais, os movimentos também encontrariam concorrentes. Outros movimentos sociais disputariam os mesmos recursos e, mais importante, disputariam a simpatia da opinião pública. A explicação da Teoria da Mobilização de Recursos caminha também

para a temática da profissionalização e da burocratização dos movimentos sociais. Quanto mais recursos os movimentos sociais conseguem mobilizar mais especializações e divisões apareceriam no interior do movimento, levando a uma institucionalização que poderia, em última instância, deslocar o movimento para dentro do campo político institucional.

A TMR teve grande influência nos EUA durante os anos 70 e 80 quando 57% dos estudos sobre movimentos sociais em sociologia e politica eram baseadas na Teoria da Mobilização de Recursos (Zald, 1992). No entanto, na América Latina e na Europa existem muitas barreiras ideológicas à sua entrada, principalmente pela inspiração na teoria das organizações.

Muitas críticas foram produzidas nesse período contra a Teoria da Mobilização de Recursos. Em primeiro lugar, as críticas apontavam para o problema de que a TMR quase não tratava da relação entre movimentos sociais e partidos políticos. Os autores, por concentrarem-se demais nas dinâmicas de organização dos movimentos, acabavam se preocupando somente com a “pequena política”.

Outra importante crítica diz respeito ao que nas modernas teorias da administração são as chamadas “Questões Ambientais”. Tudo parece sempre ser muito bem azeitado, muito bem controlável. Deixam de levar em conta que em todos esses processos existe um grau de incerteza muito grande. Esse “esquecimento” é resultado de um enfoque extremamente microsociológico. Não consideram as dinâmicas externas dos movimentos e suas relações com o Estado, os demais movimentos, entre outros tantos atores.

Ao contrapor as teorias da irracionalidade eles criaram o extremo, uma racionalização muito forte e que expurga os problemas não claramente racionais. Deixam de fora a cultura, pelos valores micros e são extremamente individualistas, pecam na ausência de contexto e de uma análise histórica.

Para responder a muitas dessas críticas a TMR desenvolve o conceito de Frame (Snow e Benford, 1988). O conceito de Frame ocupa o mesmo lugar

teórico do conceito marxista de ideologia, porém, está em diálogo direto com o pós-estruturalismo. É uma análise do discurso, e não da ação exclusivamente**.** O pós-estruturalismo gera uma série de conceitos voltados para o discurso dos autores. O conceito de Frame capta a ideia de cultura e de formas de discurso e não exatamente a prática e a ação coletiva. São tributários da psicologia cognitiva que nos EUA não possui uma distância tão grande da sociologia, como no caso brasileiro.

A grande influência da noção de Frame apresentada pela TMR vem de Goffman (1976)**.** O interacionismo simbólico foi muito influente nesse período e foi sua relação com a psicologia cognitiva que forjou o conceito de Frame em mobilizações sociais. Nele, o processo de produção de conhecimento é o que deve ser estudado. À diferença de ideologia, essa "cognição" não existe em dois momentos (cognição e ação) ela é o conhecimento na prática. Nesse contexto, a cultura não é formada por sistemas organizados, a cultura aqui é fragmentária. Os sentidos são contingentes porque são produzidos na interação social cotidiana (influencia de Goffman e o interacionismo simbólico). A cultura é um conjunto de símbolos que se criam na interação. É um conjunto de formas contingentes, o que permite adotar uma lógica em um momento e o seu contrário em outro. Os significados só podem ser entendidos no seu contexto, sem extrapolá-los. É uma sociologia de microanálise que põe força na ideia de *significado da ação*.

Os *frames* são, na definição do Goffman, "definições de uma situação" que são construídas de acordo com os princípios de organização que governam os eventos e nosso envolvimento subjetivo neles. São estruturas cognitivas que guiam a percepção e que orientam a ação. São etapas que acontecem quase que ao mesmo tempo. Diferente do conceito de ideologia. Não há um momento de reflexão como na ideologia. Eu percebo e ajo. Disso resulta o espaço para a contradição entre as ações. Identificar, perceber, rotular.

É uma concepção que entende a ação como prática de simplificação. Para Goffman, essa é a base do comportamento social. O conceito de Frame serve para recortar uma parte da realidade, enfatizá-la para que os agentes possam agir de acordo com esse recorte. O Frame simplifica, condensa e destaca determinadas características, enquanto expurga outras.

2.2. A Teoria do Processo Político

A Teoria do Processo Político (TPP) tem como principal nome, sem dúvida, Charles Tilly. Seus objetivos no inicio de seus trabalhos eram explicar as revoluções sem cair no economicismo, mantendo uma veia marxista e, ao mesmo tempo, weberiana, ou seja, mantendo o processo histórico sem manter a causalidade. Nesse contexto de estudos ganha força o que hoje conhecemos como sociologia política.

No trabalho de Tilly os campos prioritários foram a Inglaterra e França revolucionárias. Para empreender seu trabalho, ele começa analisando os três clássicos da sociologia (Marx, Durkheim e Weber) e busca entender quais as contribuições que cada um desses autores poderia dar aos estudos sobre movimentos sociais. Com Durkheim, Tilly não vê grandes possibilidades de diálogo, pois o foco deste autor é a ordem social e não a mudança. De Weber ele extrai a lógica da ação coletiva e de Marx a lógica dos interesses e também das mudanças estruturais.

Tilly não busca leis gerais, mas também não estuda casos singularizados. Seu principio metodológico é o de que não podemos fazer generalizações para leis gerais, mas podemos fazer generalizações históricas, para épocas, países, etc. As maneiras de se fazer política variam no tempo e conforme as culturas. Os princípios que norteiam esse grupo de pesquisadores que produz seus trabalhos sob a supervisão de Tilly divergem em parte dos pressupostos da Teoria da Mobilização de Recursos.

Em comum têm o princípio de que toda a ação coletiva é dotada de uma racionalidade[18]. Mas acreditam que independente da composição dos movimentos (elites, classes populares, etc.), o contexto político é o que determina as mobilizações.

Segundo os autores da TPP devemos esquecer a fronteira entre política institucional e mobilizações coletivas. Os diversos agentes migram de uma forma para outra. Essa forma de encarar o problema é diferente da TMR que pensava na burocratização, a escolha da forma de ação tem a ver com o contexto. Podemos inclusive ver épocas em que os partidos tornam-se movimentos menos estruturados (os partidos de esquerda, por exemplo, no Brasil depois do golpe de 64 foram proibidos de atuar e sua ação não podia mais passar pelas instâncias de organização típicas de um partido).

Também não devemos parar em outras fronteiras artificiais como os Estados-Nação. A política e as mobilizações não respeitam artificialismos de nenhuma espécie para conter suas formas de ação ou mesmo seus espaços de disputa.

Não existe diferença entre a política pacifica e a não-pacífica. É a influência da concepção de política de Weber (2004) que vê na possibilidade do recurso à força o fundamento da comunidade política. O gradiente vai desde a violência simbólica até a luta armada. Assim, não estudam movimentos sociais, estudam a relação entre os movimentos e os outros atores e a forma como eles variam no tempo. Daí o nome de Teoria do Processo Político. Nesse contexto, mesmo as fronteiras que definem os atores são móveis.

---

[18] As duas principais referências para a explicação aqui sobre a TPP estão em Tilly, Charles, (1995). “Contentious Repertoires in Great Britain,” in Mark Trauggot, ed., *Repertoires and Cycles of Collective Action*. Durham: Duke University Press. e Alonso, A. Teorias dos movimentos sociais: balanço do debate. *Lua Nova*, 2009, no. 75. 2009

Um operador importante para a TPP compreender a ação dos movimentos sociais é o que Tilly (1993) chama de Estrutura de Oportunidades Políticas (EOPs). Segundo Alonso (2009), Tilly:

> "argumenta que, quando há mudanças nas EOPs, isto é, nas dimensões formais e informais do ambiente político, se abrem ou se criam novos canais para expressão de reivindicações para grupos sociais de fora da *polity*. Isso pode ocorrer pelo aumento de permeabilidade das instituições políticas e administrativas às reivindicações da sociedade civil, provocadas por crises na coalizão política no poder; por mudanças na interação política entre o Estado e a sociedade, especialmente a redução da repressão a protestos; e pela presença de aliados potenciais (Kriesi, 1995). Em EOPs favoráveis, grupos insatisfeitos organizam-se para expressar suas reivindicações na arena pública. Como a TMR, a TPP supõe que a coordenação dentre os potenciais ativistas é crucial para produzir um ator coletivo, mas os agentes coletivos não são preexistentes; eles se formam por contraste durante o próprio processo contencioso. A TPP adiciona um elemento cultural à explicação. Contudo, a solidariedade não gera ação, se não puder contar com "estruturas de mobilização": recursos formais, como organizações civis, e informais, como redes sociais, que favorecem a organização. A mobilização é, então, o processo pelo qual um grupo cria solidariedade e adquire controle coletivo sobre os recursos necessários para sua ação. Mas tudo isso, e essa é uma das diferenças em relação à TMR, só configura um movimento social diante de oportunidades políticas favoráveis. Enquanto a TMR enfatiza recursos materiais disponíveis para ativistas individuais, a TPP prioriza uma estrutura de incentivos e/ou constrangimentos políticos, que delimita as possibilidades de escolha dos agentes entre cursos de ação. Um movimento social é definido, então, como uma "interação contenciosa", que "envolve demandas mútuas entre desafiantes e detentores do poder", em nome de uma população sob litígio." (Tilly, 1993).

A mudança na Estrutura de Oportunidades Políticas pode ocorrer por inúmeras e imprevisíveis razões. O mais importante para o nosso trabalho é que cada EOP possibilita uma forma de ação diferente. Os estudos de Tilly sobre Inglaterra e França revolucionárias mostram como nesse momento a EOP muda radicalmente, abrindo espaço para essa invenção do ocidente que

são os movimentos sociais. Abrem-se novos espaços para a expressão política, novos aliados entram em cena, muitos deles dissidentes do bloco no poder (Tilly, 1993) e as condições objetivas dos espaços institucionais tradicionais sinalizam para as organizações dos movimentos sociais uma oportunidade latente.

A ideia de Estrutura de Oportunidades Políticas pontua o campo de possibilidades de ação coletiva. No entanto, os movimentos sociais precisam apropriar-se de recursos para organizar seus protestos e mobilizações. Redes de relacionamento, associações, e até instituições mais formais como igrejas atuam nesse processo (aqui mais uma vez a enfática afirmação de Tilly sobre as fronteiras artificiais entre mobilização, instituições e Estado) para construir a Estrutura de Mobilização (Tilly, 1993). Esses espaços são a capacidade organizacional, como a mobilização vira movimento social e pereniza-o no tempo.

Mas como os diversos movimentos sociais escolhem as formas de ação? Porque usar uma passeata, uma ocupação, uma vigília, uma greve de fome? Para responder a essa pergunta Tilly desenvolve o conceito de Repertório de Ação Coletiva[19] (Tilly, 1993). Termo inspirado na música (mais especificamente no Jazz) propõe que as formas de fazer política variam historicamente. E variam em períodos bastante longos de forma que os repertórios, ou as possibilidades de escolha entre as formas de ação coletiva, variam muito lentamente. Percebemos então que o método de Tilly não é seguir os atores, e sim seguir o desenrolar dos eventos ao longo do tempo. Nesse percurso ele descobre dois tipos de eventos[20].

Primeiro, eventos locais e com temas paroquiais. Geralmente com formas de ação direta e contra aquele que é o potencial responsável pela solução dos problemas, não existe aqui mediação. Como as sociedades do

---

[19] O conceito é anterior, porém, seu desenvolvimento também aparece no texto citado.

[20] Sempre lembrando que o foco da pesquisa de Tilly são os séculos XVII, XVIII e XIX na França e Inglaterra.

séc. XVIII estão em mudança, começam a surgir reivindicações bifurcadas e mediadas.

A mediação aponta para o segundo tipo de evento, mediados pelos partidos, pelo parlamento e por outras instituições. São nacionais, modulares e autônomos. As temáticas são mais gerais como o mundo do trabalho, a escravidão, a coleta de impostos. Nesse contexto surgem as passeatas, os comícios e, claro, os movimentos sociais. Os movimentos sociais são invenção histórica do final do séc. XVIII.

O repertório é justamente o conjunto de formas de ação que são limitadas historicamente (por exemplo, a forma “movimento social” não estava disponível para os indivíduos do séc. XVII) e tem uma limitação contextual (o repertório é o mesmo para os atores em disputa). Assim, movimentos sociais podem ser usados contra regimes políticos e em seu favor. Os movimentos sociais podem se organizar contra a discriminação racial ou pelo direito de defendê-la. Isso quer dizer que os atores estão constrangidos na sua invenção social. Sabemos que quanto mais rotineira a forma de ação de um movimento social menor o sucesso da mobilização, porque outros agentes antecipam suas ações.

O repertório é, assim, fruto da interação (influência clara de Goffman). São: conjunto de rotinas aprendidas e compartilhadas, postas em ação por um processo deliberado de escopos. Possui uma sintaxe, mas não uma semântica, os conteúdos são utilizados por todos os atores em cada um dos polos. De novo retomamos a metáfora do Jazz, existe uma estrutura, mas também o espaço para a improvisação. Existe uma rotina, um tema, uma forma canônica de proceder, mas dentro dessa estrutura. Dentro da musica ou do tema, os atores sociais tem o espaço de improvisação. Aqui a personalidade do artista se exprime e nos movimentos sociais a singularidade do movimento tem sua capacidade expressiva. A inovação sempre aparece como uma inovação na margem. Por exemplo, o movimento social organizado pelos estudantes na forma de movimento estudantil é conhecido há muito tempo, mas ao pintar o

rosto durante os protestos a favor do impeachment do presidente Collor, produziu uma inovação que instituiu a marca do movimento.

As inovações são muito próximas das inovações no idioma, ou seja, a ação continua em uma prática diversa da norma atualiza a estrutura. Poucas coisas entram no repertório, mas os agentes podem sim reconstruir os repertórios. Assim o repertório ganha um caráter dinâmico.

2.3. A Teoria dos novos movimentos sociais ou paradigma europeu.

A última grande corrente que surge nos anos 70 para dar respostas às mobilizações do final dos anos 60 é a Teoria dos Novos Movimentos Sociais[21] (TNMS). De início seus autores aparecem como um desdobramento do marxismo ocidental. Têm um intuito de fazer uma critica ao marxismo ortodoxo de versão economicista insurgindo-se contra a ideia de relação direta entre classe e mobilização coletiva.

Seu principal argumento é o de que as sociedades dos anos 70 são diferentes das sociedades nas quais viveu Marx no século XIX, justamente por isso a análise deve ser diferente, atualizada e reformulada. Partilham as ideias que apontam para novas formas de dominação no capitalismo tardio, que passa de uma dominação econômica para uma dominação mediada. Deslocam-se assim, a subjetividade, a forma de fazer política, as relações familiares, enfim, as formas de sociabilidade e de estar no mundo.

---

[21] Segundo Alonso (2009): "Embora não constituam uma escola coesa, como a TPP e a TMR, há um ar de família dentre os principais teóricos dos Novos Movimentos Sociais: Alain Touraine, Jürgen Habermas, Alberto Melucci. São todos críticos da ortodoxia marxista, mas mantêm o enquadramento macro-histórico e a associação entre mudança social e formas de conflitos. Nisso não diferem da TPP. A especificidade está em produzir uma interpretação efetivamente cultural para os MS."

Se esse diagnóstico de época está certo, os movimentos não podem ser reduzidos ao processo produtivo e às relações de classe. Suas reivindicações são muito diversas como diversos são os espaços de disputa. A disputa agora se dá na ordem do cultural e do simbólico. Embora todos sejam de tradição marxista, adotam a ideia funcionalista (e parsoniana) de sistema para construir suas interpretações dos acontecimentos.

O primeiro autor que avança sobre o tema é Alain Touraine (1989). Segundo ele existem vários tipos de conflitos e os conflitos que os anos 60 nos apresentam dizem respeito aos modelos culturais. Para explicar tais conflitos ele faz uma análise das diferenças entre as sociedades tradicionais e as sociedades modernas, apontando para uma diferença entre elas. Nas sociedades tradicionais há um objetivo futuro de vida (após a morte). Quando as utopias sagradas perdem espaço, deixam de ser consenso social, o futuro passa a ser objeto de litígio. O séc. XIX foi o momento das discussões sobre o futuro, com o marxismo, por exemplo. O problema é que o marxismo ainda produz uma resposta escatológica. O século XX passa a ser a discussão do futuro no presente. Tudo que era consenso na vida cotidiana passa a ser litigioso. Os assuntos da política ampliam-se (educação, família, casamento, etc.). As mediações políticas também se enfraquecem (os intelectuais, os partidos) durante todo o século XX, principalmente dos anos 50 em diante. Resumindo, mudaram os atores, mudaram os temas: logo mudaram as formas de se fazer política. Não temos mais uma sociedade de pauperização, e sim uma sociedade cada vez mais integrada pela perspectiva do consumo, uma integração marginalizada, mas não excludente. Com isso, as mobilizações não virão mais do centro do processo produtivo e sim de onde o processo produtivo ainda não coloniza (mulheres, jovens, velhos, minorias étnicas). Sua demanda não é pela redistribuição dos meios de produção e sim direcionada às formas de pensar e viver a vida cotidiana.

“Na mesma direção de questionamento ao marxismo ortodoxo, Habermas (1981, 1987) apresenta uma explicação para as novas formas de mobilização baseada na concepção de colonização do que ele chama de

‘mundo da vida” pelo “sistema”. Na sua Teoria da Ação Comunicativa (1987) ele apresenta duas ideias que se complementam para produzir sua explicação das estratégias e razões da mobilização do pós-guerra. De um lado a noção de integração que se revela pela perspectiva da *integração sistêmica*, ou seja, a economia (dinheiro) e a política (poder) organizam o sistema que produz a racionalidade moderna organizada na figura do Estado (na chave weberiana espaço da racionalidade orientada pelos fins). Do outro lado temos o *mundo da vida*: plano da cooperação e da reprodução, plano da experiência simbólica e da vida social. Local onde os valores são definidos (na chave weberiana espaço da racionalidade orientada por valores).

É a interação entre essas duas formas de racionalidades que produz o pano de fundo no qual ocorrerão as mobilizações que esses autores vão estudar. A crescente especialização desenvolve a racionalização que tem dois lados, o bom (no campo do direito e no campo da eficiência do sistema) e o ruim (expansão da racionalidade técnica para além do seu uso no mundo econômico e político – é a colonização do mundo da vida pelo sistema).

Esse processo aponta para uma invasão da dinâmica da eficiência no mundo da cultura, da educação e todo o universo dos valores, gerando uma monetarização das relações intersubjetivas e uma reafirmação das relações de poder. É esse movimento que difunde uma massificação e homogeneização do mundo da vida (fazendo ecoar seu professor Adorno), que deveria ser o local da diversidade.

Nesse cenário o que acontece com a mobilização? A luta de classe perde a centralidade assim como a utopia associada a ela: o governo dos trabalhadores. Não podemos continuar com essa utopia porque não teríamos mais a centralidade do problema da dominação de classe e sim o da dominação de uma parte da vida social (sistema) sobre outra (mundo da vida). Nesse contexto, as utopias virão do polo oprimido (o mundo da vida). Não é a utopia de um ator, mas de uma “região social”. Assim, se a dominação se faz pela (e na) cultura, a luta será uma luta pela cultura, uma luta simbólica. Por

isso, os grupos em disputa não são da ordem do econômico, são movimentos defensivos. Movimentos de resistência. O que em última instância dá a eles certo caráter reacionário.

Mas como Habermas não quer dar esse tom reacionário a todos os movimentos sociais, ele os divide em dois tipos. Primeiro, movimentos emancipatórios: que estão em linhagem direta com os movimentos operários. Carregam a expansão dos direitos universais de igualdade. Assim, eles não seriam novos, mas contemporâneos. Eles não portariam inovação social, pois portariam a pauta oitocentista.

O outro grupo seria então o dos movimentos defensivos. Movimentos com medo da ameaça da vida tradicional pela modernização. (movimento de vizinhança e de identidades ameaçadas).

Por fim, devemos lembrar Alberto Melucci, o autor que mais se ateve, dentro do grupo dos Novos Movimentos Sociais, às questões das mobilizações, e com o qual os autores da TPP mais debateram. Sua obra mais completa (e que também já aglutina grande parte do debate sobre o tema) *Challenging Codes: colletive action in the information age* (1996) faz o importante movimento de reintroduzir o debate sobre a identidade coletiva quando tratamos de mobilizações. Psicanalista de formação, seus trabalhos tratam das relações entre o corpo e a política e sua obra influenciou muito do debate posterior sobre a sociedade contemporânea. Segundo Melucci (1996), vivemos em uma sociedade na qual as formas de dominação são deslocadas da esfera produtiva para a do acesso à informação. Alonso (2009) afirma que, para Melucci:

> "A distinção entre as esferas pública e privada teria se extinguido, transformando as relações interpessoais (consumo, lazer, relação com a natureza), sexuais e a identidade biológica (nascimento, morte, doença, envelhecimento) em novas zonas de conflito. Isto é, o conflito teria se deslocado do mundo do trabalho em direção a duas tópicas principais. A primeira delas é o corpo, que, na sociedade avançada, se tornou objeto científico, medicalizado; objeto da moda e do consumo, padronizado.

> Em reação, emergiriam movimentos redefinindo-o como parte da natureza; sede de desejos; nexo das relações interpessoais. Os exemplos são os movimentos de mulheres, gays, jovens, o ambientalista e o de contracultura (Melucci, 1989). A outra tópica é a da 'utopia regressiva com forte componente religioso' (Melucci, 1980). Seriam formas religiosas, orientadas por um 'mito global de renascimento', de defesa contra um mundo racionalizado, exprimindo desejos de integração e negando hierarquias e diferenças da sociedade avançada. Os exemplos são vários tipos de 'integralismo': comunitário, político-religioso, místico-ascético. Os novos movimentos sociais seriam, então, formas particularistas de resistência, reativas aos rumos do desenvolvimento socioeconômico e em busca da reapropriação de tempo, espaço e relações cotidianas. Contestações 'pós-materialistas', com motivações de ordem simbólica e voltadas para a construção ou o reconhecimento de identidades coletivas."

Melucci vai incorporar em seus estudos a noção de Frame, presente na Teoria da Mobilização de Recursos, para explicar a ação coletiva, mas também para tentar compreender a identidade presente nos movimentos. A ação coletiva é ação, mas também produção de significados (Melucci, 1996), inclusive da própria identidade. Ela envolve significados produzidos intersubjetivamente, com negociação dos agentes partilhando uma definição cognitiva (o que a ação é) e uma dimensão prática (a ação propriamente dita).

Melucci incorpora o conceito de redes, mas a partir da ideia de "estrutura de mobilização" da teoria do processo político, adaptando-o ao seu vocabulário. A rede teria caráter interacionista, relacional, a rede é para ele a relação em associações de bairro, de igrejas, etc. O mais importante é que o movimento não somente usa as redes, mas também as produz e assim cria o sentimento de pertencimento, a identidade.

Dois pontos de debate entre a TPP e a TNMS sinalizarão os limites de cada uma das teorias e os posteriores desdobramentos que direcionarão para os elementos importantes das teorias dos movimentos sociais do nosso trabalho. De um lado, a Teoria do Processo Político acusa os partidários dos

Novos Movimentos Sociais de pouco estudo sobre acontecimentos de longo prazo, ou mesmo acontecimentos de um passado não tão distante. Esse seria o motivo de identificar e rotular os movimentos dos anos 60 como “novos”. Por outro lado, os autores que partilham da perspectiva dos Novos Movimentos Sociais levantam questão sobre cultura e identidade, sempre deixadas em segundo plano pela Teoria do Processo Político.

Assimilando as críticas de um lado e de outro o debate sobre a mobilização coletiva supera suas diferenças mais radicais. Para Alonso (2009):

> “Uma convergência mínima entre os enfoques ‘objetivista’ e ‘subjetivista’ se estabeleceu em torno da tese de que movimentos sociais não surgem pela simples presença de desigualdade, nem resultam diretamente de cálculos de interesses ou de valores. As mobilizações envolvem tanto a ação estratégica, crucial para o controle sobre bens e recursos que sustentam a ação coletiva, quanto a formação de solidariedades e identidades coletivas.”

Essa *pax* abre espaço para que novas temáticas entrem em cena e que sejam aprofundados os debates sobre temáticas mais específicas.

2.4. Novas temáticas

As temáticas desenvolvidas pelos pesquisadores durante os anos 2000 reintroduzem questões que foram deixadas de lado pelas primeiras explicações dos anos 70 - como a emoção e a violência - e introduzem uma nova agenda de pesquisa sobre movimentos transnacionais ao mesmo tempo em que aponta para uma “agenda para trás” produzindo novas interpretações sobre eventos dos séculos XIX e XX.

Nos debates sobre a emoção o foco dos trabalhos é trazer de volta a temática das emoções não nas bases em que foi apresentada pela literatura até os anos 60. A emoção volta ao centro dos estudos abandonando a ideia de mobilizações como irracionalidade (tarefa já realizada nos anos 70), mas resgatando a veia Durkheimiana da ritualidade e da efervescência coletiva.

Durkheim (2003) compreendia que uma parte importante da vida social dependia dos rituais dos quais os indivíduos participavam. Jeffrey Alexander (2006) faz um resgate dessa tese, muitas vezes deixada de lado por uma leitura extremamente funcionalista de um Durkheim de “Da Divisão do Trabalho Social”, que encontramos no Durkheim de “As Formas Elementares da Vida Religiosa”.

Para cumprir essa tarefa, Alexander recoloca o debate sobre *frames* em comparação com a noção de *representações coletivas.* As representações coletivas seriam estados de consciência coletiva diferentes dos estados de consciência individual, sistemas simbólicos, categorias cognitivas. Diferente da noção de *frame*, as representações coletivas são estados psíquicos sem consciência, que não passam pela intencionalidade da ação. Não são estados interpretativos. Além disso, para Durkheim, as representações coletivas nunca estarão avulsas, elas são um sistema que possui coerência interna. Seu processo de aplicação se faz pelos indivíduos, mas não pelas consciências, são as performances.

As mobilizações seriam assim, momentos rituais fundamentais para reforçar os laços sociais, e as representações coletivas, ao mesmo tempo em que atualizam sua experiência na prática de vivenciá-lo. O que se reitera é o próprio fundamento de coesão e dos laços sociais.

Nesse contexto, a efervescência coletiva traz um traço de perigo já que é a vida social aparecendo em carne viva, momento de exposição das vísceras sociais. No texto de Alexandrer mais um aspecto importante do debate sobre as emoções é o de que em um evento público, uma mobilização ou qualquer ação coletiva, o comportamento emotivo ajuda fundamentalmente na diminuição das clivagens internas. As emoções deixam de ser, assim, da ordem do patológico para entrar em definitivo nos estudos sobre mobilização.

Outra temática que entra nos debates no inicio do século XXI é a questão da violência. Depois do 11 de setembro ficou difícil separar terrorismo de movimentos sociais. Qual a diferença? Existe realmente alguma fronteira

entre movimentos terroristas e mobilizações pacíficas? Os autores da teoria da TPP sempre estiveram mais à vontade com esse problema, pois entendiam a ação coletiva como um contínuo no qual a violência está presente nas suas mais diversas formas. Já os autores mais próximos da TNMS tentaram por vezes expurgá-la das análises da mobilização.

No entanto, ainda permanecem tensões nos diálogos que apontam para uma sociologia micro e outra macro que não dialogam entre si e que podem apresentar resultados diferentes devido às abordagens distintas. Essas polêmicas sinalizam uma separação que não está presente somente na teoria da mobilização e da ação coletiva, mas que faz parte do debate mais amplo sobre estrutura e evento, micro e macro análise, poder de ação e conformação estrutural, etc., que vai permear todo o campo das ciências humanas durante os anos 80 e 90.

Dessa problematização apresenta-se no campo da teoria da ação coletiva a ideia de sociologia relacional. Seu principio é o de que as análises precisam ser relacionais, é uma questão também de método. A vida social não deve ser explicada nem pelos atores nem pelas estruturas (debate sociológico do século XX até os anos 70), nem mesmo pela contraposição entre microssociologia ou macrosociologia. A sociologia relacional julga que essas abordagens são equivocadas porque a unidade da vida social não é a ação individual (que o individuo não consegue isolar) nem a estrutura (que o individuo não consegue perceber). A unidade de análise é a relação. Essas relações são relações de poder, ou seja, sempre da distribuição desigual de bens escassos.

Essas relações são também contingentes. Isso porque se os atores são conscientes e agem na esfera da relação, então os atores podem mudar microssituações. As situações, relações, sempre são constrangidas pelos agentes, e assim, os mesmos podem alterá-las. As hierarquias não são estáveis e nem mesmo são as mesmas nas diversas regiões da vida social (é o pressuposto Weberiano de que não existe uma estratificação da vida social que

é prioritária, como a econômica). Isso porque a ideia da sociologia relacional não produz interpretações com o aparato teórico da relação entre centro e periferia. Sai de cena a ideia de estrutura para ganhar força o conceito de "redes de relações".

Nessa mesma perspectiva o conceito de *agency* apresentado por Emirbayer e Mische (1998) apresenta uma função importante nesse quadro teórico. Entendido como um engajamento construído temporalmente (um processo) por atores de diferentes tempos estruturais, em contexto de ação temporal e relacional, por meio de troca de *habitus* (conjunto de relações passadas que segue influenciando a ação presente por estar encarnado no próprio ator), imaginação (futuro, elemento projetivo, futuros possíveis) e julgamento (elemento prático, momento onde a ação ocorre, contextualização e projeção pela contingência do contexto). Ele reconecta as análises estruturais com a microssociologia.

Para os objetivos do nosso trabalho, seria apropriado apresentar como o debate entre agency e "redes de relações" foi mobilizado para explicar a ação coletiva. Desse debate extrairemos algumas importantes considerações ao apresentar nossas hipóteses e objetos de pesquisa. Dois importantes trabalhos condensam o debate sobre redes e sua relação com os movimentos sociais.

O Primeiro deles de Florence Passy (2003) apresentar-nos-á uma defesa das vantagens da sociologia relacional e das redes no entendimento dos movimentos sociais. Passy aponta três razões para melhor estudarmos as redes sociais. Em primeiro lugar para compreender e dar uma melhor visão dos mecanismos e dinâmicas que induzem as pessoas a se envolverem na ação coletiva, ampliando a compreensão do processo de participação individual. No inicio do processo de engajamento elas são importantes porque constroem ou reforçam as identidades individuais, criando potencial de participação. No final do processo de engajamento, as redes sociais dão movimento à ação.

Em segundo lugar, compreender as redes sociais permite unificar teorias estruturais e racionalistas. De um lado os estruturalistas enfatizam o papel da

identidade e dos valores para permitir ou constranger a ação. De outro, os racionalistas enfatizam a questão da agência dos indivíduos.

> "While structuralists point to the formation of a potential for participation and recruitment through networks at the beginning of the process, rationalists have developed sophisticated models to grasp individual decisions which come at the end of the participation process. The concept of social networks provides the theoretical link between these two distinct moments. One of the multiple functions of networks intervenes at the end of the participation process, when individuals define their preferences as to whether they will join collective action or otherwise. Individual decisions are shaped, at least in part, by interactions with other actors. Individuals incorporate and make sense of their multiple social interactions which influence the definition of individual preferences. Thus, networks provide a bridge between structuralist and rationalist accounts." (Passy, 2003: p. 4)

A terceira razão é que a ideia de rede social permite trazer de volta a noção de cultura para dentro do debate sobre a participação. "a social network is a network of meanings" (Passy, 2003, p. 5).

Passy entende as redes sociais como ilhas de significados configurando as percepções e preferências individuais. As redes sociais moldam assim, aspectos mais perenes como valores e identidades, mas também aspectos mais voláteis como percepções e preferências.

Dentro da análise das mobilizações e da ação coletiva, Passy apresenta três funções que as redes sociais podem apresentar para os movimentos sociais. A primeira seria a função de socialização. Os agentes se engajam em movimentos sociais por partilharem normas e valores, a participação seria um processo de identificação. As redes sociais desempenham um papel fundamental para a ação coletiva. As redes em que os indivíduos estão envolvidos são fluxos informativos e de significados (rituais, símbolos e narrativas) que formam os *frames* cognitivos dos atores. É uma estrutura interativa que define e redefine os *frames* interpretativos e a noção de realidade à sua volta. Definir qual o papel da internet nessa função de socialização.

A segunda função seria a de “conexão estrutural”. A qual surge antes do individuo adentrar em um movimento social. A identificação com a causa não basta. A ação coletiva é nomeada de ação não-volitiva. Assim, enquanto não houver uma oportunidade de participar (Movimentos sociais, demonstrações públicas, tumultos, etc.) ele não participará. Com isso, as redes sociais são uma das vias principais pelas quais potenciais ativistas são conectados com as oportunidades de que precisam.

Por fim, ela apresenta a função de modelagem decisória das redes. As duas funções anteriores são definidas como *push and pull,* pois os potenciais participantes das ações coletivas ainda não adentraram nenhum movimento social. A função de modelagem da decisão é baseada nos racionalistas (na microssociologia), mas avança para outros campos porque não trata a rede como um instrumento e principalmente porque não vê a ação individual como uma reação de um EGO a um ALTER por antecipar os custos e os potenciais resultados do protesto. Enquanto os estruturalistas são acusados de deixar o individuo de lado, os racionalistas deixam o significado e os valores de lado, elevando a ação humana a uma racionalidade sem liberdade. A perspectiva de Passy é, assim, a de trazer uma fenomenologia para o processo de interação social. Não uma reação, mas uma (re)interpretação cotidiana a fim de dar sentido às suas conexões e seus contatos que molda suas preferências a partir de um criativo processo de aprendizado social. Segundo Passy, essa função que ocorre no exato momento antes da ação liga os conceitos estruturalistas e racionalistas, bem como a noção de estrutura e de agência. Esse modelo é bem parecido com a noção de Estrutura de Oportunidades apresentada pela Teoria do Processo Político. Nela, a ideia de estrutura de oportunidades políticas tenta fazer o link com a percepção sobre as oportunidades, com isso entra em cena uma agencia maior do individuo.

Por fim devemos debater as contribuições de Ann Mische (2011). Em seu trabalho, Mische faz um breve percurso histórico sobre como a temática das redes sociais entra na agenda de pesquisa sobre movimentos sociais e ação coletiva. Ela identifica como centro de convergência das temáticas para

as redes a escola de Nova York. Nesse procedimento, ela apresenta as quatro principais formas de compreender a interação entre as redes sociais, a cultura e a ação coletiva.

A primeira delas define a rede como *condutores da cultura* (ponto de vista que ela identifica com o de Granovetter). Aqui, as redes e os laços sociais seriam substancializados e pré-definidos, não são problematizados. Não pensam na sua constituição mútua. A rede é o espaço de transmissão entre um nó e outro somente.

A segunda forma de pensar essa tríade tem como foco as *redes que moldam a cultura* (e vice-versa). São três os focos desse grupo: a) em redes como clusters incubadores de cultura; b) em posições na rede como geradora de *catnet* (categorias relacionais), ou seja, as identidades nascem pela percepção de uma equivalência estrutural nas posições de rede; c) a rede como construtora de pontes as quais chamamos de laços fracos. Essa perspectiva coloca ênfase muito mais nas conexões fora de clusters densos, ou seja, deixa de lado as posições e as equivalências estruturais para pensar nas conexões entre diversas redes de ativismo.

A terceira forma de pensar essa relação trata das redes de formas culturais. Aqui, um conceito só poderia ser entendido dentro da sua teia de relações com os demais conceitos circulantes, concorrentes ou não. Mische apresenta duas técnicas, primeiro a técnica de mapeamento discursivo e cognitivo e análise de narrativas ou relações sequenciais.

A quarta e última forma de pensar as redes sociais como “cultura via interação”. O objetivo dos autores que assim organizam o debate é considerar que as formas culturais são autônomas das redes e que assim podem ser transmitidas, incubadas ou mesmo transformadas pelos laços em rede.

Muitos trabalhos ficarão de fora dessa modesta revisão sobre a temática dos movimentos sociais e da ação coletiva. Na medida do possível tentaremos discuti-los quando entrarmos nas discussões entre a ação coletiva e os

elementos tecnológicos. O escopo desse projeto de pesquisa não é, porém, concentrar-se nesse histórico e, portanto, deixa para outros autores essa tarefa. Por exemplo, Alonso (2009) realiza essa tarefa magistralmente e serviu de apoio para a construção dessas páginas.

Aos que sentiram falta das ligações mais fortes com a comunicação ou com os elementos da técnica e da tecnologia podemos dizer que o objetivo não era o de construir dentro do mesmo capítulo esse debate para que não ficasse deslocado do objeto que teremos em mãos no momento de exercitar as hipóteses propostas.

Evitamos, também, os questionamentos que teríamos com as diversas teorias da ação coletiva, aqui apresentadas em forma de notas de rodapé, para condensar os questionamentos a fim de não perdermos o foco em cada um dos capítulos.

Por fim, muitos podem ter sentido falta da citação das obras de Manuel Castells nesse contexto, uma vez que foi aluno de Melucci e partilha grande parte das perspectivas teóricas da Teoria dos Novos Movimentos Sociais. Deixamos seus trabalhos para serem debatidos juntamente com os textos que discutem a temática das Redes Digitais.

3. Net-ativismo: a mobilização em contextos digitais.

Algumas perspectivas são importantes para acompanhar esse capítulo. A primeira diz respeito à ideia de que cada período da humanidade esteve associado a um conjunto de aparatos tecnológicos que ajudam a definir a forma como o homem dá sentido à sua existência ao mesmo tempo em que organiza seu aparelho cognitivo. McLuhan será um dos primeiros pensadores a associar os desenvolvimentos tecnológicos às transformações nas formas de pensar, agir e sentir das sociedades segundo ele:

> "(...) as consequências sociais e pessoais de qualquer meio — ou seja, de qualquer uma das extensões de nós mesmos — constituem o resultado do novo estalão introduzido em nossas vidas por uma nova tecnologia. (...) Muita gente estaria inclinada a dizer que não era a máquina, mas o que se fez com ela, que constitui de fato o seu significado ou mensagem. (...) O conteúdo da escrita é a fala, assim como a palavra escrita é o conteúdo da imprensa e a palavra impressa é o conteúdo do telégrafo. Se alguém perguntar, "Qual é o conteúdo da fala?", necessário se torna dizer: "É um processo de pensamento, real, não-verbal em si mesmo." Uma pintura abstrata representa uma manifestação direta dos processos do pensamento criativo, tais como poderiam comparecer nos desenhos de um computador. Estamos aqui nos referindo, contudo, às consequências psicológicas e sociais dos desenhos e padrões, na medida em que ampliam ou aceleram os processos já existentes. Pois a "mensagem" de qualquer meio ou tecnologia é a mudança de escala, cadência ou padrão que esse meio ou tecnologia introduz nas coisas, humanas." (MCLUHAN, 1969, p. 22).

Assim, esse capítulo fará um caminho que rapidamente nos levará das formas de comunicação associadas à oralidade na Grécia antiga até as tecnologias da comunicação digital nos dias de hoje. Nesse percurso mostramos como alguns dos pensadores de cada uma das épocas viram as relações entre homem e tecnologia.

Ao apontar para as antigas cidades-Estado gregas como o início do nosso debate entre tecnologia, comunicação e política podemos imaginar que o percurso começa nas praças públicas, a Ágora. Na verdade, Vernant (1996) leva o nosso debate para um local um pouco diferente, para o teatro grego e suas competições teatrais. É lá que, segundo ele, a ideia de um público que tem como lógica a decisão coletiva ganha corpo através do desenvolvimento das tragédias. Não era importante somente o voto e a competição, mas nesses espaços estavam presentes os valores mais importantes na definição da sociedade grega[22].

E é no mesmo momento em que a participação popular aparece que a crítica a ela toma forma. A ideia de que a população pudesse tomar partido das decisões que envolviam os valores gregos era colocada em questão por um dos filósofos mais importantes daquele tempo.

> "O público do teatro, de mudo, tornou-se falante, como se fosse capaz de entender o que na arte é belo ou não; ao invés de uma aristocracia na música temos uma miserável teatrocracia. (...) *onde a música se remetia ao julgamento da multidão e dos expectadores chegando ao ponto de fazer proclamar o vencedor pelo levantar de mãos."* (PLATÃO, 2002, p. 123).

A inclinação popular a opinar a respeito de cada assunto era associada por Platão à natural tendência das massas a infringir as leis. Seria tal índole a ameaçar a cidade. A expressão dessa tendência perigosa encontrava-se nas formas públicas de julgamento e de opinião pública, como aquelas permitidas na Sicília.

---

[22] Esse capítulo é extremamente tributário das aulas e monitorias desenvolvidas com o professor Massimo Di Felice para o curso de Teoria da Opinião Pública, onde praticamente o projeto teve início, bem como do nosso percurso durante esses dois anos e meio.

A aversão ao acesso às informações e ao público em geral se manteve como uma constante na cultura ocidental. Passando pelas distintas épocas da história é fácil encontrar a mesma concepção platônica em diversos momentos, desde a época da tradução da Bíblia na língua dos camponeses da Alemanha do séc. XVI efetuada por Martin Lutero, e advertida pelas autoridades católicas como uma vulgarização do sagrado, até a época da revolução industrial, quando o desenvolvimento dos meios de comunicação passou a determinar o surgimento de uma nova cultura de massa. Embora em contextos e significados distintos, o medo da "teatrocracia" e da participação das massas está constantemente presente nas críticas desenvolvidas por distintos autores à cultura da participação da sociedade.

Em época mais recente a "tecno" e a "massafobia" encontrarão os seus novos alvos nos meios de comunicações de massas e nas novas tecnologias comunicativas. Serão, sobretudo, as obras de alguns dos autores da Escola de Frankfurt a fornecer os principais elementos interpretativos críticos da sociedade e da cultura de massa. Sem reduzir a complexidade do pensamento elaborado pelo conjunto de diferentes autores à critica e à mídia de massa, deve-se, todavia, concordar com o fato de que as análises elaboradas, sobretudo por Theodor Adorno e Max Horkheimer (1997), introduzem uma nova percepção sobre os fenômenos da comunicação. De fato, se os autores que os precederam concentraram-se na crítica das massas e das formas coletivas e irracionais das práticas culturais da nova sociedade, os frankfurtianos concentraram a própria análise crítica nos meios e nas suas importantes funções socioculturais. O alvo das críticas deixava, portanto, de ser o público, passando a ser a racionalidade instrumental e, com esta, a inseparável relação entre a técnica e a produção inaugurada pela sociedade industrial e pela sua original forma de simbiose político-comunicativo-cultural. A contextualização sócio-política ligava às análises do processo de alienação àquela da produção cultural, isto é, das novas formas de dominações simbólicas. Nesta percepção, a tecnologia, sobretudo na sua forma comunicativa, tornava-se o elemento estratégico para a funcionalidade do sistema. Era através do "mass-media" que a indústria cultural existia e passava

a impor valores e modelos de comportamento, criando falsos desejos e impondo uma linguagem uniformizadora capaz de chegar a todos. A técnica seria, na visão de Adorno e de Horkheimer, a mera expressão da dominação. Está, provavelmente, nesta absolutização, um dos limites mais evidentes da teoria crítica a respeito da sociedade de massa – evidente na percepção mono-causal que limitava o papel social da mídia à sua única utilidade instrumental, fazendo coincidir a natureza da comunicação apenas com a sua finalidade política de alienação.

Estamos diante de uma inversão da concepção midiática adorniana e de uma superação do lugar-comum que limitava a análise da interação e das experiências mediáticas à análise dos seus efeitos e dos seus conteúdos – o resultado seria uma problematização do conceito de cultura e de sociedade de massa. O que parece ter entrado em crise, portanto, segundo o pensamento de Vattimo, é um determinado e datado pensamento crítico que, além de simplificar o processo comunicativo reduzindo-o à sua finalidade político-produtiva, acabava expulsando da sociedade a possibilidade da mudança e de transformação social.

É posto aqui um ponto de vista fértil para a nossa época que passa a pensar a tecnologia como um elemento importante nos processos de transformação social, reivindicando, para a mesma, um papel não somente instrumental, mas ativo e transformador.

Nossa primeira referência para os estudos das mobilizações nas redes digitais é sem dúvida McLuhan (1969). Seu entendimento sobre a forma como os meios de comunicação participam do desenvolvimento humano são inovadoras e merecem nossa atenção. Diferente da visão corrente na tradição dos estudos em comunicação (MATTELART e MATTELART, 1999) que tratam os meios de comunicação como ferramentas ou mesmo instrumentos para comunicar - uma visão instrumental dos meios - McLuhan aponta para a importância de pensar a tecnologia em geral, e as tecnologias da comunicação em particular como constitutivas da nossa forma de estar no mundo. Segundo ele “Os efeitos da tecnologia não ocorrem aos níveis das opiniões e dos

conceitos: eles se manifestam nas relações entre os sentidos e nas estruturas da percepção, num passo firme e sem qualquer resistência." (McLuhan, 1969, p. 34). Com essa afirmação o autor não tenta virar o jogo das determinações e causalidades dos acontecimentos da vida social da esfera econômica ou política para a tecnológica. Seu objetivo é, antes de tudo, devolver à tecnologia um lugar junto às múltiplas determinações do social.

Tal concepção pensa as novas tecnologias da informação e da comunicação como o emergir de uma nova relação equidistante tanto do paradigma tecnocêntrico quanto daquele antropocêntrico, como já mencionou Castells: *"o dilema do determinismo metodológico é provavelmente infundado, dado que a tecnologia é a sociedade e a sociedade não pode ser compreendida ou representada sem as suas extensões tecnológicas"* (CASTELLS, 2003, p. 43).

Seu projeto de pesquisa faz assim um percurso histórico no qual nos mostra como tecnologias de comunicação específicas estão em estreita relação com formas de pensar o mundo e a sociedade em determinada época. Assim, não podemos entender o desenvolvimento da subjetividade dentro da sociedade burguesa sem pensar o papel que o livro tem para esse período. É dessa postura que extraímos, em grande parte, nosso modelo explicativo sobre as possibilidades oferecidas à nossa época pelas tecnologias de comunicação digital organizada em rede. Para Di Felice:

> "Na época contemporânea, a humanidade estaria enfrentando uma ulterior revolução comunicativa, implementada pelas tecnologias digitais, que, numa concepção histórica, constituiria a quarta revolução e que, como as outras, importantes transformações no interior dos distintos aspectos do convívio humano. Nesta última, além da expansão do elemento comunicativo, que passará a permitir o alcance das informações a um público ilimitado e a transmissão em tempo real de uma quantidade infinita de mensagens, é o próprio processo e o próprio significado do ato de comunicar a serem radicalmente transformados." (Di Felice, 2008, p.22).

O autor está tratando das questões referentes à mudança radical apontada por McLuhan justamente pela introdução de uma nova tecnologia comunicativa,

que produz uma inovação profunda no processo de comunicação, a internet. Como dissemos, a transformação decorrente da introdução da comunicação digital em um espaço antes dominado pela comunicação analógica espraia-se para todos os espaços da vida social. Santaella (2004) mostra outras características dessa mudança:

> "A emergência da cultura digital e seus sistemas de comunicação mediados eletronicamente transformam o modo como pensamos o sujeito, prometendo também alterar a forma de sociedade (...). A figura do eu, fixo no tempo e no espaço, capaz de exercer controle cognitivo sobre os objetos circundantes não mais se sustenta. A comunicação eletrônica sistematicamente remove os pontos fixos, as fundações que eram essenciais às teorias modernas. (...) Toda a variedade de práticas inclusivas na comunicação via redes- correio eletrônico, serviço múltiplo, instável, mutável, difuso e fragmentado, enfim, uma constituição inacabada, sempre em projeto." (Santaella, 2004, p. 126).

Para compreender com mais clareza a dimensão das mudanças de nossa época podemos operar uma saída do campo da comunicação para buscar auxilio na antropologia e na filosofia da ciência. Dentro desse campo é notável a obra de Bruno Latour (1994 2000). Seu objetivo também é o de operar um descolamento do humano da sua posição de centralidade. Mas ao produzir esse deslocamento Latour não deixa um espaço vazio como os pós-modernos (como veremos em breve), no lugar do humano ele propõem uma rede de atores composta pelos elementos da natureza, da cultura e da técnica. A supremacia dos humanos frente aos não-humanos desaparece. Explicar a sociedade é explicar a rede sociotécnica que a organiza. De novo voltamos ao diálogo com McLuhan. Compreender uma sociedade sem problematizar a tecnologia de sua época ou mesmo suas relações com um mundo natural (se é que ainda cabe esse nome ou essa separação) é deixar o homem no centro. É manter a tradição e a perspectiva renascentista. É, inclusive, não discutir os pontos levantados pelos pós-modernistas, como Gianni Vattimo.

Para Vattimo, a crise do ocidente está intimamente ligada à perda da concepção unitária da história:

> "O declínio do Ocidente significa dissolução das ideias de um significado e de uma direção unitária da história da humanidade, que na tradição moderna constituiu uma espécie de pano de fundo contínuo do pensamento ocidental, que considerava a própria civilização como o máximo nível evolutivo alcançado pela humanidade e que a partir disso ouvia-se chamado a colonizar, converter, submeter todos os outros povos com os quais entrava em contato. A ideia de que a história possua um sentido progressivo, ou seja, que por caminho mais ou menos misterioso e guiado por uma racionalidade providencial se aproxime cada vez mais de uma perfeição final, foi a origem da modernidade, e pode-se dizer que constitui a essência da mesma modernidade." (Vattimo, 1992, p.40)

A grande força do pensamento de Vattimo e sua importância para o nosso trabalho não está somente na sua interpretação de deslocamento radical dos valores ocidentais da sua condição de possibilidade de dominação incontestável, está também no elemento que opera esse deslocamento, a saber: os meios de comunicação de massa. Em franca oposição aos argumentos e aos modelos propostos pela Escola de Frankfurt sobre a importância e o significado dos meios de comunicação de massa em nossa sociedade, os efeitos da destruição dos pontos de vistas centrais:

> "Parece exatamente contrario a imagem que dele tinha o filósofo Theodor Adorno. Na base da sua experiência de vida nos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial, Adorno, em suas obras como Dialética do Iluminismo e Minima Moralia, previa que a rádio (e só mais tarde a TV) tivesse o efeito de produzir uma geral homologação da sociedade, permitindo e até favorecendo, por uma espécie de tendência demoníaca intrínseca, a formação de ditaduras e de governos totalitários capazes, como o 'Grande Irmão' de 1984, de George Orwell, de exercer um controle minucioso sobre os cidadãos, através de uma distribuição de slogans, propaganda (comercial como política), visões de mundo estereotipadas. O fato que aconteceu, porém, não obstante todos os esforços dos monopólios e das grandes centrais capitalistas, é que a rádio, a televisão, os jornais se tornaram elementos de uma grande explosão e multiplicação de Weltanschauungen, de visões de mundo." (Vattimo, 1992, p. 11).

Seguindo nosso percurso no entendimento das alterações colocadas em movimento pelas tecnologias digitais, devemos nos ater a outros dois pesquisadores que, cada qual ao seu modo, levantam a questão sobre a forma

como nossa mente e nossas qualidades perceptivas alteram-se com o desenvolvimento das novas tecnologias da comunicação. Pierre Levy (1995) desenvolve o conceito de *inteligência coletiva,* enquanto Derick de Kerckhove (2009) apresenta o conceito de *inteligência conectiva*. Os dois autores estão interessados nas formas de produção e disseminação do conhecimento que ultrapassa o individuo e que depende, para existir, das redes sociotécnicas descritas por Latour. Levy define da seguinte forma seu conceito de inteligência coletiva:

> "É uma inteligência distribuída por toda a parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em mobilização efetiva das competências. Acrescentemos à nossa definição este complemento indispensável: a base e o objetivo da inteligência coletiva são o reconhecimento e o enriquecimento mútuo das pessoas, senão o culto de comunidades fetichizadas ou hipostasiadas. Uma inteligência distribuída por toda parte: tal é o nosso axioma inicial. Ninguém sabe tudo, todos sabem alguma coisa, todo o saber está na humanidade." (Levy, 1995, p. 58).

Fica clara a intenção de Levy em deslocar o conhecimento, sua produção e sua circulação do individuo para a comunidade (nesse caso para a humanidade). Já De Kerckhove tenta resgatar a importância do sujeito nessa relação entre redes e indivíduos substituindo a inteligência coletiva pela *inteligência conectiva. "*(...) entramos na sociedade conectiva. A nova experiência psicológica resultante dos últimos avanços tecnológicos dá origem a um novo ser humano, que combina sua subjetividade com a conectividade." (2009, p. 34).

Ao tratarmos dos autores que debatem a Opinião Pública e a Esfera Pública também estabelecemos uma divisão entre meios de comunicação analógicos e meios de comunicação digital. Como afirma Di Felice

> "A partir de um ponto de vista estrutural, para que a forma comunicativa do espetáculo acontecesse, era necessário, como mostra a etimologia do termo "analógico" (do grego, proceder separado), a instauração da separação entre emissor e receptor, isto é, entre o ator, o político, o apresentador de um programa televisivo e o seu público. (...) Serão a eletricidade e a mídia de massa a consolidarem a

> demoscopia e os espaços informativos da vida coletiva, determinando o surgimento da esfera pública e dos espaços cognitivos de sociabilidade." (Di Felice, 2008, p.25).

Não podemos tratar do debate sobre a esfera pública sem lembrar a definição de Habermas segundo a qual "A esfera pública burguesa pode ser concebida num primeiro momento como a esfera dos privados reunidos com um público." (Habermas, 1984). O autor percebe o processo de constituição da esfera pública partindo de dois conjuntos de ações: de um lado as reivindicações da burguesia contra a aristocracia e o poder baseado na tradição, de outro, o surgimento de uma nova subjetividade no interior da sociedade civil, isto é, fora do controle das relações feudais servis, na esfera privada da lógica econômico-racional dos comércios e naquela esfera intima e particular do indivíduo.

Sem dúvida esse processo de formação e consolidação da esfera pública teve impulso importante no desenvolvimento das tecnologias da comunicação, mais precisamente nesse primeiro momento da imprensa. (Briggs e Burke, 2004) Apontam para a importância da impressão gráfica como facilitadora da acumulação de conhecimento e por difundir as descobertas da época sem que fosse preciso se preocupar com perder as informações. Outro ponto fundamental levantado pelos autores é que a imprensa torna os leitores mais conscientes da existência de histórias e pontos de vista conflitantes fato crucial para que o debate no espaço público possa acontecer. Dessa forma, o processo de surgimento da opinião pública deveria ser problematizado também em sua relação com um fato técnico, a invenção da impressão gráfica e mais adiante, da imprensa.

O século XX foi o momento em que as mais diversas teorias sobre o comportamento da opinião pública aparecem. A relação entre teorias da opinião pública e teorias da comunicação é muito estreita durante todo esse período, assim, evitamos fazer aqui uma extensa revisão bibliográfica sobre a temática das escolas e paradigmas do campo da comunicação tentando manter o foco nas relações entre mobilização, comunicação digital e a opinião

pública nesse contexto. No entanto, não podemos nos esquecer de Niklas Luhmann (1980) que identifica na opinião pública uma função cognitiva. Seu trabalho, muito próximo das questões levantadas pelo interacionismo simbólico, vai ser importante para o debate da ideia de *frame* (apresentada pela Teoria da Mobilização de Recursos, a qual está inserida no campo das pesquisas sobre Movimentos Sociais) e para recolocar o debate sobre a possibilidade de se pensar uma esfera pública opinativa separada da ação coletiva.

O nosso debate sobre as transformações no espaço público, seja como opinião, seja como ação está apresentado em suas linhas gerais também no texto de Di Felice (2008) segundo o qual a passagem dos meios de comunicação analógicos para os meios de comunicação digital reorganiza a forma de fazer política. Agora a política pode ser feita pela comunicação de "todos para todos". Muda-se a forma, mas também os conteúdos. As características dessa passagem do analógico para o digital são resumidas da seguinte forma:

> "(a) Utilização de redes digitais, internet, videocâmeras, máquinas fotográficas, satélites, enfim, todos os meios que tornam possíveis a todos, em tempo real, as informações e sua produção, (b) Colocação em pauta das politicas locais da problemática global (ambiente, disparidades econômicas, participação nas decisões, etc.), (c) Desenvolvimento de uma atuação política em nível global e local ao mesmo tempo, (d) Não produz formas personalísticas nem confia sua sorte as personalidade e qualidade de um político/líder, (e) Encoraja o indivíduo não somente à participação, mas à informação, (f) Não tem necessidade de vultosos recursos econômicos, (g) Não luta pelo poder, mas pela solução colaborativa para uma problemática específica, (h) Não é necessariamente ligada a uma ideologia ou uma determinada orientação política, (i) Promove ações sem objetivos nem conteúdos iniciais e convida todos à participação, à construção e à sua escolha, com resultados não previstos." (Di Felice, 2008, p.54).

Essa é, assim, a forma de mobilização e participação que debateremos nos capítulos que serão desenvolvidos nessa dissertação.

Apesar de ser o objetivo do projeto entender os significados e as formas de ação coletiva em ambientes de redes digitas, acreditamos que cabe uma

rápida exposição sobre a internet e sua relação com a política e a ação coletiva. A internet surge, na avaliação do sociólogo Manuel Castells (2003), da liberdade de pensamento e da inovação, associada ao contexto dos *campi* universitários dos anos 60, nos EUA, e à capacidade criativa dos seus produtores (CASTELLS, 2003, p. 24). A arquitetura da rede, seus dispositivos técnicos, foi sendo alterada mediante os usos e as apropriações dos seus usuários/produtores ao longo da sua história. Para Castells, a "Internet é uma criação cultural" e distingue os produtores/usuários (criação e configuração da Net) dos consumidores/usuários. Para ele, a cultura, fonte de significados, é uma construção coletiva que transcende preferências individuais e forma comportamentos e costumes. Sendo assim, a Internet funda um novo padrão de comunicação e também uma nova cultura, estruturada em quatro camadas culturais que contribuem para uma ideologia da liberdade: a cultura tecnomeritocrática (dos produtores/usuários), a cultura hacker, a cultura comunitária virtual, e a cultura empresarial (CASTELLS, 2003).

Além da promoção de uma nova cultura, com a expansão da Internet, surgiu uma série de movimentos de ação direta, com práticas sociais e comunicativas específicas, explicitando uma rede de relações e de novos conflitos sociais; ampliou-se e diversificou-se o termo *ativismo*, de origem estadunidense, enquanto modalidade de organização e ação política direta de base (marcada por boicotes ao consumo de determinados produtos, ocupações, manifestações e protestos ligados aos direitos humanos, civis e ambientais) (DI CORINTO e TOZZI, 2002); e surgiu um novo tipo de participação e de atuação que vai das formas de conflitualidade em defesa dos recursos naturais e do ambiente às lutas indígenas em defesa da diversidade cultural, dos territórios e da participação, em fóruns mundiais contra o neoliberalismo às formas de protesto contra o G8 e até pela reforma da ONU.

Os ativistas já estavam habituados ao uso de meios de comunicação em suas lutas, mas nada que fosse tão instantâneo e interativo quanto a Internet. Desde o movimento neo-zapatistas em Chiapas (1994) – que inaugurou uma nova forma de conflito divulgando seus comunicados pelas redes, conectando-

se, assim, a outros movimentos sociais globais e permitindo o acesso às informações e a atuação conjunta da sociedade civil internacional que passou a desenvolver um papel ativo no conflito entre o governo mexicano e as comunidades indígenas através da rede (DI FELICE & MUNOZ, 1998) – até os movimentos antiglobalização, surgidos após o fim da Guerra Fria, com a crise do estado do bem-estar social e das barreiras econômicas criadas pelos monopólios multinacionais, o que se manifestou foi a assunção, através do uso de uma nova tecnologia comunicativa, de um novo protagonismo sócio-político emerso da descentralização das redes.

A forma de cidadania e ativismo que caracteriza tais movimentos é resultado de uma interação fecunda entre sujeitos, grupos e entidades com as redes informativas e as diversas interfaces utilizadas. Desta maneira, os objetivos, suas definições, suas disseminações e suas implementações são, em muitos casos, resultados não de um processo unidirecional, mas construídos em rede de forma colaborativa. Esta dimensão específica nos leva à necessidade, no interior da análise do net-ativismo, de aprofundar o significado da ação social.

Dessa forma, a cartografia conceitual sobre esses movimentos remete ao nascimento da própria Internet. No final dos anos de 1950, surgem no MIT (Massachussets Institute of Technology) os primeiros programadores que experimentavam o potencial coletivo criativo do computador que, ao delinear uma ética *hacker*, voltada para a informação livre como direito humano basilar, percebiam nas redes telemáticas a realização desse princípio. Emergia então o que foi denominado posteriormente como *hacktivismo*, formado por aqueles que buscam melhorar o mundo com o uso não convencional do computador, com implicação social, política e cultural (DI CORINTO e TOZZI, 2002).

Novos movimentos e novos conceitos surgiram, autodenominados (ou denominados no esforço de compreensão dos fenômenos em observação), como *Internet Activism*, *Eletronic Advocacy* ou *Ciberativismo.*

O termo ciberativismo origina-se nos anos 90 do século XX com a utilização das tecnologias digitais em rede por grupos ativistas ligados aos movimentos *no-global*, como o *People's Global Action*, alguns organizando grandes protestos de repercussão mundial como aqueles que tomaram as ruas de Seattle (1999), Genova (2001), Londres (2004). Esse tipo de ativismo midiático tem nas novas tecnologias de comunicação um instrumento valioso para fortalecimento da organização tanto local quanto globalmente, arrecadação de fundos, coordenação de campanhas e protestos, obtenção e difusão de informações, denúncias e petições. Em termos gerais, o ciberativismo refere-se a como utilizar a Internet para dar suporte a movimentos globais e a causas locais, utilizando as arquiteturas informativas da rede para difundir informação, promover a discussão coletiva de ideias e a proposição de ações, criando canais de participação (LEMOS, 2003).

Todavia, o que constitui característica própria do ciberativismo, ou ativismo on-line, não se resume à simples incorporação da Internet aos processos comunicativos do ativismo, mas inclui a forma como essa tecnologia comunicativa transformou substancialmente o próprio ativismo e os conceitos de comunidade, espaço democrático, identidade coletiva e estratégia política, implicando em uma mudança significativa nas formas de ação social por parte dos movimentos ciberativistas (MCCAUGHEY & AYERS, 2003).

Pretendemos nos reapropriar do termo "*netactivism*" ou net-ativismo, que deu título ao livro de Ed Schwartz (SCHWARTZ, 1996), apenas para simplificação da expressão *Network-Ativismo*, a qual empregaremos aqui de forma a não restringir o seu significado ao âmbito da democracia eletrônica e das redes cidadãs de participação política tão referidas por Schwartz, ou aos usos da Internet propostos pelo ciberativismo, mas para também analisar uma nova forma de ativismo digital em rede e na rede que se articula como maximização das possibilidades de autonomia e sustentabilidade do desenvolvimento e da criatividade, no âmbito dos movimentos *new-global* caracterizados, não pela oposição à globalização, mas pelo advento de uma identidade cidadã global. Cidadão este que é habitante das redes digitais, que

não nega a diversidade local e cujas pautas reivindicatórias e de ação glocal avançam na direção do atendimento das necessidades comuns, tais como a democracia, equidade, consumo consciente, sustentabilidade etc., muitos deles constituindo redes de redes, ecossistemas onde sociedade, tecnologia e natureza tornam-se sujeitos glocalmente interagentes.

Como citado anteriormente, nas últimas décadas no cenário mundial multiplicaram-se novas formas de protestos e de ações de cidadania que viram a constituição de novos sujeitos que, através da interação digital, desenvolveram novas práticas de participação e de atuação. Ao lado do seu importante significado sócio-político, essa nova forma de atuação remete à transformação do conceito de ação apontando para a necessidade da reflexão sobre o conceito de *net-ativismo* desenvolvido nas redes digitais. Delineada como uma realidade qualitativa, os efeitos e o impacto das redes digitais de colaboração não ocorrem somente nos níveis das opiniões e dos conceitos, mas se manifestam nas relações entre os sentidos, nas estruturas da percepção (MCLUHAN, 1994) e nas relações entre os sujeitos e os territórios.

Analisar a natureza das transformações da ação na época contemporânea significa, portanto, não somente analisar as novas práticas de interações em redes, mas, sobretudo, investigar os novos significados emergentes do social e da participação no interior dos novos contextos simbiótico-transorgânicos. Nesses, o humano e o tecnológico desenvolvem novas formas de interações que, superando a forma antropocêntrica, apontam para práticas tecnológicas da sociabilidade onde as práticas sociais tradicionais são flanqueadas pelas interfaces digitais e pelas formas de interações entre humanos e tecnologias da informação, constituídas por fluxos comunicativos em rede que parecem anular a distinção analógica entre emissor e receptor.

Compreendemos que as redes digitais instauram uma forma comunicativa feita de fluxos e de troca de informações “de todos para todos”, principalmente em sua versão Web 2.0 (ou ainda *groupware* ou *participatory Web*), marcada pela velocidade e pela emergência de plataformas colaborativas. Do ponto de vista político, com relação à forma analógica de

comunicação (especialmente jornal, rádio e TV) mudam os meios utilizados, as formas e os conteúdos.

Assim sendo, a análise sobre as redes irá contemplar não só o aspecto relacional dos atores que estão imersos nelas, mas também focaremos a análise dos seus dispositivos técnicos, nas suas arquiteturas digitais, levando em consideração os objetos tecnológicos e as estruturas comunicativas que tornam possível a existência de uma rede comunicativa relacional. Para isso, iremos nos referir aos estudos do antropólogo Bruno Latour, segundo o qual as redes digitais produzem um significado híbrido de interação que une os elementos orgânicos àqueles inorgânicos, desenvolvendo formas simbióticas entre a técnica e o humano.

O social para Latour é uma rede heterogênea composta por atores sociais e por elementos tecnológicos e, portanto, deve ser pensado não mais simplesmente como um conjunto de relações entre indivíduos. Distanciando-se da noção de rede produzida pela cibernética. Bruno Latour desenvolve a “teoria ator-rede”, que se propõe a pensar a realidade comunicativa nos contextos de rede, levando em conta as formas de hibridação. Mais que verdadeira e propriamente uma teoria, segundo Latour a teoria “ator-rede” é um método de estudo baseado nas noções de simetria e de tradução.

Com tal definição, Latour abre a possibilidade de pensar uma multiplicidade de atores intervenientes que efetivamente agem e compõem a rede através da circulação de alianças, de fluxos, dentro dos quais todos agem e recebem interferências constantes. Superando o conceito antropocêntrico de um sujeito fabricante que define e cria o mundo, tal definição prefere delinear a realidade de uma rede heterogênea, composta por atores humanos e não-humanos, igualmente conectados.

É a partir dessa concepção simbiótica das redes tecno-humanas que repensaremos as novas ações na rede, pautadas também pela hibridação entre informação e território para aquilo que chamamos de *habitar atópico*, conceito desenvolvido pelo sociólogo Massimo Di Felice, pelo qual se refere a

um específico modo de estar no mundo delineado pela forma comunicativa digital, sendo assim, pelo fim da dialética entre sujeito e território ocasionada pela configuração digital do espaço (DI FELICE, 2009).

Uma vez que a pesquisa buscará o estudo do ativismo em rede no Brasil será de grande relevância o aporte teórico de pesquisadores brasileiros na análise das relações entre mídias digitais e sociedade no campo da cibercultura.

A influência da tecnologia no cotidiano da sociedade é abordada por Eugenio Trivinho (2005) que, no conjunto da sua importante obra, destaca a "dromocratização generalizada da existência" ocasionada pela informatização progressiva da esfera do trabalho e do espaço doméstico e na virtualização e ciberespacialização do mundo. A interatividade e o dispositivo dromocrático, para Trivinho, significam a introdução de outra velocidade e outra tempo-espacialidade na esfera social:

> "(...) A consolidação transnacional da velocidade como comunicação em tempo real representa, em si mesma, para além de sua expressão setorial, fragmentária, atrelada ao território geográfico, a vigência do dispositivo sociodromológico como regime estrutural e universal, de caráter sistêmico definido, numa palavra, como dromocracia, em sua tipificação mediática. Nessas condições, o conceito de dromocracia expressa bem aquilo de que se trata: a velocidade técnica e tecnológica equivale a um macrovetor dinâmico exponencial de organização/desorganização e reescalonamento permanente de relações e valores sociais, políticos e culturais na atualidade." (TRIVINHO, 2005, p.8).

Já André Lemos (2002) destaca que, nos contextos da cibercultura, é necessário repensar a função social das tecnologias midiáticas a partir dos significados de inovação dos processos participativos da sociedade, substituindo as praticas verticais por aquelas horizontais:

> "A cibercultura, como arquétipo do *hacker-cyberpunk*, substitui a tecnocultura moderna com o seu *especialista-cybernanthrope*. Hoje, ao contrário do que acreditam pensadores de renome como Virilio e Baudrillard, não existe

> um sistema tecnológico que aniquile a vida social. É a rua que vai dar forma ao novo sistema técnico da cibercultura. Esta é a expressão do uso subversivo da tecnologia e, consequentemente, produto de uma atitude ativa em relação aos dispositivos técnicos." (LEMOS, 2002, p. 34)

Lucia Santaella, em seu texto *Linguagens líquidas na era da mobilidade* (2007), destaca cinco gerações tecnológicas ligadas ao desenvolvimento das formas de interação entre sujeito e mídia: *tecnologias do reprodutível, tecnologias da difusão, tecnologias do disponível, tecnologias do acesso* e *tecnologias da conexão contínua*.

Seria nesta última fase – que se refere à coletividade móvel, à computação portátil e à WEB 2.0 – que se difundiria uma nova forma de interação social e novas práticas experimentais de ação colaborativa. Seria nesse período, portanto, que se manifestariam as *social networks* e as mais recentes formas de net-ativismo.

Sergio Amadeu (2009) destaca como as redes digitais refletem e reiteram as possibilidades democráticas da arquitetura aberta e não-proprietária da Internet, com suas topologias de rede completamente descentralizadas e de difícil controle:

> "(...) as aplicações multimídias em um cenário de mobilidade, o avanço da interatividade, as práticas sociais colaborativas, o enfraquecimento da metáfora da pirataria e a manutenção da cultura hacker como hegemônica no ciberespaço levam ao reforço das arquiteturas distribuídas." (AMADEU, 2009, s/n).

Amadeu também destaca a importância do estudo da estrutura das redes como sendo de fundamental importância para o pesquisador de comunicação digital, primeiro porque elas:

> "(...) têm um desenho e geometria diferenciados. Segundo, porque as redes são flexíveis e é provável que o grau de flexibilidade interfira na comunicação. Terceiro, porque, se há pouca utilidade no estudo do formato da comunicação broadcasting – devido à sua estabilidade e

> rigidez –, a organização, as regras de conectividade e o desenho de uma rede digital podem interferir, não somente na formatação dos conteúdos comunicados, mas também na velocidade de transferência dos pacotes de informação e até mesmo nos próprios conteúdos.” (AMADEU, idem, s/n)

Salientamos, finalmente, para a abordagem do problema das especificidades do net-ativismo, a importância dessas perspectivas conceituais: *net-ativismo* como ação específica em e na rede que buscaremos melhor aprofundar na pesquisa empírica; *ator-rede* como um modo pelo qual iremos analisar as plataformas colaborativas, destacando a ação desses sujeitos associada também ao agenciamento dos objetos técnicos (arquitetura informativa das plataformas colaborativas), e *habitar atópico*, como a espacialidade inteligente que envolve ecossistemas comunicativos e informativos que não só problematizam a ação no território, mas proporcionam novos sentidos e percepções transorgânicas para o modo de estar e para o mesmo significado de democracia na contemporaneidade.

3.1. Os principais casos de net-ativismo internacional.

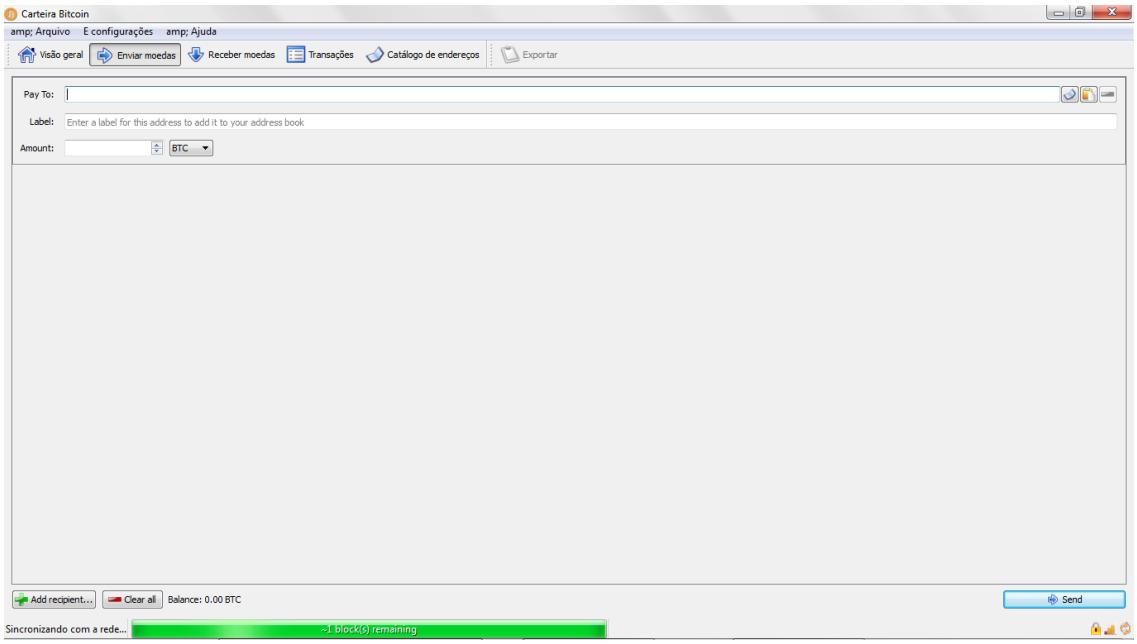
3.1.1. Bitcoin

Bitcoin é uma moeda digital criada em 2009 por Satoshi Nakamoto. O nome também se refere ao programa código aberto que ele projetou para usar a moeda, e a rede peer-to-peer que ele forma. Diferente da maioria das moedas, o bitcoin não depende de nenhum emissor centralizado. O bitcoin usa um banco de dados distribuído pelos nós da rede peer-to-peer para registrar as transações, e usa criptografia para prover funções básicas de segurança, como certificar que os bitcoins só podem ser gastos pelo dono, e evitar gastos duplos.

O projeto de Bitcoin permite propriedade e transferências anônimas de valores. Bitcoins podem ser salvas em computadores na forma de um arquivo carteira, ou em serviços de carteira provido por terceiros; e em ambos os casos os bitcoins podem ser enviados pela Internet para qualquer pessoa que tenha um endereço de Bitcoin. A topologia P2P da rede Bitcoin e a ausência de uma entidade administradora central torna inviável que qualquer autoridade, governamental ou não, manipule o valor de bitcoins ou induza inflação "imprimindo" mais notas[23].

[23] Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Bitcoin

Imagem 1 – Exemplo de uma carteira Bitcoin



Fonte: <usuário anônimo>.

3.1.2. Primavera Árabe

A primavera árabe foi a sequencia de eventos e mobilizações ocorridos nos países do norte da África e no Oriente Médio. A Tunísia, primeiro país árabe a se levantar contra a opressão de seu regime autoritário e a favor da democratização das suas instituições políticas, conseguiu derrubar o governo de Ben Ali (14 de janeiro de 2011). Embora situados em contextos diferentes e devido a fatores políticos específicos, o mesmo ocorreu no Egito (11 de fevereiro de 2011), na Líbia (20 de outubro de 2011) e no Iêmen (20 de fevereiro de 2012). Durante e após essas revoltas populares, sobressaíram os jovens e mulheres, até então novos sujeitos na cena política local, os quais, em muitos casos, faziam das redes digitais o lugar da expressão da sua opinião e da ação e coordenação política.

Imagem 2 - Praça Tahrir, Egito.

Fonte: < http://revistaepoca.globo.com/Mundo/noticia/2012/06/egipcios-voltam-praca-tahrir-em-protesto-contra-poder-dos-militares.html>

Além dos inúmeros grupos e comunidades online presentes principalmente no *Facebook* e que foram atuantes nas revoltas árabes, destaca-se o site: http://www.tunezine.com; criado pelo jornalista Zouhair Yahyaoui, em 2001, site este que se tornou um dos principais instrumentos de oposição ao governo de Ben Ali. Por causa do seu conteúdo, Yahyaoui foi preso e solto, morrendo logo em seguida, em 2005, de ataque cardíaco. Atualmente o site está fora do ar, mas tornou-se referência na luta contra o regime.

3.1.3. Wikileaks

O Wikileaks é uma organização net-ativista que tem por objetivo publicar informações sobre governos, empresas e quaisquer outras organizações que sejam de interesse público. Sua principal característica é o extremo anonimato com o qual as suas fontes são tratadas. Tal postura está inscrita nos princípios

da organização e pode ser acessado no próprio site do grupo[24]. Apesar de seu nome carregar a denominação “Wiki” a maior parte de seu conteúdo é editado somente por pessoas com autorização especial.

O site Wikileaks entra em funcionamento em 2006 e em apenas um ano já continha mais de um milhão de documentos. Entre os seus idealizadores estão nomes do movimento cypherpunk e de organizações ciberanarquistas como Julian Assange, seu principal dirigente e criador. Suas ações não distinguem governos democráticos, ditaduras ou empresas de qualquer sorte. A postura do site é a da divulgação ampla de tudo que julguem ser de interesse público e que precise de um local com o sigilo adequado para que seja veiculado.

A divulgação de dados sigilosos de governos e empresas alcançou sua maior repercussão quando o site recebeu documentos da correspondência diplomática do governo norte americano com inúmeras de suas embaixadas. Parte desses documentos revelava os nomes de informantes do governo dos EUA por todo o planeta.

Como forma de represália e tentativa de censura diversas empresas cancelaram a prestação de serviços ao site como, por exemplo, as redes Mastercard e Visa. Outro exemplo marcante foi o boicote do twitter, em 2010, aos posts em seu servidor contendo qualquer menção ao Wikileaks.

O site ainda hoje funciona por meio de doações e servidores hospedados em países como Suíça, Finlândia e Dinamarca.

---

[24] Manter as referências atualizadas sobre o Wikileaks não é tarefa fácil, pois o site sofre ataques de inúmeros governos e empresas, o que desorganiza constantemente seus links.

Imagem 3 – Página principal do site Wikileaks

Fonte: <http://mirror.wikileaks.info/>.

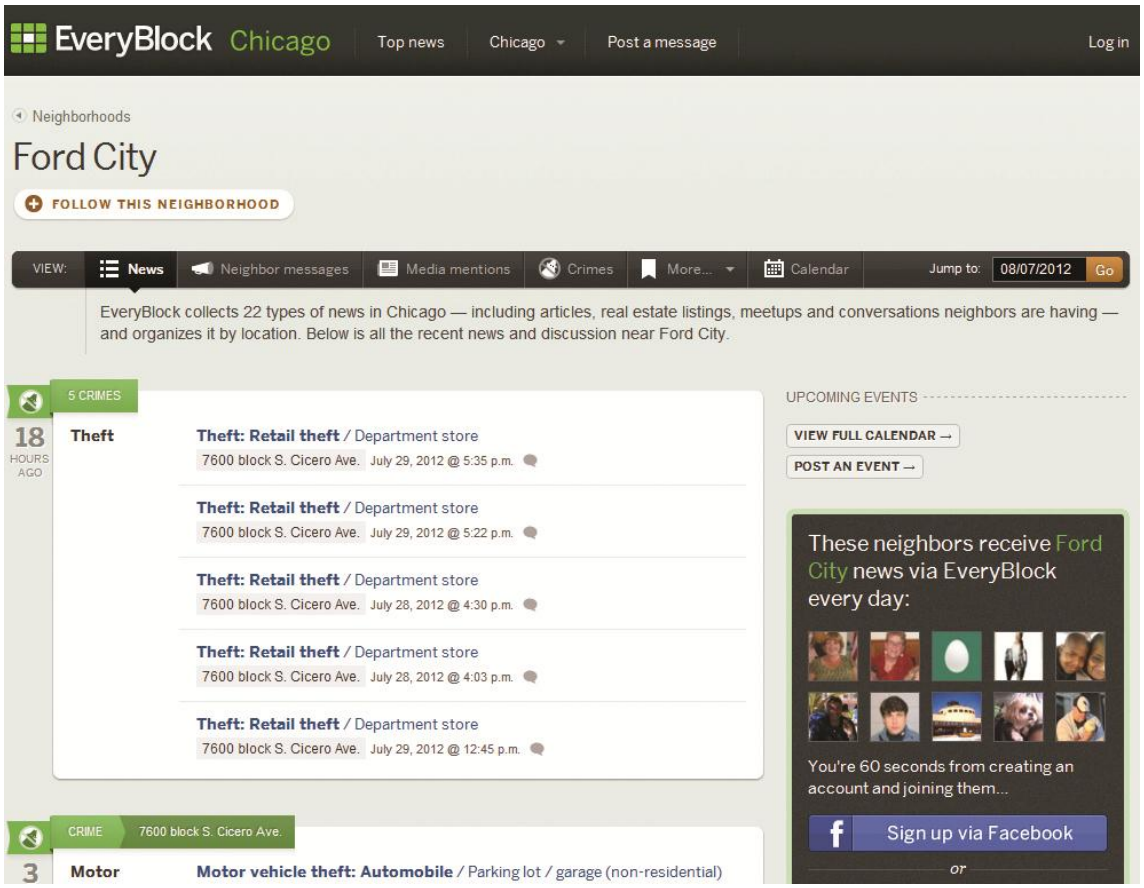
3.1.4. Chicago Crime.

O site *Chicago crime* representa uma inovação na forma como a informação sobre segurança pública é produzida. Seu objetivo é reunir denuncias de crimes de toda Chicago enviadas pelas próprias vítimas ou por testemunhas.

O serviço pode ser pesquisado por bairros, regiões da cidade ou mesmo por ruas. Sua produção é totalmente descentralizada e garante, caso seja do interesse do usuário, o anonimato das postagens.

Desde que entrou em funcionamento o site passou a ser fonte de consulta não só para moradores, mas principalmente para as autoridades locais. A velocidade com que as denúncias são postadas supera qualquer sistema de informação produzido pelas autoridades de Chicago até então.

Imagem 4 – Página do Site Chicago Crime



Fonte: <http://chicago.everyblock.com/crime/>.

3.1.5. Movimento 15M

O *Movimento dos Indignados, ou 15M,* surge na Espanha após uma série de mobilizações nas redes sociais digitais por reformas políticas, fim do financiamento público de partidos políticos, inabilitação para o exercício legislativo de políticos com processos ou condenados, contra o desemprego ea corrupção, que culminaram nas manifestações e ocupação da Praça Porta do Sol em Madrid em 15 de maio de 2011. As manifestações se espalharam por toda Europa, representando a insatisfação pública contra o poder dos bancos, contra a crise e a favor de uma democracia direta.

Imagem 5 – Página principal do Movimento 15M

Fonte: <http://www.democraciarealya.es/>.

3.1.6. Ocuppy Wall Street

Inspirados no *Movimento dos Indignados* da Espanha e nas revoltas árabes, o Movimento *Occupy Wall Street* iniciou-se em 17 de setembro de 2011 com cerca de 1.000 pessoas protestando pacificamente em Wall Street em Nova Iorque, Estados Unidos, contra o contra o sistema financeiro, considerado o causador dos problemas financeiros dos Estados Unidos. A mobilização iniciou-se pelas redes sociais digitais, com a organização não governamental Adbusters Media Foundation - uma rede reunida em torno de ideias e práticas anticonsumistas, matenedora de uma revista voltada para a temática - e do coletivo *Anonymous*. Durante o ano de 2011, os bancos nos Estados Unidos receberam ajuda econômica do governo Obama, causando indignação na população estadunidense atingida por uma das maiores recessões dos últimos tempos. O Movimento *Occupy Wall* foi considerado a maior mobilização popular nos Estados Unidos no século XXI e obteve apoio de muitas personalidades públicas do país.

Imagem 6 – Página principal do Site Occupy Wall Street

Fonte: <http://occupywallst.org/>.

3.1.7. Anonymous

O coletivo *Anonymous,* criado em 2008, defende a plena liberdade de expressão em consonância com o direito ao sigilo e o anonimato daquele que se expressa pelas redes digitais. Sua estrutura é descentralizada e o grupo não possui um líder ou um porta-voz que represente seus interesses. A ausência de lideranças e a falta de centralidade em sua organização indicam a incorporação da linguagem da própria rede como estratégia e lugar da ação desse coletivo em prol daquilo que lhe dá vitalidade: a liberdade na rede. Qualquer um pode ser *Anonymous.*

Sempre que o grupo vê esses direitos sendo ameaçados de algum modo, age contra os que põem em riso tais direitos. Foi o caso da defesa do Wikileaks, das campanhas contra os projetos de lei norte-americanos ACTA e

SOPA, entre outras ações. Seus membros fundadores também têm forte influência do movimento cypherpunk e do anarquismo.

Imagem 7 – Página principal do coletivo Anonymous

Fonte: < http://anonymousbrasil.com/>.

Das ações coletivas do *Anonymous*, ao *Movimento dos Indignados*, *Occuppy Wall Street* e as ações realizadas nas revoltas árabes, existem alguns elementos em comum: não há a delegação da ação; crítica aos partidos políticos; alta propagação da informação; uso intensivo de redes sociais digitais, principalmente *Face book e Twitter*, numa escala glocal da ação; diversificação das ações e dos protestos e a experimentação do viver juntos nos espaços ocupados (ex. Praça Porta Sol em Madrid, Espanha). Entre esses elementos, consideramos algumas características que mostram como as arquiteturas informativas estão redesenhando as formas de participação, criando novas formas de conflitualidade[25].

A primeira característica é o local de origem de tais movimentos e sua dimensão meta-geográfica. São movimentos que surgem em e nas redes, sendo esta uma primeira forma de difusão. Sucessivamente, expressam formas de conflitualidade territorial, apresentando assim uma dupla espacialidade, informativa e geográfica. Isto significa que a função das redes, nestas novas formas de conflitualidade, não é apenas aquela de difundir e ampliar o consenso de um movimento, mas aquela de se constituir como um lugar principal da sua gestação, de seu surgimento e de sua mudança, articulando um diálogo contínuo online com as iniciativas e ações que se desenvolvem no território.

A segunda característica é o anonimato. Todos os movimentos e as formas de net-ativismo não apresentam formas de organização hierárquicas, nem exprimem formas de conflitualidade personalistas relacionadas à figura de líderes carismáticos e/ou políticos. A lógica da conflitualidade reticular impede a centralização, criando formas horizontais e colaborativas nas quais as subjetividades se dissolvem. O caso mais emblemático é comparado com o *Anonymous*, como dito anteriormente, um movimento hacker sem estrutura e organização cujo objetivo e difundir informações sobre a rede com a intenção

---

[25] As características elencadas abaixo estão no projeto *net-ativismo: ações colaborativas e novas formas de participação em redes digitais* coordenado pelo prof. Massimo Di Felice e do qual participamos. O projeto ainda está em desenvolvimento.

de divulgar as ações ilegais de pessoas e instituições. Do passa montanha zapatista à máscara do *Anonymous,* assistimos um novo tipo de ativismo, onde o anonimato é não só uma necessidade e um sistema de defesa, mas uma escolha política consciente que substitui a representatividade e a lógica hierárquica do líder pela rede e pela participação anônima.

A terceira característica é a recusa da luta pelo poder que constituiu o verdadeiro espaço de confronto e disputa de toda a política ocidental. Os movimentos ligados ao net-ativismo não lutam por tomar o poder e, portanto, a partir deste ponto de vista, não podem ser descritos como processos revolucionários que, como na história, chegam ao poder substituindo o governo autoritário por um governo revolucionário. Mesmo na “Primavera Árabe” os diversos movimentos resultaram em processos eleitorais. Parece-nos que este é um ponto chave que põe o net-ativismo fora da lógica da política moderna ocidental.

Um quarto aspecto é constituído pela dimensão temporária de tais movimentos, quase todos aspiram ao seu desaparecimento e, portanto, à sua não institucionalização e não durabilidade, tornando-se algo qualitativamente diferente de partidos políticos e instituições políticas da modernidade europeia.

Finalmente, uma quinta e última característica das formas de conflitualidade net-ativista é dada pela dimensão tecnológica e informativa da ação produzida por estas formas. Não só o ativismo em rede está produzindo alterações nas formas de conflitualidade, nas estruturas de organização dos movimentos sociais e nos significados atribuídos à ação dessas políticas, mas, sobretudo, iniciaram a desenvolver uma dimensão informativa da participação, criando redes de circulação sobre diferentes temáticas que estão redesenhando as formas de ativismo e o significado de democracia em todo o mundo.

A ação tecnologicamente realizada configura uma nova estrutura ecossistêmica do social, não mais restrita ao elemento humano e à "civitas", mas estendida às tecnologias, aos circuitos informativos e aos territórios. Os

fluxos informativos e as tecnologias de acesso e de distribuição da informação são atualmente parte integrante das formas de conflitualidade e das arquiteturas da democracia, não mais delimitadas às formas da esfera pública e da opinião, mas abertas a um tipo de protagonismo e de ativismo coletivo. Aqui a arquitetura reticular de informação, aberta e colaborativa, produz uma real alteração das formas de representação, superando as formas frontais e opinativas e substituindo-as por aquelas participativas e conectivas. Cada conflito e cada estrutura democrática serão daqui por diante o resultado de um processo informativo, expressão de uma inteligência distribuída que redefine a cidadania participativa, ampliando as formas de ativismo.

3.2. As experiências de net-ativismo brasileiro.

A partir da pesquisa exploratória realizada entre maio de 2011 a abril de 2012, mapeamos algumas experiências de net-ativismo brasileiro que apresentamos abaixo.

3.2.1. Twitter da Lei Seca

Em 2008 o congresso nacional aprovou uma lei que praticamente impedia o consumo de bebida alcóolica em qualquer quantidade antes de dirigir. Essa lei foi apelidada de "Lei Seca[26]".

A fiscalização para que a lei fosse respeitada tornou-se intensa nas principais capitais do país. No entanto, com o desenvolvimento das redes digitais impôs-se um novo desafio para as autoridades.

Por via do *Twitter* os motoristas passaram a indicar os locais onde estavam localizados os bloqueios com a fiscalização e o bafômetro (instrumento usado para medir o nível de álcool no sangue). A capacidade de comunicação, instantânea e móvel, alcançada através dos celulares e smartphones sempre apresentava uma rota segura para escapar de punições.

O poder público tentou proibir a divulgação exigindo que a conta que hospedava as informações fosse bloqueada, mas não obteve sucesso. Com isso, ainda hoje funciona esse mecanismo que burla a capacidade de fiscalização do Estado apelando para a mobilidade alcançada pelos sistemas reticulares.

[26] Para mais detalhas ver a lei 11.705

Imagem 8 – Página do twitter da Lei Seca de São Paulo

Fonte: <http://twitter.com/LeiSecaSP>.

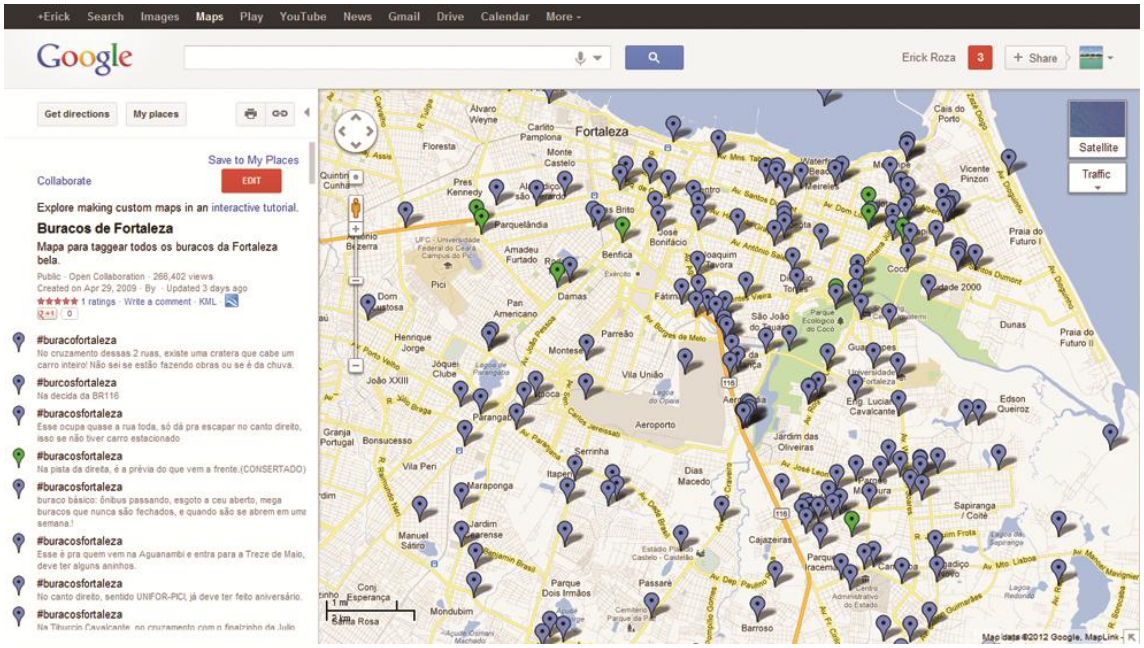
3.2.2. Buracos Fortaleza

Outro exemplo que alia mobilidade e redes digitais em uma área de atuação do poder público é o projeto *Buracos de Fortaleza.* De forma completamente descentralizada, os cidadãos da cidade indicam em um mapa hospedado no site Googlemaps os buracos nas ruas da cidade.

O que começou como a indignação de poucos se tornou uma ampla mobilização para mapear os principais pontos críticos para o trajeto de veículos da cidade. O projeto adquiriu uma dimensão tão significativa que ficou impossível para as autoridades municipais ignorarem as demandas populares veiculadas no site.

Imagem 9 – Página do projeto *Buracos de Fortaleza*

Fonte



Fonte: http://goo.gl/maps/LFuaF>.

3.2.3. Rede povos da floresta

A *Rede Povos Da Floresta* é um exemplo de como as redes digitais têm um enorme potencial de atuação em espaços que não se limitam ao urbano. Ao associar tecnologias de georeferenciamento com práticas de organização em rede, as comunidades que interagem nesse sistema passam a ganhar autonomia e soberania nas ações em seus territórios. Através dessas tecnologias o espaço assume um novo sentido:

> "As comunidades conectadas pela Internet via satélite, utilizam as facilidades da rede para articular projetos, trocar informações com seus aliados e órgãos competentes e ainda beneficiam-se dos serviços por lá oferecidos. A vigilância e o monitoramento passam a ser realizados pelos próprios moradores, tornando-os soberanos em seus territórios e protagonistas em sua área de atuação. A Rede também apoia diretamente a promoção e a valorização dos produtos e serviços sustentáveis dessas populações, gera renda e fortalece a identidade cultural. A conexão via satélite torna-se uma ponte e democratiza a participação das lideranças e agentes comunitários na sociedade da informação. Os encontros promovidos pela rede, chamados de Rodas de Conversa, valorizam as tradições orais de

contar histórias e trocar experiências e sabedorias. As diversas lideranças têm oportunidade de se encontrar e de se reconhecer como aliados em um mesmo movimento, com suas peculiaridades e desafios comuns. Outro projeto criado e desenvolvido pelos líderes da Rede Povos da Floresta é o Nanapini, que estimula o reflorestamento através da venda de créditos de carbono e desenvolve atividades de formação de membros das comunidades para manejo sustentável de seus recursos naturais."[27]

Imagem 10 – Página principal do projeto *Rede Povos da Floresta*

Fonte: < http://www.redepovosdafloresta.org.br/>

[27] Fonte: http://www.redepovosdafloresta.org.br/

3.2.4. Fórum Social Mundial

Apesar de não ser um evento tipicamente categorizado dentro do net-ativismo o Fórum Social Mundial (http://www.forumsocialmundial.org.br/) merece destaque em nossa pesquisa por se tratar de uma das primeiras formas de organização em um ambiente de redes digitais, tanto no que diz respeito ao encontro quanto ao debate sobre os mais diversos temas que pautaram o evento.

Imagem 11 – Página principal do *Fórum Social Mundial.*

Fonte: <http://www.forumsocialmundial.org.br/>.

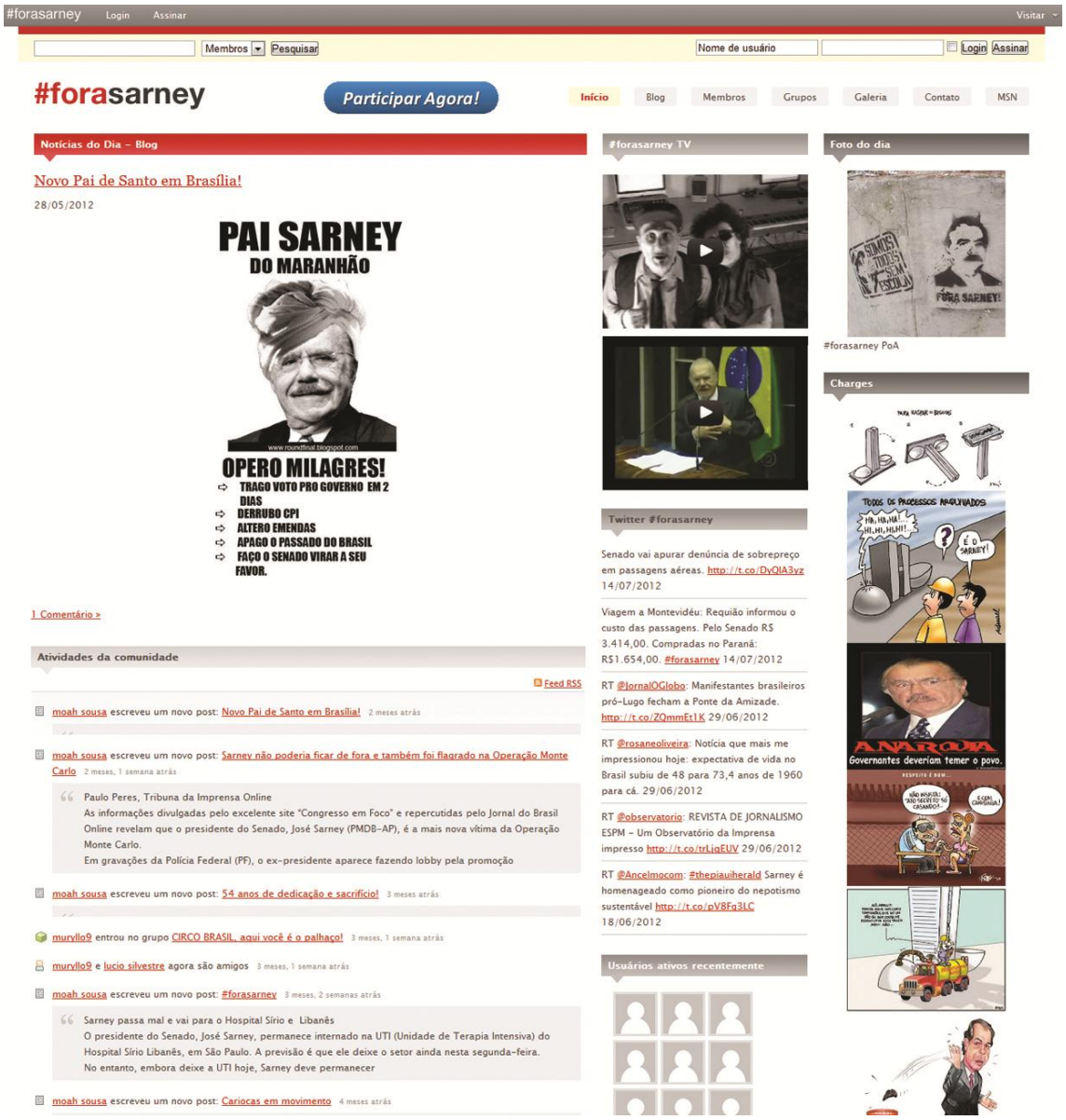
Organizações não governamentais, partidos políticos, grupos da sociedade civil, pessoas sem nenhuma filiação política, todos eram convidados ao debate dentro de uma perspectiva horizontal e reticular. Os assuntos giravam em torno de pautas globais com perspectivas de ação local, os convidados do encontro e dos fóruns na internet eram das mais distantes regiões do planeta e sua forma de articulação foi modelo para diversos movimentos globais que surgiram nos anos seguintes.

3.2.5. Fora Sarney

Após uma série de denúncias envolvendo o então presidente do Senado, José Sarney, no mês de junho de 2009, o apresentador de TV Rafinha Bastos divulga a hashtag *#forasarney* no seu Twitter. Rapidamente uma campanha baseada nessa hashtag ganha volume atingindo os primeiros lugares entre os assuntos mais comentados dentro do micro-blog. Nas semanas seguintes ao início do movimento (que tece seu início em 17 de junho) diversas personalidades aderem ao movimento que se torna notícia também na mídia tradicional.

O movimento na internet propôs a organização de manifestações de rua em diversas cidades do Brasil, mas seu sucesso foi extremamente reduzido. No entanto, o movimento nas redes sociais persiste ainda hoje e alimenta constantemente o site http://forasarney.com.br/ com charges, notícias e mensagens de protesto contra Sarney.

Imagem 12 – Página do blog *Fora Sarney*



Fonte: <http://forasarney.com.br/>.

3.2.6. Lei da Ficha Limpa

O desenvolvimento do projeto de Lei da *Ficha Limpa* talvez seja o exemplo mais intenso das mobilizações nas redes digitais e seus impactos no

dia-a-dia da população. O projeto de lei popular que trata da ficha limpa[28] foi idealizado em 1997pela comissão de Justiça e Paz da CNBB. No entanto, foi somente quando o Movimento de Combate a Corrupção Eleitoral[29] (MCCE) organiza a coleta de assinaturas para o projeto de lei de iniciativa popular que a situação muda.

Imagem 13 – Página do Projeto *Ficha Limpa*

Fonte: < http://www.fichalimpa.org.br/index.php>.

Com o forte apoio das redes digitais, principalmente do site *Avaaz.org*[30], o movimento consegue atingir a quantidade necessária de assinaturas para encaminhar a proposta em definitivo para o congresso, sendo aprovada no congresso e sancionada pelo presidente Lula em 2010.

---

[28] Para mais informações consultar o projeto de Lei Popular 519/09.

[29] O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) é composto por 46 entidades cuja atuação se estende por todo o país. Com sede em Brasília (DF), acompanha de perto a atuação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e mantém contato com os responsáveis pela adoção de medidas que favoreçam a lisura do processo eleitoral em todo o Brasil. O MCCE é uma das entidades fundadoras da ABRACCI. Fonte: http://www.fichalimpa.org.br/

[30] http://www.avaaz.org/po/

Apesar de a campanha contar com a iniciativa e o apoio do MCCE, as assinaturas alcançaram o número necessário pela ampla divulgação reticular produzida pelas redes digitais.

3.2.7. Casa da Cultura Digital

A casa da Cultura Digital (CCD) é uma rede de organizações e de ativistas que têm como principal ponto em comum a defesa da internet e da própria cultura digital como arquitetura fundamental para o ativismo nos nossos dias. Sua rede de ativistas e de projetos é extremamente diversificada. Nessa fase do projeto de pesquisa, cabe ressaltar algumas das atividades mais marcantes dessa rede.

Imagem 14 – Página do coletivo *Casa da Cultura Digital*

Fonte: < http://www.casadaculturadigital.com.br>.

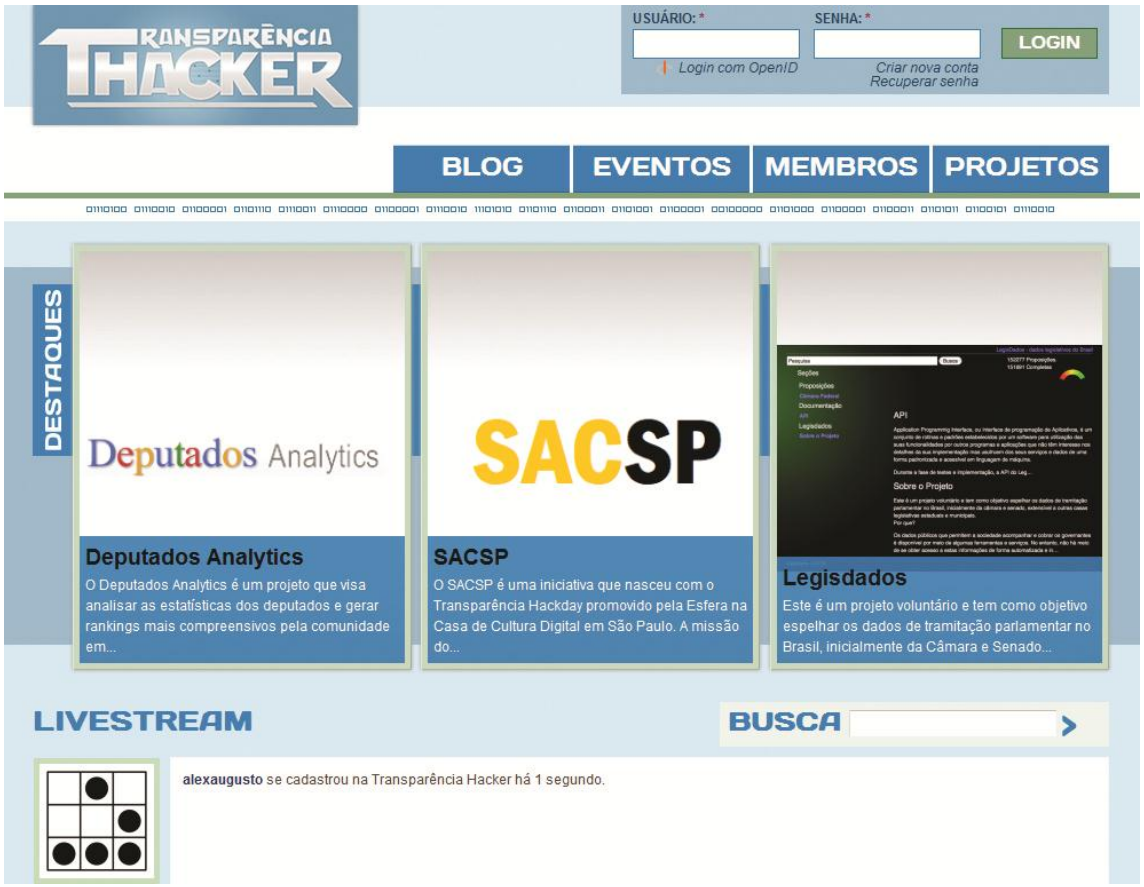
O primeiro projeto de relevo é o Transparência Hacker (http://thacker.com.br/). Seus ativistas têm como proposta a pressão para que os

agentes públicos adotem medidas que permitam o acesso da população aos dados que tais agentes produzem. Mais do que a simples divulgação, a Transparência Hacker desenvolve projetos que facilitam o entendimento dos dados governamentais pela população em geral.

No ano de 2011 um projeto de relevo do grupo Transparência Hacker, e que vem se desenvolvendo até hoje, arrecadou quarenta mil reais através de um site de financiamento coletivo para colocar na estrada um ônibus que debata a cultura de dados abertos. No entanto, o ponto que merece nossa atenção, justamente por incorporar outros elementos de mobilização e na interação entre net-ativismo e a gestão dos espaços e territórios, são os workshops baseados nas leis orgânicas dos municípios. A proposta, segundo os ativistas: "apresentar um projeto de lei coletando assinatura de cerca de 5% dos eleitores da cidade. A ideia é fazer um processo colaborativo na praça pública que culmine em projetos de lei que respondam às necessidades daquelas pessoas, e um posterior acompanhamento desse processo através da rede[31]".

[31] Fonte: http://www.casadaculturadigital.com.br/2011/07/vai-partir-o-onibus-hacker/

Imagem 15 – Página do coletivo *Transparência Hacker*



Fonte: <http://thacker.com.br/>.

Outro projeto de destaque na rede da CCD é a Agência Pública de notícias (www.apublica.org) A Pública é uma agência de jornalismo independente que realiza diversas reportagens investigativas com temas pautados no interesse público. Seu objetivo é o fortalecimento do direito à informação, à qualificação do debate democrático e à promoção dos direitos humanos. A agência é um produtor de conteúdo que está desvinculado de qualquer grande veículo tradicional de mídia: jornal, revista, emissora de televisão, ou de qualquer partido político. Além disso, as reportagens que realizam giram em torno de temáticas internacionais e organizam uma rede de colaboração em toda a América Latina, EUA e Europa. Atualmente, são os parceiros do site Wikileaks na divulgação dos documentos secretos do governo

norte-americano que vêm sendo divulgados e traduzidos pela Pública. Sua atuação é majoritariamente online, em seu site e nas redes sociais.

Imagem 16 – Página principal da *Agência Pública de Jornalismo*

Fonte: <http://apublica.org/>.

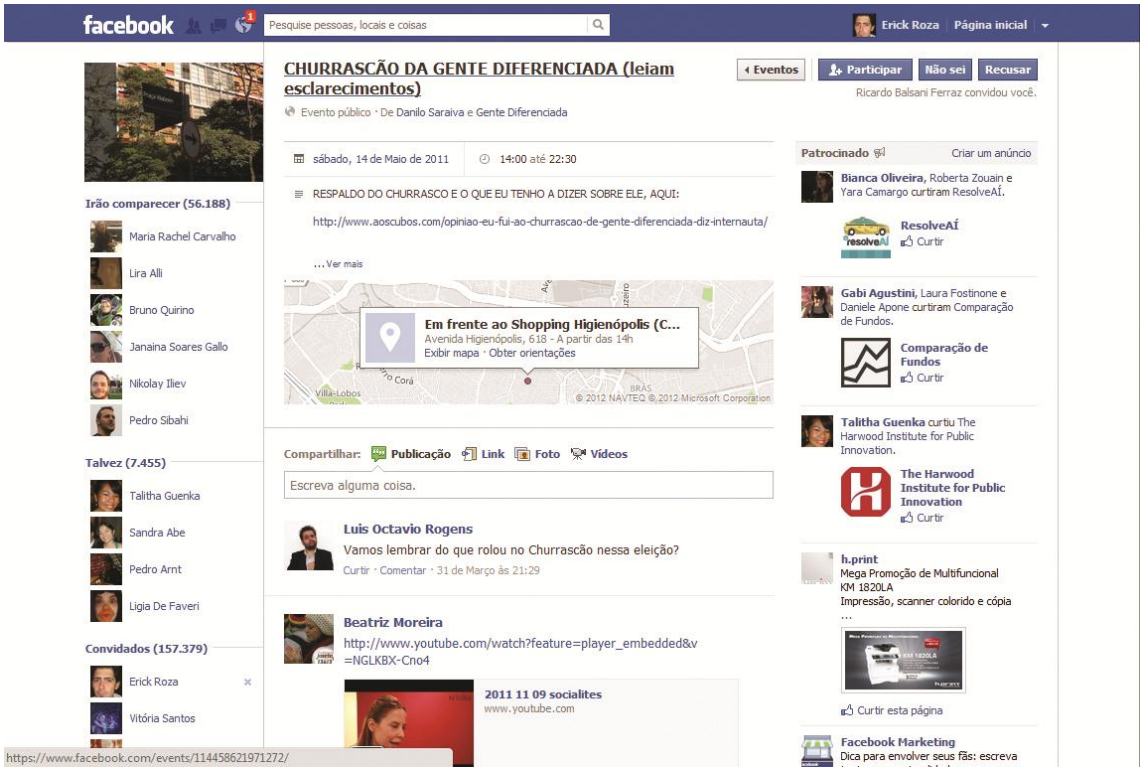
3.2.8. Churrasco da Gente diferenciada

O churrasco da gente diferenciada foi um movimento que surgiu nas redes sociais após a declaração de uma moradora do bairro de Higienópolis sobre a instalação de uma estação de metrô no bairro. Dizia ela que a instalação do metrô no bairro atrairia "gente diferenciada" [32] para a região

[32] Fonte: http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/782354-moradores-de-higienopolis-em-sp-se-mobilizam-contra-estacao-de-metro.shtml, entre outras.

e que esse tipo de pessoa acabaria por desvalorizar o local com a sua presença.

Imagem 17 – Página do evento *Churrascão da Gente Diferenciada*



Fonte: <https://www.facebook.com/events/114458621971272/>

Diante dessas declarações um individuo sem nenhuma filiação política e mesmo sem ponderar sobre a potencialidade das ações coletivas baseadas nas redes digitais cria um evento no *facebook,* em tom de brincadeira, intitulado "Churrascão da gente diferenciada" (https://www.facebook.com/events/114458621971272/). Rapidamente o evento ganha adesão e em poucos dias conta com a confirmação pelo site de vinte mil pessoas, assustando o organizador e as autoridades, dado o potencial explosivo que o evento poderia ter.

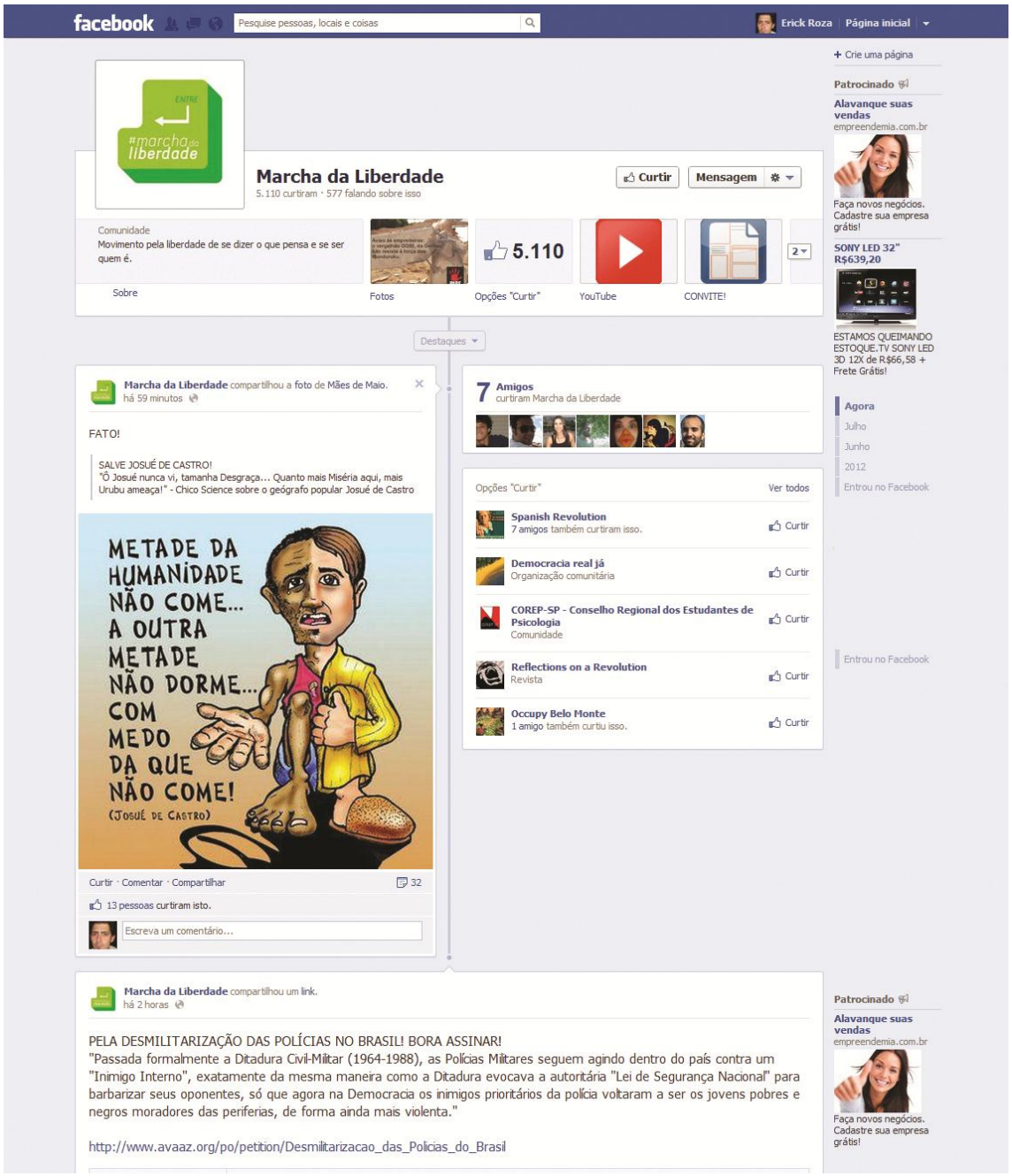
O churrascão foi uma das primeiras experiências de eventos criados pela rede que tiveram um grande impacto na mídia, além de uma presença nas ruas associada à velocidade de mobilização e comunicação que só as redes digitais permitem.

3.2.9. Marcha da Maconha e Marcha da Liberdade

No dia 21 de maio de 2011 o coletivo de legalização da maconha organizou em São Paulo uma marcha para debater a proibição ao uso de maconha. A proposta era partir da Avenida Paulista, mais especificamente do vão do MASP, e descer a Rua da Consolação até a Praça da República. No entanto, a marcha foi violentamente reprimida pela polícia militar de São Paulo, que alegava possuir autorização da justiça ao afirmar a ilegalidade do evento.

Esse seria mais um triste episódio de violência policial e abuso de poder do Estado frente ao direito de livre manifestação da opinião, não fosse pelo fato de vivermos em um mundo de redes digitais, de mobilização reticular e horizontal. Nos dias seguintes ao ocorrido, organiza-se um movimento que conta com amplos setores da sociedade civil, o qual se auto intitula “marcha pela liberdade” (https://www.facebook.com/marchadaliberdade). No final de semana seguinte à marcha da maconha, que contou com cerca de 500 participantes, a marcha da liberdade organiza nova manifestação no mesmo local. Agora os participantes atingem quatro mil pessoas.

Imagem 18 – Página do facebook do evento *Marcha da Liberdade*



Fonte: <https://www.facebook.com/marchadaliberdade>.

O movimento exitoso não se extingue com o fim da marcha. Ele torna-se um coletivo digital que mantém um continuo debate sobre a legalização da maconha, além de agregar em sua pauta diversos outros temas, como o movimento ambiental.

Quase um ano após o ocorrido em São Paulo, foi marcada a segunda marcha da maconha (http://marchadamaconha.org/), e seu poder de organização pelas redes digitais aumenta consideravelmente. Nesse mesmo processo articulam-se outras formas de participação além do “ir às ruas”. Os manifestantes arrecadam recursos de forma reticular pelos sites de financiamento coletivo e com isso incrementam seu poder de influenciar o debate nacional sobre drogas.

3.2.10. Movimento Desocupa

O movimento desocupa (http://movimentodesocupa.wordpress.com/) surge em janeiro de 2012 a partir de uma mobilização pelas redes sociais contra o uso da Praça de Ondina, na cidade de Salvador, como palco da montagem do Camarote para o carnaval daquele ano. Tal mobilização levou à organização de uma manifestação na praça que foi imediatamente proibida pela prefeitura. A proibição não intimidou os manifestantes que mantiveram o ato. Esse processo foi o início de uma organização ampla de reivindicação de diálogo do poder público municipal com a população sobre os futuros projetos para a cidade. A falta de disposição do prefeito em ouvir os manifestantes tornou a onda de protestos cada vez mais intensa e volumosa e o conteúdo e direcionamento de suas demandas cada vez mais amplo, chegando a uma manifestação que reuniu cerca de quatro mil pessoas em um pedido para que o prefeito deixasse o cargo.

Imagem 19 – Blog do *Movimento Desocupa*

Fonte: <http://movimentodesocupa.wordpress.com/>

3.2.10.1. Movimento Crueldade Nunca Mais

No dia 18 de outubro do ano de 2011 começou o trabalho da comissão de juristas, instalados pelo atual presidente do Senado, José Sarney. Estes juristas são responsáveis por elaborar a minuta do projeto de lei que reformará

o atual código penal vigente desde 1940. O período para o desenvolvimento é de 180 dias, mas que pode ser prolongado em caso de necessidade.

Em relação às alterações no código penal brasileiro, podemos perceber uma movimentação especificamente sobre a lei dos crimes ambientais, 9605/98, cujo artigo 32 criminaliza a crueldade contra animais.

A legislação vigente apresenta penalizações brandas no que tange aos crimes contra os animais. Com o advento das redes sociais, o que antes não tinha agenda nos meios de comunicação tradicionais agora se torna um assunto a ser debatido. Casos de crueldade estão se tornando mais conhecidos, como, por exemplo, o da enfermeira que matou seu cachorro yorkshire e cujo vídeo do abuso foi divulgado no youtube, gerando bastante comoção nas redes e na sociedade.

Com tamanha troca de informação e possibilidade de articulação, percebemos que os cidadãos estão se manifestando diante de tais crimes. Além da branda penalização, existe a possibilidade de, com a reformulação do código, os crimes contra aos animais se tornarem infrações administrativas, o que significa que não haverá punição, apenas multa. A partir desse contexto surgiu o *movimento crueldade nunca mais*, que visa discutir a questão da legislação e proteção animal. Em sua primeira manifestação, organizada virtualmente, foram reunidas 100.000 pessoas em todo o país pelo direito dos animais.

4. Representações e significados da política em contextos digitais.

4.1. O Digital e o Estado

Ao chegar nesse ponto do trabalho muitos dos leitores estarão se indagando: quais as relações entre as teorias apresentadas que o autor quer colocar em evidencia? Nossa primeira tarefa nesse capítulo é, portanto, tentar apresentar a nossa proposta teórica partindo das relações que pretendemos estabelecer entre os autores apresentados.

Primeiro, devemos associar nossa pesquisa com a tradição dos estudos que pensam a sociedade a partir de processos de longo prazo, e que entendem as transformações dentro de dinâmicas situadas histórica e socialmente. Nesse sentido, tanto no campo da sociologia política como no campo da comunicação, podemos encontrar interlocutores.

Os autores da Teoria do Processo Político (TPP) como McAdam, Tarrow, Tilly (2001) e Tarrow (2009), por exemplo, compreendem que as dinâmicas que determinam as possibilidades de mobilização ou de ação coletiva estão situadas historicamente e variam pouco ao longo das décadas. A possibilidade de inovação é marginal em qualquer mobilização na medida em que variam as estruturas de oportunidades políticas. Eles apontam para o desenvolvimento do Estado moderno como início do atual ciclo de organização política e ação coletiva, com o seu pleno desenvolvimento atingido no final do século XVIII e início do século XIX. Assim, a formação de partidos, greves, manifestações em praça pública, entre outras formas de ação remontam a esse período.

Por outro lado, também McLuhan (1972) compreende as mudanças de longo prazo e assimila essa postura em seus textos ao mostrar como certas

tecnologias têm a capacidade de influenciar ativamente na forma como agimos, pensamos e sentimos. Seus textos sobre a relação entre contextos midiáticos e seus respectivos períodos históricos são outro alicerce que organiza nossa discussão.

O desenvolvimento das Redes Digitais no início desse século abriu caminho para novas formas de interação entre o indivíduo, as tecnologias e o seu ambiente. Nesse contexto, muitas das categorias tradicionais que utilizávamos para pensar nossa sociedade precisam ser reavaliadas, levando em consideração o poder transformador de tais tecnologias.

Talvez aqui possamos encontrar o ponto de conexão, entre Tilly e McLuhan. Ambos acreditam nos processos de longa duração, no entanto, divergem quanto às condições que articulam a passagem de um período a outro. Para tentar estabelecer um diálogo entre esses e outros autores, propomos repensar a relação entre território e coletivos humanos, articulados por duas tecnologias que apontam caminhos diversos: o Estado e as redes digitais.

Com isso, queremos afirmar que estamos diante de uma profunda alteração na *estrutura de oportunidades e ameaças politicas* e de uma profunda alteração nas possibilidades do *repertório de ação coletiva*. Tais transformações são resultado da influência das novas tecnologias digitais que organizam novas arquiteturas cognitivas, as quais entram em conflito com o Estado como agente mediador privilegiado da demanda política.

Não qualificamos os objetos como movimentos de opinião. São movimentos que amplificam as possibilidades para a esfera da ação. Rompe a dicotomia opinião pública versus ação coletiva, repropondo uma nova forma de relação entre opinião, cidadania e ação coletiva.

A definição do Estado[33], suas fronteiras, seu monopólio legitimo da violência encerrado em seu território, sua capacidade de controlar sua moeda e sua economia é colocada à prova pelos fluxos informativos que fazem circular ideias, ações e trilhões em recursos, de uma nação a outra em poucos segundos. A tecnologia não reconhece fronteiras artificiais organizadas para gerir esses espaços de dominação entre os homens. As novas formas de mobilização carecem, portanto, de conceituação teórica específica que leve em conta as particularidades das redes digitais na constituição desse processo.

Também as fronteiras artificias entre homem e natureza são repensadas em nossa época. Não só porque definitivamente nos demos conta de que a nossa sobrevivência como espécie depende fundamentalmente de um equilíbrio do ambiente que pouco compreendemos, mas principalmente porque olhamos atônitos para o fim das barreiras artificiais que em vão tentaram produzir o domínio do natural pelo humano (LATOUR, 1994)

Nem mesmo nossa relação com a tecnologia pode ser mais a mesma. O pensamento que reinou no campo da comunicação, da sociologia e de tantas outras disciplinas no qual a tecnologia era pensada como ferramenta, instrumento, campo do domínio humano, tecnologia para amplificar a nossa humanidade, deve ficar para traz. Os elementos da tecnologia são tão influentes no nosso modo de pensar o mundo que alteram mesmo a nossa condição de estar no mundo. Não existe um espírito de época sem uma tecnologia de época, uma ciência de época e também uma política de época.

É esse caminho de revisão das fronteiras entre todos os entes que podem de fato compor o espaço da política que norteia nossa investigação. Queremos entender quais são as formas de ação coletiva que dão sentido à nossa participação política? Quem são os atores? Quais os seus interesses? E mais do que isso, como as redes digitais colaboram para a produção de um

---

[33] Ao longo do capítulo desenvolveremos nossa concepção sobre o Estado como tecnologia de gestão na modernidade, resgatando parte do debate de Foucault (2004; 2008), Hardt e Negri (2001), Clastres (2003; 2004), entre outros.

espaço político ainda em formação e para o qual poucas respostas conseguimos vislumbrar.

Nossos objetivos são compreender a influência dos elementos tecnológicos na organização das novas formas de ação coletiva. Quais são as modificações que a comunicação digital e as redes digitais impõem nas relações tradicionais entre política e mobilização?

Dentro dessa perspectiva de trabalho criamos um entendimento de como pode ser pensada a ação na rede. Para isso vamos estabelecer um forte diálogo com os teóricos da ação social e modular suas interpretações para o contexto das redes digitais, mostrando as tensões entre tais redes e a forma Estado.

O que tentamos desenvolver agora é um entendimento sobre como as alterações nas tecnologias comunicativas de uma época alteram as formas e os conteúdos dos contenciosos, políticos bem como suas estratégias de mobilização e ação. Debater com as principais teorias sobre comunicação digital, de um lado, e sobre ação coletiva, de outro, para construir um estudo que contemple ambos os campos de pesquisa não é tarefa fácil. Dada a construção de nossos objetivos e a apresentação do nosso quadro teórico de referência, podemos apresentar nosso entendimento no capítulo que se segue.

O primeiro ponto que temos que abordar trata das controvérsias sobre o aspecto inovador que a internet e as redes digitais potencialmente podem trazer para a ação coletiva. De um lado entendemos que a internet é mais uma rede, ou seja, não é o surgimento da internet que abre caminho para pensar as redes sociais como local privilegiado do estudo das relações sociais, isso já nos alertou Mische (2011) e Passy (2003).

Por outro lado, a generalização da comunicação em rede através da tecnologia da internet abre novos caminhos para a organização das mobilizações, seu alcance e seus efeitos. Não estamos aqui no debate já clássico e apresentado por Alonso (2009) entre a Teoria do Processo Político

(TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais. Nosso objetivo é exercitar com uma perspectiva diferente no debate da novidade: os movimentos são novos e a Teoria do Processo Político tem razão.

Seguindo os apontamentos de McLuhan e Latour, podemos dizer que esses novos atores (as redes digitais) que surgem em meados dos anos 90 alteram profundamente a *estrutura de oportunidades políticas* (MCADAM, 2001) porque nos leva a mais uma revolução comunicativa, entrando na era da comunicação em rede generalizada. Lembremos apenas as características essenciais da comunicação em rede: a) comunicação dialógica e não mais unidirecional como aquela representada pelos meios de comunicação de massa (Di Felice, 2008); b) complexidade não-linear e não-causal (DI FELICE, 2008); c) fim da separação entre natureza, cultura, tecnologia e humanos (LATOUR, 2009). As demais características das redes sociais já estão bem apresentadas nos textos de Mische (2011) e Passy (2003).

Não podemos sustentar a afirmação de que a internet muda a estrutura de oportunidades políticas sem apresentar exemplos que corroborem esse tipo de ideia. Vamos então tentar demostrar como o mapa produzido nos capítulos anteriores pode ser reordenado para atender esses objetivos.

Devemos lembrar que os defensores da TPP geralmente aludem para o fato de o Estado ainda ser a instância de controle dos recursos de poder. E que assim, é o confronto pela sua conquista ou pela influência em suas decisões que organiza parte importante das ações coletivas. O que apresentamos agora são ponderações sobre novas formas de pensar a ação coletiva que não tenham de fato uma relação direta com o Estado. Mostraremos como diversos autores repensam a ação coletiva em contextos nos quais o Estado pode vir a ser substituído por outras tecnologias de organização e mediação do político, as redes digitais.

E quem faz as perguntas que nortearão esse capítulo é McLuhan (1988). O desenvolvimento das redes digitais como tecnologia de ação coletiva impõe as quatro questões sobre a mídia: o que essa tecnologia vai aperfeiçoar? O

que ela vai tornar obsoleto? O que ela pode recuperar de tudo que perdemos? Como ela vai se reverter se levada ao seu limite?[34]

Talvez seja Michel Foucault (2004, 2008) quem melhor exponha o debate sobre o Estado como técnica e tecnologia de gestão de territórios e populações. A obra de Foucault possui distintas fazes e uma complexidade muito maior do que os limites que nosso trabalho impõe. Vamos tentar articular dois dos textos que mais nos interessam aqui, *Vigiar e Punir (*2004) e *Segurança, território e população (*2008).

O movimento entre os dois textos é justamente a passagem da lógica moderna e disciplinar para a lógica da governamentalidade[35]. A lógica disciplinar, que impera no início da modernidade e do desenvolvimento capitalista é o processo no qual produzimos a docilização dos corpos para que venham ser corpos úteis (FOUCAULT; 2004).

A lógica disciplinar opera pela fragmentação e separação dos espaços, que criam ao mesmo tempo os indivíduos e as regulações de tais espaços. Organização que torna os corpos produtivos por investir sobre o detalhe. O controle dos corpos é a arte do detalhe

Se a disciplina é organizada em um espaço, as atividades que são exercidas nesse espaço passam a ser então minuciosamente controladas e cronometradas. Não se controla a atividade em si, mas o modo como os corpos a executam, seja essa operação desempenhada na fábrica, na escola ou no exército, pois, afinal, trata-se de derivações da mesma forma de organizar o espaço.

---

[34] As *Leis da Mídia* são um norte para a leitura que fazemos, são o motivo que inspira nosso questionamento. Não é nosso projeto responder a cada uma dessas perguntas e sim compreendê-las e nelas buscar inspiração.

[35] Deleuze (2008) vai chamá-la de sociedade de controle, e desenvolver outros conteúdos com base nos tetos de Foucault.

A forma como a disciplina é imposta, segundo Foucault (2004) não pode ser apreendida por uma visão jurídica do poder. “Ela majora as forças”, ela “faz crescer para produzir”, é, portanto, um poder produtivo. É enfim, o biopoder.

A gestão do corpo como máquina, disciplina dos corpos e dos movimentos, regulações do corpo no espaço e na produção. Mas também a gestão do corpo como espécie, ser vivo, nascimento, saúde, duração da vida, o encontro da biologia com a história.

Completamente diferente é a lógica da governamentalidade[36], apresentada por Foucault em textos como *Segurança Território e População (*2008). Aqui o que está em jogo é o governo das condutas. A condução das populações. Tal condução tem por objetivo gerir a liberdade dos outros. A gestão das liberdades define a questão de como fazer a população se movimentar, “laissez passer”.

Esse é para Foucault o cerne do liberalismo, não é mais aquilo que se contrapõe ao poder, liberdade contra o poder e sim a gestão da liberdade; a liberdade faz parte do dispositivo do poder. Se na lógica disciplinar tratava-se de fixar os indivíduos, agora se trata de controlar seus fluxos, ordenar o movimento em uma ou noutra direção. A governamentalidade é um poder de governar através da liberdade do outro.

Mas como gerir essa população[37]? Com uma tecnologia que se desenvolve par e passo com a formação da lógica da governamentalidade: o Estado. É através dele que se produz, por exemplo, a Estatística, ciência que organiza a gestão das condutas. Quem está doente? Quem está produzindo? Quem paga seus impostos e quem os paga em dia?

---

[36] A separação entre a lógica disciplinar e a lógica da governamentalidade não é da ordem exclusivamente histórica. Elas se interpenetram e estão presentes ao mesmo tempo, na visão de Foucault, no espaço de produção e reprodução social.

[37] O termo ganha seu conteúdo ao longo do século XVIII.

É aqui que encontramos o campo de intervenção do policiamento[38]. Controle dos costumes, dos alimentos, das condições sanitárias, das mobilidades, entre outras (FOUCAULT; 2008).

O Estado é aqui a tecnologia da gestão da população com o meio, com as crises de abastecimento, da gestão das riquezas, das leis e dos hábitos. E que fique bem claro, o Estado organiza a população e não o povo. O povo è composto por aqueles indivíduos que não se comportam como população, que não se deixam controlar como tal.

E a racionalidade inerente ao poder disciplinar é a definição da norma (e consequentemente do patológico). A racionalidade da gestão das condutas é a segurança e o risco, ela entra nas noções de perigo, risco e crise. É um acontecimento (FOUCAULT; 2008) nesse sentido, um campo semântico novo que não se encaixa no estabelecido. O movimento da população é pautado pelo aleatório e pelo risco (enchente, epidemia, falta de alimento, etc.). E como a população reage? Em um jogo de probabilidades.

Um exemplo apresentado pelo autor é o caso da varíola, que diverge completamente da situação de lepra ou de peste. Nos dois caos anteriores separavam-se doentes e não-doentes. Na lógica da varíola todos são vacinados como população. Todos são potencialmente contamináveis.

A mesma lógica opera em outros campos, como o crime, por exemplo. O objetivo é entender qual a taxa média de criminalidade que uma população está disposta a aceitar, gerir as taxas e seus aumentos, intervir no meio, no mercado do crime. Quem está sendo afetado não é o individuo delinquente e sim o indivíduo inteiramente racional, aquele que calcula seus custos e potenciais retornos.

Qual seria então a diferença entre a disciplina e a governamentalidade na tecnologia de gestão do Estado? Na gestão das condutas todos os indivíduos têm probabilidade de cometer um crime. Não existe separação. “Vai

---

[38] Que não é identificado com os organizamos de repressão.

sendo apagada toda a antropologia do crime e do criminoso" (FOUCAULT, 2008) do século XIX, biótipo, caráter, etc. Isso porque não se trata de eliminar o crime, mas de administrar suas taxas através de situações de maior e menor vulnerabilidade.

A ideia de um Estado como tecnologia de gestão de condutas em Foucault recoloca em seu trabalho o debate sobre o governo pensado a partir de sua organização estatal. Ele nega a ideia de um Estado como unidade e o apresenta como "feixe de práticas" e formas de interação com a população.

Foucault lembra-nos que o Estado tem em sua "arte de governar" fundamentos que abarcam toda a vida social. Primeiro, temos o governo da família, ou seja, como bem gerir os indivíduos, os bens, as riquezas e o futuro, como bem dispor as coisas na relação dos homens com os meios; aquilo que virá a ser a economia. Em segundo lugar, a ciência de bem governar, a burocracia que executa suas ordens, a ciência de bem governar o Estado, o que vem a ser a política.

Assim, o que as redes digitais hoje colocam em movimento são novas formas de organizar a vida social fundadas em novos sistemas tecnológicos, que afirmam práticas que abalam o Estado como agente basilar na gestão das condutas e nas artes de governar. Autores como Hardt e Negri (2001) apresentam a mesma posição a respeito da capacidade dos Estados-nação de se manterem como principais protagonistas nas próximas décadas.

Os autores apresentam uma tese que muito pode ajudar no entendimento das relações entre tecnologia e política. O primeiro ponto que nos chama a atenção é a ideia de que existe de fato um processo de erosão do Estado-nação e das relações imperialistas e que esse Estado, substituído pela lógica do Império, apresenta muitas das características com as quais trabalhamos no contexto das redes digitais. Para eles o império não tem centro de poder, ou seja, opera pela descentralização. Ele não constrói barreiras fixas, opera pela desterritorialização, dessa forma não podemos encontrar seus limites, suas bordas e algo que a ele escape, seu poder está em tudo. O

Império possui uma capacidade de administrar identidades hibridas e hierarquias flexíveis.

> "Assim, no império não podemos usar as formas de luta do período imperialista. Precisamos usar a força criadora da multidão que se conforma no império para combater a opressão imperial." (HARDT, NEGRI; 2001)

Para os autores duas importantes ideias devem ser abandonadas ao pensar a dinâmica do império. A primeira: vivemos uma ordem mundial de formação harmônica gerida pela "mão invisível" do Mercado. A segunda: existe uma superpotência onisciente e onipresente que articula e dita a formação da ordem global, o que eles irão chamar de uma teoria conspiratória da globalização.

As teorizações da ordem supranacional apresentadas pelos teóricos associados à tradição moderna fundamentam-se em duas vertentes, uma hobbesiana e outra que remete a Locke. Elas, em certa medida, simplesmente reproduziram no cenário global as categorias utilizadas nas concepções dos Estados Modernos Europeus.

Na chave hobbesiana aparece a reprodução que constitui a nação. Existe na dinâmica internacional uma guerra de todos contra todos (agora a guerra é entre os Estados-nação) e precisamos de um novo poder transcendente que regule e faça a mediação das disputas, assim a ordem internacional surge do acordo contratual entre os estados preexistentes como o único meio seguro de controlar a anarquia da relação entre os Estados. Sua composição é assim uma derivação militarista e teria uma forte influência monárquica.

Já na chave que busca inspiração em Locke entende-se a ordem internacional por uma perspectiva descentralizada e pluralista, na qual a transferência para um centro supranacional completa-se com a formação de redes de contra-poder local, e que devem aprovar ou contestar constitucionalmente a nova figura de poder. Essa inspiração pensa a ordem

internacional como uma democracia transnacional de formatação liberal. Para Negri e Hardt, ambas as formas de análise estão baseadas em analogias ao poder nacional, o que não se alinha com as verdadeiras organizações de poder do império.

Ao que nos interessa aqui é a forma como em *Império* a ação coletiva é pautada pelas suas relações com o Estado-nação. Para isso Hardt e Negri (2001) farão uma distinção entre povo e multidão. Toda nação precisa transformar sua multidão em povo. Assim, o povo é o produto da nação, multidão unificada e homogênea que está na nação:

> "A multidão é uma multiplicidade, um plano de singularidades, um conjunto aberto de relações, que não é homogênea nem idêntica a si mesma, e mantém uma relação indistinta e inclusiva com os que estão fora dela. Em contraste, o povo tende à identidade e à homogeneidade internamente, ao mesmo tempo em que estabelece suas diferenças em relação ao que dele está fora e excluído. Enquanto a multidão é uma relação constituinte inconclusiva, o povo é uma síntese construída e preparada para a soberania. O povo oferece uma vontade e uma ação únicas, independentes das diversas vontades e ações da multidão, e geralmente em conflito com elas. Toda nação precisa fazer da multidão um povo." (HARDT, NEGRI; 2001, pg. 120).

Foucault (2004) alerta que a disciplina é uma forma de distribuição dos indivíduos no espaço. Desfazemos as "multidões confusas para produzir as multiplicidades ordenadas" (contam-se as multiplicidades, múltiplos). E essa relação entre a soberania produtiva e a multidão que produz o povo.

A nação é um elemento unificante poderoso que, por isso mesmo, torna-se uma totalidade. Os autores chegam a afirmar que podemos pensar no *telos* da nação como um potencial totalitarismo. O ponto importante deste debate é: a vida social existe sem o Estado, ou melhor, existe vida social para além do Estado. Negri e Hardt acreditam que não devemos pensar no Estado como agente definitivo de resolução do conflito e sim como o (re)produtor do conflito.

Parece-nos clara a ideia de que o Estado, como tecnologia de gestão privilegiada do social, encontra em nosso momento histórico concorrente à altura que age na direção de sua substituição. Devemos frisar mais uma vez que, com isso, não queremos dizer que o Estado será substituído pelas redes digitais na gestão da vida social, e sim que é essa uma das importantes características que emanam das organizações reticulares.

4.2. A mobilização “apesar” do Estado.

Nessa parte do trabalho tratamos de apresentar as formas de reorganização da vida social através de sistemas sócio-técnicos que tomam para si as funções tecno-burocráticas do Estado, esvaziando-o em suas tarefas e sentidos, desconstruindo, assim, uma forma de interação política que foi produzida junto com o caminhar da modernidade. Antes, porém, devemos sempre deixar clara nossa estratégia de produção e o que não pretendemos com ela.

Ao apresentar os exemplos que rearticulam as funcionalidades do Estado, não queremos dizer com isso que serão esses exemplos que de fato colocarão abaixo a lógica do Estado, ou mesmo que isso ocorrerá nas próximas horas. O que importa aqui é mostrar como determinadas práticas carregam potencialidades específicas que caminham na direção que estamos indicando. Não tomamos os exemplos como unidades de análise ou mesmo como casos que em si definem nosso estudo, e sim como portadores das novas formas de ação que a nós parecem emergir das redes digitais, em relação com os mais variados atores, humanos e não-humanos.

Ao final desse movimento, a soma dos eventos apresentados também não apresenta a totalidade dos casos encontrados. Tratamos de dar amplitude aos exemplos para compor nossa narrativa, sem com isso ter a pretensão de ser definitivo sobre o assunto, como já discutimos na introdução.

Colocada em evidência a nossa proposta sobre as articulações funcionais de sistemas reticulares que repensam a relação entre sociedade e Estado, apresentamos alguns poucos argumentos para que possamos pensar essas relações para além do campo ou da esfera de influência das correntes liberais, ou mesmo de suas releituras neoliberais. Esperamos com isso contemplar alguns dos objetivos propostos por nós ao início do trabalho.

4.2.1. Não existem mais segredos de (e do) Estado.

A primeira função que vemos ser tomada das mãos do Estado é a sua capacidade de controlar as informações em prol do desenvolvimento de seus interesses, sejam eles legais ou ilegais; legítimos ou ilegítimos. A relação entre segredos e segurança ou mesmo entre segredo e governo é posta à prova não pelo Estado, mas por atores que agem fora das instituições tradicionais que produzem acesso às informações do Estado.

Não se trata aqui somente de tornar públicas as informações sobre a gestão do orçamento ou mesmo sobre contratações, licitações, entre outros. Não falamos, portanto, de algo que convencionamos chamar governo participativo, e-governo[39] ou conceitos análogos, falamos aqui de ações que têm como produto o enfrentamento de um dos alicerces do Estado moderno, como lembra Senellart (2006), a relação do Estado com o mistério, o segredo e os estratagemas. Nenhum governo, nem mesmo as democracias mais consolidadas, imagina um Estado transparente em todas as suas ações. Nenhum governante imagina-se revelando aos seus cidadãos os motivos e consequências de todas as suas decisões. Opera o princípio da razão de Estado[40] acima de qualquer possibilidade de transparência. Ao menos operava.

Estruturas como *wikileaks, transparência hacker,* entre outras, reorganizaram a lógica dos segredos e razões de Estado, colocando em

---

[39] Aqui, nosso debate não trata de como o cidadão interfere nas ações do Estado. O objetivo é mostrar como o Estado corre o risco de deixar de operar dentro dos seus procedimentos mais tradicionais, seja no seu território, seja nas relações internacionais e na diplomacia. Enfim, a pergunta que move essa discussão é: o Estado pode operar sem uma agenda de segredos? Sem essa agenda seriam impostos limites para a sua ação?

[40] Não cabe aqui uma ampla discussão sobre a razão de Estado. Para a gênese do conceito o próprio texto de Senellart (2006) traz importantes considerações.

primeiro plano a transparência total das ações estatais. Numa vingança aos potenciais afirmados pela ideia da sociedade de controle (DELEUZE, 2008), o anonimato das fontes torna o Estado o alvo do controle, com resultados potencialmente desastrosos para sua operação cotidiana e também para suas estratégias de longo prazo.

Tratamos do Estado de maneira genérica porque é disso que se trata. Não estamos discutindo como este ou aquele governo sofre por resultado de ações ilegítimas ou ilegais. É o Estado como lógica da transparência seletiva que é posto em discussão. De ditaduras a regimes democráticos, parece que a nenhum deles é dada a legitimidade dos segredos, em que pese o fato de sua legalidade estar, em alguns casos, afirmada em suas respectivas constituições democráticas. É o princípio do segredo e não seus usos que produzem as ações. É, assim, a relação Estado-segredo em geral, e não as expressões práticas dessa relação, que são tensionadas.

4.2.2. A gestão do Território

Outra função tradicionalmente associada ao Estado e nas quais as redes digitais ganham espaço e apresentam novas formas de ação é a gestão dos territórios. Do controle do desmatamento à gestão dos recursos naturais, passando pela manutenção do espaço público até a interferência na gestão da segurança, essa talvez seja a função da qual mais tomam conta das redes digitais no momento.

Se o Estado é definido pela sua relação íntima com o território no qual exerce sua soberania, então devemos prestar muita atenção para as novas relações produzidas entre as redes digitais e os diversos atores na gestão do território. O primeiro exemplo é o da rede *Povos da Floresta.* Como vimos no capítulo III, sua ação no território tem como objetivo criar “uma vigilância e monitoramento sobre o território realizado pelos próprios moradores, tornando-

os soberanos em seus territórios e protagonistas em suas áreas de atuação.[41]" Inverte-se aqui a lógica da soberania ao mesmo tempo em que devolve para a população do e no território sua capacidade de gestão e interação.

A lógica do território também entra em conflito com as dinâmicas globais de interferência do homem no meio ambiente. Impossível pensar na soberania de um Estado sobre o seu território sem conectar todo o espaço no planeta em uma única rede de complexas relações que, como já dissemos, escapa às causalidades lineares e entram no universo dos sistemas complexos ou reticulares. No entanto, os mecanismos de Estado para que sejam organizadas as demandas globais de ação têm se mostrado pouco eficientes para lidar com tais questões. O que entra em discussão novamente não é a capacidade deste ou daquele Estado de produzir respostas para os problemas, como o ambiental. O que está colocado em debate é a capacidade da tecno-burocracia representada pelo Estado moderno de produzir ações que ultrapassem suas fronteiras.

Evidente que não falamos aqui dos mecanismos tradicionais da política internacional, que tem como núcleo de suas ações o poder coercitivo. Não porque ele não seja pontualmente utilizado, mas porque é globalmente impossível de ser implantado e mesmo possivelmente ineficaz. Fica evidente que, somente uma tecnologia que tenha uma relação distinta com o território ou mesmo que o veja como territorialidade (DELEUZE, GUATARRI, 2004; DI FELICE 2009), como espaço contínuo e em interação, pode propor soluções para problemas globais.

Não é só a gestão propriamente dita que é apropriada pelas redes digitais. A organização de estatísticas sobre o território escapa das mãos do Estado para ser apropriada por redes digitais descentralizadas e sem organizações burocráticas para dar suporte. Dois exemplos dessa perda da capacidade de produção de estatísticas sobre o território foram apresentados

---

[41] Fonte: http://www.redepovosdafloresta.org.br/gerExi.aspx?kwd=2 (acesso em abril de 2012)

pelos sistemas *Chicago crime* e *Buracos de Fortaleza.* A quantidade de dados necessários para atualizar as duas plataformas em tempo real exigiria uma quantidade de funcionários tão grande quanto o numero de usuários dos sites, o que tornaria impossível sua produção e atualização. A capacidade dos sistemas descentralizados e colaborativos de produzir dados de qualidade para a gestão dos territórios mostra-se muito superior.

Ao mesmo tempo a organização dos sistemas descentralizados digitais, partindo dos cidadãos, dá relevo e publicidade a temas que por vezes não interessam ao poder público. A produção de dados sobre criminalidade e buracos, por exemplo, não pode ser manipulada ou gerenciada pelo Estado. Sua função de organizar o conhecimento sobre o território perde força nessa nova forma de diálogo entre tecnologias reticulares e territorialidades.

4.2.3. A gestão das populações

A identificação do Estado com seu território e com a população que nele vive é critério necessário para sua existência, operando ele por vias democráticas ou não. Porém, o desenvolvimento das redes digitais transforma radicalmente a gestão das populações. Por um lado temos resgatada a tensão entre privacidade e critérios de identificação (ou localização), por outro surge uma pergunta nova para o Estado: quem é a população objeto de gestão?

Frequentemente somos lembrados de que a internet e os sistemas digitais carregam consigo uma intensa capacidade de devassar a vida de qualquer indivíduo, seus gostos, preferências, amigos, locais que frequenta; e tudo entregue pelo usuário para empresas ou para o Estado (PASSETI, 2009; DA COSTA, 2004). No entanto, precisamos lembrar que uma parte substantiva do net-ativismo tem como bandeira a defesa não só da privacidade como também do anonimato. As ações do grupo *Anonymous* não operam somente na lógica da privacidade. Elas resgatam um principio de ação coletiva que não

coloca o indivíduo como protagonista, pelo contrário, despersonaliza a ação mantendo em relevo o conteúdo das demandas.

Esse procedimento é animado por sistemas reticulares como o *The Onion Router (Tor),* no qual o usuário não pode ser classificado, localizado ou mesmo ter suas informações de navegação armazenadas por terceiros; eis que a *sociedade de controle* (DELEUZE, 2004; PASSETI, 2009; DA COSTA, 2004) apresenta suas fissuras. O controle operado pelo Estado, fundamental para sua gestão da população, enfrenta as políticas do anonimato. Se a sociedade disciplinar exigia a privacidade, agora a demanda fundamental é a do anonimato. Se a privacidade passa pelo controle daquilo que é revelado sobre si, o anonimato opera na lógica do total desconhecimento do agente no espaço público, sem nome, sem local, nem mesmo certeza sobre quem ou o que produziu a ação.

Se como vimos há pouco os sistemas reticulares impõem progressivamente a transparência e o fim dos segredos de Estado e do Estado, isso também influenciará e muito a capacidade de gerir não só a população como também sua circulação. O exemplo do *twitter da lei seca* nos lembra como a capacidade do Estado de produzir uma gestão dos fluxos da população fica prejudicada com a articulação entre sistemas reticulares e dispositivos móveis. A mobilidade e os fluxos[42] são agora de domínio de diversos coletivos com os interesses mais díspares possíveis. A gestão dos fluxos torna-se assim, mais um problema para o Estado.

Por fim, a pergunta: quem é a população objeto de gestão? Aparentemente uma resposta fácil se não tivéssemos nos parágrafos anteriores questionado a capacidade do Estado de ação em um determinado território. A petição online do movimento *Veta Dilma,* por exemplo, foi assinada e mobilizou internautas por todo o mundo. A quem fala Dilma quando veta o

---

[42] Apesar de tratarmos nesse momento do fluxo de pessoas, a circulação do cidadão. A concepção de fluxos aqui é ampla e se enquadra para mercadorias, pessoas, ideias, informações (FOUCAULT, 2008).

código? Como podemos compreender as dinâmicas da mobilização e do embate com os poderes do Estado se não submetermos seus processos às disposições de uma comunidade de atores globais e plurais?

Se de fato movimentos de demandas globais são recorrentes há algum tempo (MCADAM, TARROW, TILLY, 2001; TARROW, 2009). as redes digitais estabelecem uma nova capacidade de interação entre os diversos atores e as territorialidades em questão. A novidade não está tanto no seu caráter global, mas sim na sua disposição por soluções não mediadas pelos agentes institucionalmente organizados, como o Estado.

4.2.4. A Economia Política

O ultimo exemplo de função do Estado que entra no radar da nova tecnologia animada pelas redes digitais é, talvez, a mais importante para a existência do Estado como o conhecemos hoje: a sua capacidade de gestão de um espaço econômico fundamentado no seu poder de cunhar moeda, coletar impostos e fiscalizar e avalizar os contratos, enfim, a gestão da economia apresentada como Economia Política.

Para que tal capacidade seja de fato efetivada, o controle da moeda no seu espaço econômico é fundamental[43]. No entanto, a surpresa é identificar que nesse universo o exemplo do *bitcoin* também parece apresentar riscos para a soberania econômica dos Estados. Por ser uma moeda descentralizada nenhuma das economias nacionais pode controlar sua taxa de inflação ou mesmo sua valorização. Nenhum emissor centralizado “imprime” ou distribui a moeda, com isso os Estados perdem a principal arma de controle dos seus processos macroeconômicos, o controle do volume de moeda em circulação para um nível considerado ótimo de atividade econômica e emprego. Em um

[43] Vimos nos últimos anos como pode ainda mais difícil coordenar a saída de uma crise recessiva sem a capacidade de gestão de politicas macroeconômicas, como no caso dos países da união europeia.

cenário de expansão das transações com bitcoins, grande parte da política monetária seria afetada. No comércio bitcoin não existe um mercado de juros justamente por já estar precificada a taxa de inflação de longo prazo.

Outro elemento profundamente abalado pela entrada em circulação de bitcoins é a política tributária, ou seja, a capacidade dos governos de arrecadar seus tributos. As transações no espaço econômico desenvolvido pelos bitcoins são anônimas, ou seja, não é possível tributar as relações comerciais que ocorrem nesse espaço por não saber quais são os agentes que de fato precisam ser tributados[44]. Esse movimento ataca diretamente na principal fonte de sustentação do Estado, sua arrecadação por impostos. Percebemos assim, porque o bitcoin tem sido motivo de preocupações por parte das autoridades em todo o mundo.

Tão importante quanto o valor a ser tributado é o tipo de produto transacionado. Todos os Estados nacionais classificam alguns produtos como restritos ou proibidos nos seus espaços econômicos, ou seja, os Estados controlam (ou tentam controlar) o que pode e o que não pode ser comercializado. Na economia bitcoin não existe nada passível de proibição, uma vez que é impossível saber quem são as pessoas envolvidas nas transações. Esse é mais um problema trazido à tona pelas transações em moedas eletrônicas como o bitcoin.

Fica evidente que esse tipo de ação está em franca oposição com o desenvolvimento do Estado moderno. Há quem possa pensar que não estamos tratando dos assuntos propostos ao divagar sobre moedas e economia. Pois devemos deixar claro que essa economia alicerçada em procedimentos que superam a função do Estado como agente regulador e organizador do espaço

---

[44] Esforços têm sido feitos para taxar as saídas de recursos da economia bitcoin para moedas fiduciárias, como o dólar ou o real, no entanto o efeito tem sido justamente o oposto daquele esperado. À medida que aumentam as tributações para converter bitcoins em moedas fiduciárias, menos as pessoas realizam a conversão. Com isso, grande parte das transações é realizada sem que sejam sequer computadas por nenhum sistema nacional de controle de tributos.

econômico carregam em si um potencial explosivo, e que tem em grande medida escapado do poder de controle dos Estados.

E que também não se enganem, insistimos sempre, ao pensar nesse tipo de moeda como algo que ataca este ou aquele Estado. É mais uma vez o principio e a função do Estado em geral, os princípios que o preenchem de sentido que são aqui postos à prova. Democracias ou ditaduras, economias abertas ou extremamente fechadas, produtos lícitos ou ilícitos; a lógica da Economia Política, da Economia Nacional, é ela que sofre as consequências.

Pode-se imaginar que muitos estejam nesse momento se indagando: mas em que essa tomada de espaços e funções do Estado pelas redes digitais em interação com humanos e territórios difere do já conhecido liberalismo em suas derivações ora econômicas ora políticas? Não seria esse o mundo pensado pelo neoliberalismo?

Evidente que o espaço e o objetivo desse trabalho não podem alcançar toda a profundidade que o tema merece. No entanto, é necessário tecer alguns comentários. Em primeiro lugar, podemos lembrar que a esmagadora maioria dos exemplos que mostramos não parte dos princípios da economia de mercado, ou seja, a ideia de que um indivíduo em busca dos próprios interesses produziria no agregado melhores rendimentos para a sociedade. Talvez seja mais adequado falar de outros tipos de economia, como aqueles que tratam do espaço das redes digitais como *economia da dadiva*, *economia colaborativa* entre outros.

Um segundo ponto importante é que grande parte dos sistemas digitais aqui apresentados foram desenvolvidos por pessoas ligadas aos movimentos Cypherpunks que na sua maioria eram ligados às correntes anarquistas. Dois exemplos muito relevantes são o *Wikileaks* e o *movimento bitcoin.* Se como afirmamos em diversos momentos, o desenvolvimento dessas ações não pode ser apreendido como necessidade em direção a qualquer objetivo, sem um *telos* que dê suporte, organizado pela perspectiva rizomática, ao menos podemos identificar nos agentes que desenvolvem e animam tais circuitos info-

-territoriais uma profunda vontade em questionar as estruturas do Estado moderno, ao mesmo tempo em que rejeitam a saída liberal.

Todos os tópicos aqui desenvolvidos poderiam ser desdobrados em diversos outros exemplos que afirmam uma nova expressão da ação política, que está em movimento apesar do Estado e que dele toma funções importantes. A articulação das diversas ações em redes de redes abre espaço para uma pergunta: à medida que o Estado perde parte de sua capacidade tecno-burocrática de interferir no território, na economia e na gestão das populações qual o sentido de sua manutenção e de toda a estrutura posta em movimento, seja para seu controle, seja para sua gestão? Um dos possíveis caminhos para responder a essa pergunta pode ser encontrado nos tópicos seguintes. Neles deslocamos nossa atenção das funções atribuídas ao Estado para a contestação mais contundente que ele vem sofrendo de movimentos que pretendem dar outro significado à política e ao poder, uma política contra o Estado.

4.3. Uma revolução copernicana no pensamento político: Clastres e o contra Estado em uma leitura nas redes digitais.

Tentamos a partir de agora aproximar mundos aparentemente distintos operados por disciplinas que por muito tempo fizeram questão de estabelecer suas diferenças e a independência de seus campos de pesquisa e atuação: a antropologia, a ciência política e por fim a comunicação digital. Mas qual seria a novidade se nos capítulos anteriores já tratamos de diminuir a distância entre as teorias que tratam da ação ou das mobilizações coletivas de um lado e a teoria da comunicação, com ênfase na comunicação digital, de outro? A diferença fundamental é que, no primeiro caso, se o diálogo não era intenso estávamos ao menos tratando de um mesmo universo empírico, que podemos chamar aqui de sociedade ocidental[45]. Já no segundo caso as ciências humanas por muito tempo fizeram questão de estabelecer uma diferença de objeto que reverberava em diferença epistêmica e assim em diferenças de interpretação.

A proposta desse capítulo é resgatar uma concepção ampla de política que permita reavaliar o net-ativismo, superando alguns preconceitos e pré-noções que dele possamos ter justamente por concentrarmos nossos estudos dentro de um quadro institucional razoavelmente estável nas suas macrodefinições: Estado-nação, partidos, eleições, enfim, todo o arsenal herdado do desenvolvimento e avanço do liberalismo político ao longo dos séculos XVIII e XIX.

---

[45] Mais que uma região, o termo trata da ampliação das formas de organização macro-sociais que se originam na Europa e de lá ganham expressão em outras regiões, adaptando-se à medida em que entram em contato com as realidades locais. Existem autores que tratam desse processo como o desenvolvimento e expansão do capitalismo pelo globo (Wallerstein, 2003) outros dentro de uma perspectiva cultural associando seu esse processo com a expansão das ideias e valores europeus (Vattimo, 1996). O debate é amplo e não cabe no escopo do trabalho por hora.

Evidente que tarefa como essa não se resolve sem uma leitura atenta daqueles que trataram de enfrenta-la antes e produziram elementos importantes para a reflexão. Também devemos esclarecer que não poderíamos estabelecer tal diálogo debruçando-nos em casos exemplares, ou mesmo em um levantamento empírico extensivo. A proposta aqui é exercitar uma crítica aos operadores mais utilizados para pensar o net-ativismo; o exercício da crítica é o método e o percurso. Com isso, o texto abre-se aos ataques dos que exigem uma empiria bem delimitada, um objeto, um sujeito pesquisador, um recorte, todos eles devidamente anunciados. Não imaginamos que esse é o caminho que devemos trilhar como já deixamos claro no capítulo I. Assim, os exemplos que traremos jogam luz no movimento crítico que realizamos, em cada passo que damos. Ao final, a proposta é que construam uma constelação que revigore os conceitos que tentamos articular.

Sigamos, então para uma revolução copernicana no pensamento político. Primeiro entre os "selvagens", depois nas redes digitais; separação didática, pois é a unidade entre eles que interessa aqui.

4.3.1. O resgate do político entre os selvagens amplia a política entre nós.

Durante muito tempo a política não foi objeto de estudos para os antropólogos focados nas sociedades sul-americanas. Melhor dizendo, foi uma área que mereceu sempre menção, mas não mais que isso. O motivo? Tais sociedades não possuíam uma dimensão política justamente por não apresentarem um poder coercitivo diferenciado do resto de toda a sociedade. Tal concepção de poder, que encontra em Weber (2004) uma expressa formulação, era o alicerce no qual se erguiam os estudos ameríndios. A definição era a da ausência de coerção, logo ausência de poder e por

consequência de uma forma política. A negação da política determinava parte significativa da visão dos antropólogos na construção de seus estudos.

Foi a partir de uma perspectiva diferente, de um olhar distinto, que Pierre Clastres devolve a política a essas sociedades. Para isso ele precisará separar elementos que os ocidentais julgavam inseparáveis: o poder, a coerção e o Estado[46]. Ele nota que:

> "Encontramo-nos, portanto confrontados com um enorme conjunto de sociedades onde os detentores do que noutro lado se designaria por poder estão de facto sem poder, onde o politico se determina como campo fora de toda a coerção e de toda a violência, fora de toda a subordinação hierárquica, onde, numa palavra, não se processa nenhuma relação de comando-obediência." (CLASTRES, 1979, p. 10).

Como resolver esse impasse? Como então poderíamos definir um espaço adequado para o político nessas sociedades sem apelar à falta como critério de distinção? A solução deveria passar pelo abandono de um etnocentrismo político e de encarar as sociedades primitivas sem buscar nelas aquilo que somos.

> "É preciso então que nos perguntemos: em que condições o poder politico é pensável? (...) A condição é renunciar asceticamente, diremos nós, a concepção; exótica do mundo arcaico, concepção que em ultima analise, determina massivamente o discurso pretensamente científico sobre este mundo. A condição será neste caso a decisão de tomar finalmente à serio o homem das sociedades primitivas, sob todos os seus aspectos e em todas as suas dimensões: também sob o ângulo do político, mesmo e, sobretudo se este se realiza nas sociedades arcaicas como negação daquilo que é no mundo ocidental. É preciso aceitar a ideia de que negação não significa o nada, e que quando o espelho não nos devolve nossa

[46] A discussão de Clastres está associada à concepção de Estado com coagulação do poder separado da sociedade. No entanto o mesmo rendimento apresenta sua obra quando confrontado com o texto de Senellart (2006) que mostra a transformação do princípio de governo, da lógica do *regimen* medieval à lógica do Estado moderno. Em ambos os casos o que nos interessa é o poder em separado, o corpo que se destaca do social para sobre ele governar.

> imagem isso não prova que nada haja para olhar. Mais simplesmente: da mesma maneira que a nossa cultura acabou por reconhecer que o homem primitivo não e uma criança, mas, individualmente, um adulto, poderá também ela progredir um pouco se lhe reconhecer uma equivalente maturidade coletiva." (CLASTRES, 1979, p. 18).

É deslocando a ideia de coerção do centro da definição de poder que vemos sua maior contribuição aos estudos que pretendemos ampliar sobre o net-ativismo. Trata-se, portanto, de "tornar o poder algo imanente à sociedade" e apresenta-lo em suas formas distintas: o poder político coercitivo e o não coercitivo. Eis a revolução copernicana que Clastres empreende.

Ao alargar as fronteiras do político vemos que o seu intuito é muito similar àquele proposto por Lévi-Strauss em *O Pensamento Selvagem* no qual propõe um alargamento da ideia de razão para que possamos acolher o pensamento selvagem dentro do espaço da racionalidade.

Mas como, então, podemos ver o mecanismo do poder não-coercitivo agindo nas sociedades primitivas[47]? Enfim, o que é a política nessas sociedades? Clastres a define como a "sociedade contra o Estado[48]". Essa definição é reveladora dos motivos que levaram os antropólogos antes dele ao erro sobre tais sociedades. A recusa frente ao Estado é a recusa à coerção e a institucionalização do poder.

A guinada radical da proposta clastriana eleva a sociedade ameríndia ao afirmar a figura do Estado como algo da ordem do contingente. O Estado seria um caso particular de poder e não sua totalidade. Evidente que por não apresentar as instituições ocidentais que regulam uma política mediada, a política ameríndia foi mal interpretada ou muitas vezes ignorada. No entanto, podemos ganhar bases importantes para pensar a política em contextos

---

[47] O termo "sociedade primitiva" pode parecer deslocado mas preferimos manter a terminologia utilizada por Clastres para que não causemos dúvidas entre citações e o texto.

48 Termo que dará nome a primeira coleção de ensaios publicados reunindo seus textos.

reticulares identificando como opera a recusa ao Estado nessas sociedades encarnado na recusa de um chefe forte, ou em outras palavras, dotado de poder coercitivo.

Não é somente nas distâncias que separam as sociedades ditas primitivas e as ocidentais que está o perigo de uma interpretação centrada no Estado. Retomemos o exemplo dos movimentos *occupy* e nos concentremos no *occupy Wall Street.* Seus críticos à direita e à esquerda buscam interpretar o movimento pela falta, pela negação do político como instituído no ocidente. À direita os movimentos são criticados por não levarem suas demandas para dentro do processo institucional vigente[49]. Mas a esquerda tradicional também olha atônita aos movimentos que não se expressam pela miríade de partidos que fixam seus objetivos pela conquista do poder coercitivo. A insistência em buscar direções dentro da chave marxista para tais movimentos pode ser encontrada no recente livro "Occupy" organizado pela Boitempo no qual vemos entre as perguntas que estimulam o pensamento da esquerda a seguinte passagem:

> "Terão eles possibilidades de criar condições efetivas (político-ideológicas) para o surgimento de novas organizações de classe, capazes de traduzir, no plano da institucionalidade democrática, as medidas necessárias para a realização dos anseios dos indignados, sob pena de frustração irremediável?" (David Harvey, Slavoj Žižek, Tariq Ali et al; 2012, p. 38)

Falta de organização, falta de institucionalização; substituamos pela perspectiva clastriana e eis que podemos identificar a forma inovadora destes movimentos. Sua potência está em recusar o Estado e seu poder coercitivo, sua lógica centralizadora e hierarquizada mais do que a luta por um espaço no quadro político partidário usual. O assombro de muitos é que grande parte

[49] Discurso inclusive muito comum de que a ordem democrática vigente é capaz de processar as demandas dos atores desde que aceitem os limites impostos pelas instituições.

desses movimentos ao serem perguntados sobre o próximo passo resistem em responder “no plano da institucionalidade democrática”.

Vejamos, pois, alguns elementos com os quais Clastres elucida o funcionamento interno das sociedades primitivas e seu rendimento nas nossas análises sobre o net-ativismo.

4.3.2. Para uma sociedade forte, um chefe fraco.

Na antropologia política de Clastres encontramos um debate muito importante sobre a figura que, em tese, encarnaria as relações de poder em potencia de institucionalizarem-se, o chefe. No entanto, ao analisar os procedimentos da chefia ameríndia ele nota que o chefe possui um poder que não se exerce. Sempre interessado no desenvolvimento de uma antropologia que não fuja dos paradoxos, esse será um dos quais atacará: o paradoxo da chefia sem poder ou do poder que não se exerce.

Já tendo elevado a política à universalidade, seja qual for a sociedade, como Lévi-Strauss fez com a razão, exclui-se a negativa do político; cabe agora entender a função da chefia em uma sociedade sem coerção. Assim é apresentado o chefe:

> “Planificador das atividades económicas e cerimoniais do grupo, o líder não possui qualquer poder de decisão; nada lhe assegura que suas ordens serão executadas; esta fragilidade permanente de um poder que não cessa de ser contestado dá o seu tom ao exercício da função: o poder do chefe depende unicamente do muito bem querer do grupo.” (Clastres, 2003, p.35)

Qual é o poder desse chefe-sem-poder se ele não tem os meios para ser exercido? Um poder impotente e uma chefia sem autoridade, uma função que funciona no vazio. No entanto, ao descrever suas principais funções, Clastres tenta apreender seus significados, transformando essa aparente negatividade

(o paradoxo da chefia sem coerção) em positividade (sua afirmação como expressão política ameríndia).

Baseado nos trabalhos de Robert Löwie publicados em 1948 no livro *Social Organization,* o autor apresenta-nos as três principais características do chefe. Em primeiro lugar ele é um fazedor de paz. No entanto ele qualifica essa afirmação:

> "A ele compete apaziguar as querelas, regular os diferendos, não pelo uso de uma força que não possui e que não lhe seria reconhecida, mas valendo-se apenas das virtudes de seu prestígio, da sua equidade e da sua palavra. Mais que um juiz que sanciona, é um árbitro que procura reconciliar. Não é, portanto, surpreendente constatar que as funções judiciárias da chefia sejam tão raras: se o chefe falha a reconciliação das partes adversas, não pode impedir o diferendo de se transformar em hostilização mútua e prolongada e isto revela claramente a disjunção entre poder e coerção." (Clastres, 2003, p. 28).

Traço importante da chefia indígena é a impossibilidade de estabelecer sanção ou punir os envolvidos em querelas, que se choca com nossos conceitos tradicionais de um ordenamento social baseado no poder de coerção e pode cegar-nos para novas formas de construção de espaços políticos que se assemelham aos dos povos ameríndios.

O segundo traço que distingue esse chefe é a sua generosidade. Ele precisa ser generoso com os seus para manter-se como chefe. Mais que um dever é uma servidão. Clastres mostra frequentemente o chefe pilhado, saqueado, geralmente transformado no mais pobre de todos pela constante doação. Evidente a disjunção estabelecida aqui entre avareza e chefia. Mais complicado seria uma análise a partir da lógica de classes ou da concepção de classe dominante. Na circulação de bens processa-se um movimento unidirecional do chefe para todos. A ideia de acumulação associada à ideia de poder coercitivo pode sustentar-se, no entanto, é a ideia de política associada à acumulação que perde força aqui. A ampliação da acumulação e o desenvolvimento das forças produtivas não andam juntas ao desenvolvimento

da política, e sim ao desenvolvimento do Estado[50]. Essa é a mensagem que Clastres nos passa aqui

Por fim, mas igualmente importante na concepção do chefe indígena, é o seu talento oratório**.** O chefe tem o monopólio da linguagem na sociedade indígena. No entanto, mais um paradoxo apresenta-se aqui: o chefe é um pregador no deserto. Sua fala é vista com indiferença, ninguém dá ouvidos à sua fala:

> "Nenhum recolhimento, com efeito, enquanto o chefe fala, nenhum silêncio, cada um tranquilamente continua, como se nada fosse, a tratar de suas ocupações. *A palavra do chefe não é dita para ser escutada.* Paradoxo: ninguém presta atenção ao discurso do chefe, ou melhor, é simulada a intenção. Se o chefe deve falar, em contra partida, aqueles a quem se dirige não são obrigados, pelo que lhes toca, senão a parecer não ouvir." (Clastres, 2003, p.151)

A discussão sobre a linguagem é a mais importante nesse trecho. Ocorre aqui uma inversão da concepção de discurso de Lévi-Strauss (discurso como pura significação) para recolocar a palavra como valor. A palavra é "vazia", mas marca o lugar do chefe, e ao mesmo tempo em que marca o lugar do chefe reafirma os valores da sociedade.

Se para Clastres o que era signo torna-se valor, o mesmo ocorre com as palavras. A fala do chefe não é uma fala que comunica ou que emite uma mensagem, ela é uma palavra "vazia", que perdeu a função de significação, por isso também ela passou para o campo do valor.

A palavra do chefe é sua chefia. Ela não poder ser uma palavra de ordem porque nesse momento o grupo rompe o paradoxo, retoma a atenção e destitui o chefe de seu posto.

A sociedade de recusa do poder, não é aquela que não conhece o poder. É exatamente o contrário, justamente por entender que o chefe é um

---

[50] Veremos mais a frente como Deleuze e Guatarri (2004) trataram dessa questão.

déspota em potencial, eles de fato recusam-no. A sociedade contra o Estado é a sociedade da recusa. A politica indígena é a recusa e por isso a chefia é fundamental para tornar visível a todos tal recusa cristalizada no chefe.

> "A chefia, na sociedade primitiva, é apenas o lugar suposto, aparente do poder. Qual é seu lugar real? É o corpo social ele próprio, que o detém e o exerce como unidade indivisa. Esse poder não separado da sociedade se exerce num único sentido, ele anima um único projeto: manter na indivisão o ser da sociedade, impedir que a desigualdade entre os homens instale a divisão na sociedade. Segue-se que tal poder se exerce sobre tudo o que é suscetível de alienar a sociedade, de nela introduzir a desigualdade: ele se exerce, entre outras coisas, sobre a instituição de onde poderia surgir a captação do poder, a chefia. O chefe está sob vigilância na tribo: a sociedade cuida para não deixar o gosto do prestígio transformar-se em desejo de poder. Se o desejo de poder do chefe torna-se muito evidente, o procedimento empregado é simples: ele é abandonado ou mesmo morto." (Clastres, 2004, p. 105).

Voltemos, então, ao net-ativismo agora articulado com a perspectiva de Clastres. A ausência de lideranças fortes que apontem as direções e os rumos das mobilizações não pode colocar em marcha um pensamento que anule sua dimensão política ou mesmo sua capacidade de organização. Os grupos que se mobilizam e se articulam em redes globais podem reconhecer os riscos que a expressão de um líder produz.

Um dos exemplos que podemos lembrar aqui, para ficar em um caso recente, é o do grupo *Anonymous*. Sua recusa à organização institucionalizada associa-se à recusa enfática do princípio da liderança. A própria concepção de "seguir" é de todo estranha ao grupo:

> "Nós não somos uma organização e não temos líderes. Oficialmente nós não existimos e não queremos existir oficialmente. Nós não seguimos partidos políticos, orientações religiosas, interesses econômicos e nem ideologias de quaisquer espécies. Anonymous não pede dinheiro nem qualquer favor ou benefício a ninguém. Mais uma vez: Anonymous não tem líderes. Se alguém lhe disser que representa ou lidera Anonymous, este alguém não conhece a ideia Anonymous, porque nós não podemos ser

> representados ou liderados, porque isto é o que somos: uma ideia."[51]

Ao mesmo tempo em que a rejeição de seguir, um partido político ou uma orientação religiosa está em consonância com a ideia do questionamento da função de chefia, ela afirma o poder no grupo. Esse poder não é um órgão diretivo, não é um espaço privilegiado de mediação ou comunicação, não está destacado do grupo para sobre ele impor-se (mesmo que fundado em um suporto contrato). O poder é uma recusa da sociedade, ou do grupo; um fora. É a força do grupo em inverter a lógica impositiva de um poder separado, ou destacado, e de retomar para si, na generalidade indivisível do grupo, uma força que por um longo tempo o ocidente viu como evolução natural da política. É, enfim, mostrar que a sociedade não prescinde de chefes fortes para manter sua força, ao contrário, sua força está em anular o poder de coerção de qualquer chefe em qualquer dimensão do social. Eis a filosofia política ameríndia dando sua contribuição para o pensamento reticular e para as redes do século XXI.

4.3.3. Da troca e da guerra – uma critica a Lévi-Strauss e Hobbes na antropologia política de Clastres

Um último ponto que precisa ser destacado na obra de Pierre Clastres para que possamos avançar para as repercussões de suas ideias nos pensadores que o sucederam é a questão da guerra entre as sociedades primitivas. Para atacar essa questão ele trava um debate com dois autores que, a seu ver, são complementares, Lévi-Strauss e Hobbes. Apesar de nenhum deles alcançar a guerra nas sociedades primitivas de maneira satisfatória, ajudarão a compor o quadro pelo qual Clastres fundamentará sua teoria da guerra entre os povos ameríndios.

---

[51] Fonte: http://anonymousbrasil.com/sobre-anonymous/ (acesso em 08/05/2012)

Para o autor, a sociedade primitiva é uma sociedade para a guerra, por isso mesmo ele colocará a guerra no centro dos estudos de etnologia ameríndia[52]. Ele apresenta em seu trabalho *Arqueologia da Violência* (Clastres, 2004) os ianomâmis como um dos últimos povos guerreiros e primitivos dada a sua localização. Ao identificá-los como povos guerreiros ele lembra que não devemos cair na tentação de encontrar o Estado de Guerra hobbesiano de todos contra todos. No entanto, a guerra será fundamental para pensar o "contra Estado" nessas sociedades[53]. Justamente ao tratar da função da guerra vemos um Clastres mais próximo da empiria e dos trabalhos de campo[54].

A tese central permanece a mesma: as sociedades primitivas são sociedades contra o Estado. No entanto, se até aqui tratamos da perspectiva da chefia indígena, justamente porque a chefia é o lugar do perigo que a sociedade neutraliza no seu interior, agora trataremos da guerra por dizer respeito aos grupos sociais e à sua fragmentação contínua, justamente a expressão exteriorizada da mesma dinâmica da sociedade contra o estado.

A guerra seria, assim, a força centrifuga por excelência. Ela impede a unificação dos povos em um Estado. Devemos destacar que nesse sentido a guerra não é a batalha armada e sim a disposição para a fragmentação ao mesmo tempo em que apresenta o antidoto à unificação. Evidente influência de Hobbes, para o qual a guerra não é a batalha física e sim um estado permanente de tenção guerreira o *Warre* (Estado de Guerra contínuo). No

---

[52] Eduardo Viveiro de Castro vai mostrar em seu texto de 1992 *From the enemy's point of view*. *Humanity and divinity in an Amazonian society*. Como a função da guerra já foi objeto de estudos nas ciências sociais brasileiras desde Florestan Fernandes.

[53] Devemos lembrar que o pensamento de Clastres sofre algumas alterações entre os textos iniciais de sua carreira e os textos mais tardios (nem tão tardios dada sua morte prematura). A mudança da função da guerra ganha corpo de fato no texto *Arqueologia da Violência*, que será incorporado no livro de mesmo título (2004). No entanto, não podemos desenvolver a transformação de seu pensamento na dissertação para evitar estender e demasia o trabalho, perdendo assim o foco.

[54] Parte de seus estudos iniciais foi feita com base em pesquisas de outros antropólogos.

entanto, ao invés de associar esse estado com um primitivismo, Clastres opera na positividade na disposição guerreira:

> "O que é a sociedade primitiva? É uma multiplicidade de comunidades indivisas que obedecem todas a uma mesma lógica do centrífugo. Que instituição exprime e garante ao mesmo tempo a permanência dessa lógica? E a guerra, como verdade das relações entre as comunidades, como principal meio sociológico de promover a força centrífuga de dispersão contra a força centrípeta de unificação. A máquina de guerra é o motor da máquina social, o ser social primitivo baseia-se inteiramente na guerra, a sociedade primitiva não pode subsistir sem a guerra. Quanto mais houver guerra, menos haverá unificação, e o melhor inimigo do Estado é a guerra. A sociedade primitiva é sociedade contra o Estado na medida em que é sociedade-para-a-guerra." (Clastres, 2004, p.186)

Nada mais longe do pensamento clastreriano do que uma definição de natureza humana, seja ela orientada para o bom selvagem, seja ela uma natureza maléfica. A sociedade é o ponto de partida para entender as relações colocadas em movimento pela guerra. Não existe uma definição *a priori* das escolhas que serão tomadas, mas sempre é preciso destacar que o "contra o Estado" é de fato uma escolha política e não um estado de natureza. Insistimos nesse ponto.

Nos primeiros movimentos desse texto estávamos tratando do plano "local", ou seja, a comunidade e seu chefe. Agora tratamos de grupos em suas relações. A lógica entre exterior e interior é a tensão que completará o quadro sócio-político das relações ameríndias.

Devemos ainda tecer algumas palavras sobre a relação entre chefia e guerra. Dada a nossa experiência presente ou histórica de associar a guerra ao Estado, somos levados a pensar que durante as batalhas a chefia indígena assume seu potencial coercitivo. Afinal, como conduzir os homens na batalha sem a coerção, a hierarquia, o respeito, etc.? Estaria aqui uma prova de que a inevitabilidade do surgimento do Estado estaria na guerra como princípio que coagula o poder?

> “Como a atividade econômica ou a vida social em tempos de paz, a atividade guerreira tampouco tolera que a comunidade dos guerreiros se divida (...) em soldados-executantes e chefes-comandantes: a disciplina não é a força principal dos "exércitos" primitivos, a obediência não é o primeiro dever do combatente de base, o chefe não exerce nenhum poder de comando. Pois, contrariamente a uma opinião tão falsa quanto difundida (o chefe não disporia de nenhum poder, salvo em tempo de guerra), o líder guerreiro, em nenhum momento da expedição (preparação, batalha, retirada), tem condições — caso seja essa sua intenção — de impor sua vontade, de intimar uma ordem à qual ele sabe de antemão que ninguém obedecerá. (...) As antigas crônicas dos viajantes e dos missionários, os trabalhos recentes dos etnólogos coincidem nesta constatação: quando um chefe busca impor seu próprio desejo de guerra à comunidade, esta o abandona, pois quer exercer sua livre vontade coletiva e não se submeter à lei de um desejo de poder. Ao chefe que quer "bancar o chefe", os outros viram as costas, na melhor das hipóteses; na pior, eles o matam.” (Clastres, 2004, p.188).

A guerra é uma dimensão afirmativa da politica selvagem, e não seu estado de exceção. Ela não contém em si o gérmen para o nascimento do Estado, sua operação vai na direção oposta. O Estado é a aparição que surge contra a guerra. Ele inverte, com isso, Hobbes: a guerra é contra o Estado ao invés de invocar o Estado contra a guerra. Apesar de compactuar a relação hobbesiana entre guerra e Estado ele inverte seu sinal.

Outro feixe de críticas que esse texto aponta é para a antropologia que vê na sociedade primitiva a guerra ordenada pela escassez (sempre a explicação de guerra pela base material). Clastres rapidamente demonstra, com a ajuda de Sahlins (2004), que as sociedades ameríndias são sociedades de abundância e não de escassez. Por isso mesmo guerras que tenham como fundamento necessidades materiais não produziram trabalhos consistentes. A guerra seria, assim, a política, e sua natureza política está na recusa desses povos pela unificação. Se o chefe é o inimigo interno, que potencialmente pode produzir uma ruptura interna e definir o início do Estado, a guerra apresenta o externo como um inimigo que precisa ser mantido na lógica do “fora”.

Mantendo a ruptura externa e a unidade interna a sociedade se assegura contra o Estado.

A sociedade primitiva apesar de indivisa não é estática, ela é dinâmica e articula-se a cada momento em formas distintas de alianças políticas pela condição de possibilidade guerreira. A guerra primitiva não é a guerra de todos contra todos. Por ter seu fundamento no político, ela articula mecanismos políticos de funcionamento: a aliança política com a manutenção da autonomia do grupo. E é justamente por intermédio das alianças-para-a-guerra que se organizam os fundamentos da troca segundo Clastres.

É a guerra que funda a relação entre as comunidades. O que as comunidades desejam é a independência política, mas ao constituir as suas alianças, sua trocas reforçam laços matrimoniais e comerciais. É uma inversão do pensamento de Levi-Strauss que afirma a troca generalizada como principio organizador do social: "Há uma ligação, uma continuidade entre as relações hostis e o fornecimento de prestações recíprocas: as trocas são guerras pacificamente resolvidas, as guerras são o resultado de transações malsucedidas" (LÉVI-STRAUSS apud CLASTRES, 2004, p. 170). Mas para Clastres está claro que as relações de troca são estabelecidas depois das relações políticas instituídas pelas alianças guerreiras. A sociedade primitiva não é para a troca e sim para a guerra, definitivamente um Clastres não-durkheimiano.

Percorrer a antropologia política de Clastres interessa-nos porque ela sempre falou a nós e sobre nós. O momento sócio-histórico produzido pelo desenvolvimento das redes digitais opera por princípios que permitem analogias com as investigações sobre a política ameríndia.

De fato uma das características que notamos nas articulações no interior dos grupos que se organizam pelas redes digitais e que dela dependem em grande parte para sua operação e existência é a forte resistência à projeção de líderes e de uma forte tensão na formação de um debate unificado

que possa, na sequência, estabelecer uma unidade política forte como aquelas apresentadas no interior de partidos políticos ou de associações de classe[55].

Podemos ilustrar como essas alianças operam nas mobilizações com o projeto da "lei Azeredo[56]". A miríade de grupos que se articularam em torno da mobilização contra a votação do projeto de lei era tão plural que, de fato, a união produzida pode ser entendida como uma aliança entre comunidades contra o poder e o controle do Estado, representada pelas proposições contidas na proposta de lei. Tão logo a mobilização passa pelo período crítico, as propostas de união são rechaçadas, as divergências tomam corpo e a frágil união apresenta novamente seu potencial centrífugo.

A política de apoio e alianças pode ter, em muitos casos, aparência de unidade sem, no entanto, produzir, de fato unidades duradouras. Devemos ter em mente que existe uma diferença enorme entre a política ameríndia e a política moderna. Enquanto na primeira o Estado, ao menos na perspectiva clastriana, encontra-se em potência, ou seja, é combatido como por uma filosofia política sem apresentar uma materialidade de fato coercitiva, nas sociedades modernas o Estado é um ente estabelecido e que já exerce um poder coercitivo que tensiona uma política exclusivamente centrífuga e de rearticulação de alianças mais intensas. O Estado é motivo de uma união mais intensa entre os grupos que muitas vezes abandonam a política descentralizada para institucionalizar-se nos espaços políticos tradicionais. Nada de novo aqui se pensarmos na linha da teoria do processo político (TARROW, 2009; MCADAM, TARROW, TILLY, 2001). Porém as leituras que foram feitas de Clastres por Deleuze e Guatarri (2004) e Hakim Bay (2002)

---

[55] Nesse sentido o cenário brasileiro é ainda mais interessante por apresentar nas suas instituições democráticas modernas uma forte tendência à fragmentação, com implicações diretas sobre a forma como é conduzida nossa vida política tradicional. Flagelo para os que pensam a política dentro do campo de ação proposto pelo iluminismo europeu; campo fértil para estudos baseados em uma perspectiva clastriana e suas derivações, principalmente com o estímulo extra dos meios digitais. Importante lembrar a forma veloz como a penetração da comunicação digital e o uso da internet se entrelaçaram com os hábitos cotidianos do brasileiro.

[56] Para uma descrição mais detalhada do evento ver o capítulo III da presente obra.

tentam de formas distintas atualizar o pensamento de Clastres tendo em vista a realidade histórica moderna.

Veremos que Deleuze e Guatarri dirão que “A sociedade contra o Estado” não pode ser encarada como uma lei ou como um motor tipológico. Ela é uma direção, uma força, um projeto. Uma intencionalidade, uma vontade de ser, só assim poderíamos pensar em uma nova ontologia política.

4.3.4. A leitura de Deleuze e Guatarri

Em seu livro Mil Platôs (2004), Deleuze e Guatarri dedicam dois platôs à obra de Clastres e suas derivações para as sociedades ocidentais. Se Clastres não tem como objetivo elaborar uma filosofia política universal ou mesmo extrapolar as sociedades ameríndias analisadas, *Mil Platôs* cumpre essa tarefa e nos ajuda na nossa.

Ao tratar dos pressupostos clastrianos, os autores deixarão muito claro que não se trata de pessoas, grupos ou povos. Seu objetivo é demonstrar que são processos maquínicos (Deleuze e Guatarri, 2004). Ao debater as noções de selvagens, ou civilizados, primeiro realizam uma definição criteriosa das máquinas conceituais para no instante seguinte afirmar que eles estão presentes em qualquer sociedade.

Além da tríade clastriana: selvagem, bárbaros e civilizados, os autores acrescentam um quarto processo maquínico, o nomadismo. Se os selvagens teóricos não conhecem o Estado e o recusam como virtualidade, em potência, os povos nômades chocam-se com os Estado em sua materialidade e coerção. Ciganos, beduínos ou mesmo ideologias anarquistas[57] são exemplos desse nomadismo e sua recusa ao Estado.

[57] Aprofundaremos em breve a relação entre anarquismo e o “contra o Estado”.

Os quatro processos maquínicos apresentados são definidos como agenciamentos, ou seja, não existe uma identificação entre um povo e um "tipo ideal", não existe um "ser" dos povos, seu princípio é o devir[58]. Essa leitura tem um duplo rendimento. De um lado mostra o movimento que permite a povos "contra o Estado" tonarem-se povos "com Estado". Com isso, a mudança em qualquer filosofia e prática política de uma sociedade ganha forma e potência. Exemplos são os povos nômades que se sedentarizam e são incorporados pelas culturas nacionais do ocidente. Por outro lado, retira do movimento um sentido ou direção única, um movimento inevitável em direção ao Estado. Ele abre, mesmo dentro sociedades com Estado, a possibilidade da transfiguração na direção de sociedades contra o Estado. Os primitivos, como ideia, estão como contraponto e como agenciamento que coexistem dentro do nosso mundo, como algo que pode ser potencializado, como força de resistência.

Clastres não vê muito como voltar atrás caso se atinja a forma Estado, mesmo do Estado despótico bárbaro não há como fugir. É esse o ponto em que ajuda o trabalho de Deleuze e Guatarri para os estudos sobre o net-ativismo.

A definição dos quatro processos maquínicos, como dissemos, evita tipologismos, são anti-tipológicos e anti-evolucionistas. No entanto, mais importante, talvez, seja a sua coexistência e influência mútua (Deleuze e Guatarri, 2004). Eles são tratados como regimes sígnicos, sistemas de códigos que se articulam de forma distinta em cada processo.

A máquina selvagem trabalha na codificação dos fluxos (códigos na lógica Lévi-Straussiana). Não existe um código dominante, um código dos códigos, apenas um processo de codificação. Os mitos seriam codificações dos fluxos dos acontecimentos. Essa é a marca da inscrição da máquina selvagem na imanência.

---

[58] Se em *O anti-édipo* (2010) o foco dos autores está na ideia de "produção", em Mil Platôs ganha força a ideia de "devir". Ela será importante para a compreensão de seus objetivos ao discutir as ideias clastrianas.

A máquina bárbara é a constituição de um Estado arcaico que opera a sobrecodificação dos fluxos. O Estado é, assim, o código dos códigos, seu operador lógico privilegiado. O Estado apresenta-se como uma máquina de ressonância. Abre-se o espaço para a transcendência[59].

A máquina civilizada (que é para os autores a formulação do capitalismo) opera a descodificação. Alguns fluxos escapam da sobrecodificação, a codificação migra para a ideia de axiomática (Deleuze e Guatarri, 2004). A axiomática não é um código, ela é a própria realidade produzida. Se o axioma é uma proposição irrefutável a axiomática opera pela produção de universais. É, portanto, o capitalismo globalizante no seu pleno funcionamento.

Para entender melhor como opera a máquina de guerra nômade, ou os processos maquínicos do nomadismo, apresentamos uma passagem na qual os autores tratam do tema. Dizem eles:

> "Seria preciso tomar um exemplo limitado, comparar a máquina de guerra ao aparelho de Estado segundo a teoria dos jogos. Sejam o Xadrez e o GO, do ponto de vista das peças, das relações entre as peças e do espaço concernido. O xadrez é um jogo de Estado, ou de corte; o imperador da China o praticava. As peças do xadrez são codificadas, têm uma natureza interior ou propriedades intrínsecas, de onde decorrem seus movimentos, suas posições, seus afrontamentos. Elas são qualificadas, o cavaleiro é sempre um cavaleiro, o infante um infante, o fuzileiro um fuzileiro. Cada uma é como um sujeito de enunciado, dotado de um poder relativo; e esses poderes relativos combinam-se num sujeito de enunciação, o próprio jogador de xadrez ou a forma de inferioridade do jogo. Os peões do GO, ao contrário, são grãos, pastilhas, simples unidades aritméticas, cuja única função é anônima, coletiva ou de terceira pessoa: "Ele" avança, pode ser um homem,

[59] Interessante notar como essa mesma perspectiva encontra-se, em certa medida, na proposta durlheimiana de Estado (Durkheim, 2002) como órgão especializado da sociedade cuja função seria o da comunicação e mediação entre os demais órgãos, uma sobrecodificação que organiza as relações entre os demais códigos.

> uma mulher, uma pulga ou um elefante. Os peões do GO são os elementos de um agenciamento maquínico não subjetivado, sem propriedades intrínsecas, porém apenas de situação. Por isso as relações são muito diferentes nos dois casos." (Deleuze e Guatarri, 2004, Vol. V, p. 12)

Para os nômades a máquina de guerra não é sutil como a dos selvagens, ela é voraz porque se contrapõe de fato ao Estado e apresenta-se sempre diante do perigo de ser apropriada por ele.

> "(...) mas a máquina de guerra responde a outras regras, das quais não dizemos, por certo, que são melhores, porém que animam uma indisciplina fundamental do guerreiro, um questionamento da hierarquia, uma chantagem perpétua de abandono e traição, um sentido da honra muito suscetível, e que contraria, ainda uma vez, a formação do Estado." ((Deleuze e Guatarri, 2004, Vol. V, p. 14).

Lembremos que é dessa indisciplina, desse abandono perpétuo ou dessa traição que falam os críticos dos movimentos ativistas recentes. Obedeçam às regras do jogo democrático! Organizem-se! Tomem forma! Palavras de ordem da moderna ordem do Estado. Não percebem que é outra a ideia que anima essa potência ativista. Tanto normal já que "essa foi sempre uma das principais funções do Estado, que se propunha ao mesmo tempo vencer uma vagabundagem de bando, e um nomadismo de corpo" (DELEUZE e GUATARRI, 2004, Vol. V, p. 28).

Se para Clastres o Estado ainda aparece como um golpe contra o Estado, produzindo ainda uma naturalização (não um estado de natureza, mas um estado de naturalização do "contra o Estado", esse sim sempre socialmente produzido) que mantem a dualidade Estado vs. não-Estado; Deleuze e Guatarri propõem substituir essa dualidade por uma relação menos ontológica ou fixa: a relação entre exterioridade e interioridade.

O Estado torna-se, então, movimento do interiorizar e do aprisionar enquanto o contra Estado é a máquina de guerra que exterioriza. Essa exteriorização como processo apreende-se em duas direções distintas no debate teórico que vai ganhando corpo a partir dos anos 70.

A primeira é a das grandes máquinas mundiais que não se igualam às relações internacionais. Exemplos são as grandes corporações ou mesmo as grandes religiões. No grupo de autores que trabalham nessa perspectiva encontramos, por exemplo, Antônio Negri e Michel Hardt (2001). Surge aqui uma formulação de exteriorização do Estado que traz repercussões na lógica da territorialização inerente à forma-Estado.

A segunda diz respeito aos bandos, tribalismos, grupos marginais, minorias; movimentos exteriores que afirmam o contra Estado a partir de uma perspectiva local, chave que podemos identificar com a ideia de tribalismo ou de neoprimitivismo de McLuhan e de Maffesoli[60].

Nesse ponto, parece que a distância que tomamos do nosso campo de estudos é grande, o que nos obriga a outra pontuação que situe e construa o elo necessário entre a organização teórica proposta e o momento analisado. Para isso poderemos recorrer a um movimento que coloca em xeque as funções mais essenciais do Estado, a soberaniza na gestão de sua moeda[61]. O movimento é o projeto Bitcoin.

Em 2009 é desenvolvida uma moeda virtual chamada de BitCoin[62]. Seu projeto é o de uma moeda que não possui emissão centralizada, ou seja, nenhum banco central (FED, BCE ou BC, por exemplo) tem controle sobre o processo de emissão e circulação da moeda. Sua emissão é produzida através dos computadores de usuários desse sistema ao redor do mundo e que podem realizar transações envolvendo produtos e serviços sem utilizar a moedas de

---

[60] Deleuze e Guatarri tratam explicitamente de McLuhan e de Negri nessas duas chaves, a identificação de Maffesoli é nossa.

[61] O longo debate sobre Estado, moeda e soberania está em um momento rico propiciado pelos últimos acontecimentos na Europa da zona do Euro. Acreditamos, porém, que não seria prudente entrar nesse campo sem um amplo espaço, que não dispomos, para organizar tal debate e modular os pontos que a nós interessam.

[62] http://pt.wikipedia.org/wiki/Bitcoin - Consultado em 02 de Julho de 2011

http://www.bitcoin.org/ - Consultado em 07 de Julho de 2011

.

quaisquer Estados para essa operação. Sua taxa de inflação é controlada e previsível ao longo do tempo, e sua aceitação é global[63].

Esse é um exemplo instigante de algo que se insinua como exterioridade contra os processos de interiorização do Estado. As redes digitais organizam uma forma de circulação de mercadorias que carrega em si a potência de exterioridade, atingindo diretamente o coração das funções estatais. Não está mais assegurado o conjunto, um território, uma moeda, um povo bem como todos os seus corolários.

A constituição hibrida de espaços informativos mundiais entre redes naturais e tecno-humanas reafirma o direcionamento da ação dessa nova política que rompe as divisões entre sujeito e objeto, entre natureza e poder, uma concepção que não quer permitir tais fraturas no seu interno porque entende o potencial coercitivo que elas representam:

> "Está aqui a proposta e um dos significados atribuídos à noção de habitar atópico, que exprime a interação de uma espacialidade inteligente que envolve ecossistemas comunicativos e informativos e que não só problematizam a ação no território, mas proporcionam novos sentidos e percepções transorgânicas para o modo de estar e para o próprio significado de democracia na contemporaneidade, numa perspectiva não mais antropocêntrica, mas ecossistêmica." (Di FELICE, 2009, p. 121).

Se a política ameríndia nos lembra de que a chefia dotada de poder coercitivo se volta contra nós, instituída no Estado, o debate nos espaços informativos desterritorializados lembra-nos que igual risco de poder está presente nas fraturas entre a humanidade (e suas derivações conceituais pós renascentistas) de um lado e a natureza e a técnica do outro. Só que nessa fratura o poder que durante séculos julgou-se estar no polo humano, volta-se contra nós e exige o fim desse poder em separado, sob pena de nada mais restar para se separar.

---

[63] Mais detalhas sobre a proposta BitCoin podem ser vistas no capítulo IV.

A política do ativismo em rede descarta, dessa forma, uma institucionalização comportada sempre que se alteram as Estruturas de Oportunidade Políticas (McAdam, Tarrow e Tilly, 2001) Se nossas afirmações procedem, então, devemos avançar aqui também na crítica da *Teoria do Processo Político* na sua insistência em não enxergar uma profunda mudança na lógica pela qual operam os novos movimentos net-ativistas.

Tilly acredita que devemos esquecer a fronteira entre politica institucional e mobilizações coletivas, pois, os diversos agentes migram de uma forma para outra dada a *Estrutura de Oportunidades* de cada momento. As questões que colocamos são justamente as de que a política institucional é oposição fundante dos processos maquínicos que articulam as mobilizações contemporâneas. De fato só podemos manter a lógica da Teoria do Processo Político colocando uma tensão evidente entre os novos movimentos e as velhas estruturas[64], e não enquadrando tais movimentos em práticas e valores que nunca foram seus.

Com isso, Clastres e seus leitores parecem nos entregar uma proposta de leitura da ação política no século XXI diametralmente oposta àquela que vivenciamos no século anterior. Ao final do século XX chegava ao fim o litígio entre capitalismo e comunismo, com a queda do muro de Berlin e a dissolução da união soviética, além de uma aparente vitória do primeiro; com isso, espraia-se pela quase totalidade do ocidente a doutrina neoliberal. No entanto, com a crise deflagrada em 2009, parece que o neoliberalismo encontra sua Nêmese, os movimentos net-ativistas que encarnam o contra Estado.

Se o neoliberalismo trata de uma profunda reorganização da política com base em um projeto de economia de mercado que recoloca o poder e a coerção em outras bases; o contra Estado apresenta uma profunda

---

[64] Nada disso impede que um movimento venha a ser cooptado pela forma-Estado e suas derivações. Lembramos que a chave de leitura que nos trouxeram Deleuze e Guatarri foi justamente pensar os termos como agenciamentos e não como identidades deste ou daquele grupo.

reorganização da economia com base em uma política que quer destituir todo foco de poder e coerção que insista em existir separado da sociedade.

5. Conclusão

Nesse trabalho tentamos abordar a forma como a mobilização e a ação coletiva apresentam mutações profundas na interação com os novos ambientes digitais. Nossa intenção foi produzir uma interpretação que tivesse entre os objetivos centrais o diálogo franco e transdisciplinar. Nunca imaginamos possível que a comunicação, a sociologia ou qualquer outra disciplina dessem conta de produzir explicações contundentes sobre a complexa realidade que nos cerca.

Procuramos mostrar como a complexidade dinâmica que envolve as redes digitais, os territórios e os indivíduos pode ser compreendida a partir de uma narrativa que pensa todos esses elementos como coparticipes e com potencial de transformação na nossa vida cotidiana.

A partir desse contexto pudemos construir um mapa dos eventos de net-ativismo que julgamos serem capazes de apoiar o desenvolvimento de nossa pequena contribuição no debate sobre a ação coletiva.

Ao realizar essa operação nos sentimos aptos em expressar uma interpretação a respeito das interações entre as formas de organização, mobilização e ação coletivas presentes na modernidade - as quais têm no Estado seu centro de gravidade - e aquelas animadas pela concepção reticular da realidade social que se desenvolvem nas ultimas décadas.

Nesse percurso, que nunca teve pretensão de ser único ou definitivo, apresentamos uma oposição fundamental entre o Estado moderno, entendido como tecnologia e sistema técnico pelo qual se exerce a gestão dos territórios e populações, e as novas arquiteturas reticulares, que se apresentam como linhas de força que tensionam o Estado e os seus diversos subprodutos na modernidade, partidos, sindicatos, burocracia, eleições representativas, entre tantos outros.

Para isso dividimos as ações coletivas em dois grupos que mostraram o desenvolvimento de nossas hipóteses. De um lado tratamos de pensar nas ações que capturavam funções antes absorvidas pelo Estado. Aqui ressaltamos como a economia, o território, a população e as relações entre esses elementos, mediada e controlada até então pelo Estado, começam a migrar para sistemas digitais, descentralizados, e como esse tipo de ação é desenvolvida tratando o Estado com indiferença, ignorando-o. Apesar dessa indiferença vimos que para os Estados essas novas formas de ação coletiva colocam problemas com os quais os atores estatais nunca haviam lidado.

Nossa segunda hipótese pode ser evidenciada ao debater as ações coletivas que aparecem para o senso comum mais próximas da ação política: as manifestações, os protestos, os *occupy´s,* entre outros. Neles tentamos desmistificar concepções que os tratavam como movimentos menores, ou sem orientação. Tentamos demostrar que onde a política tradicional via fragilidade, os manifestantes encontravam sua força, e dai emanavam sua direção ao novo: os movimentos encarnavam a perspectiva do *contra-Estado* clastriana. Tais movimentos possuíam uma recusa pelo poder coercitivo e pelo Estado com seus corolários; viam nas redes digitais uma forma de deslocar a coerção e o poder dos Estados nacionais e instituir uma nova forma de politica que assombra a esquerda e a direita tradicional.

Temos que deixar claro que nossa separação foi para fins didáticos e que as inter-relações entre as duas forças de ação coletiva são infinitas. A rede que de fato dá sentido para a nova política em contextos reticulares é aquela formada pela interação entre movimentos que alcançam funções que antes eram organizadas pelo Estado e mobilizações que o confrontam, colocando em cheque sua legitimidade como agente privilegiado de organização da vida social.

Lacunas e aberturas

Parece projeto sem futuro pensar na política ainda pela lógica do Estado? Parte da leitura foucaultiana sobre o poder, principalmente Vigiar e Punir (2004) parece ter relegado as análises do Estado e sua influência ao segundo plano. No entanto, como disse Foucault “ainda não cortamos a cabeça do Rei” (FOUCAULT, 2008). Temos que retomar a crítica ao Estado sob o risco de não entender que é justamente sobre o signo do conflito com a tecno-burocracia estatal que se pode entender as redes digitais, suas ações apresentam vontade de superação do Estado como mediação privilegiada da vida social e, nesse quadro, também uma superação da política por ele operada. Se Weber (2004) escreveu sobre o surgimento de uma burocracia estatal que teve papel importante na formação da modernidade, cabe agora mostrar a sua desconstrução histórica e sua reorganização em um ambiente tecnológico oposto àquele que entende a ação política enraizada no Estado.

Não nos afiliamos com ufanismos de nenhum tipo. As organizações reticulares da ação coletiva não produzirão uma paz perpétua simplesmente porque deslocam a mediação e a coerção do Estado. Opera outra racionalidade que desenvolve outra forma de relações sociais, as quais também produzirão, ao seu tempo, seus próprios conflitos.

Tentamos a todo tempo deixar claro que essa foi uma chave para a leitura que se abre para o divergente e para o contraditório. Nunca pretendeu além de um pensamento fraco e não deve ser visto fora dessa leitura. Foram as possibilidades de leitura que sempre animaram esse trabalho. Sua transição da qualificação para a dissertação foi qualitativamente intensa e isso pode ter causado ruídos. Com isso, não queremos jogar culpa nenhuma para o leitor, que não tenha nos compreendido. Se de fato existiu ruído ele está antes, e ainda latente, nos pensamentos que escrevem esse texto muito mais do que na leitura de vocês. Contudo, sintam-se à vontade para produzir os próprios ruídos a partir dessa breve leitura.

Por fim, uma última lacuna que a nós pareceu clara é a relação do universo da política, da mobilização, da ação coletiva com a rede de redes composta pelas novas dinâmicas ecológicas, de consumo, de produção, de

ensino, etc., etc... Para essa lacuna a resposta terá que ser maior que essa dissertação. Envolverá um caminho de pesquisa que pode se desenrolar por muitos anos. Abracemos então também essa lacuna, junto com todas aquelas que sempre teremos.

6. Referências Bibliográficas

ADORNO, T. W. e HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**: Fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

ALEXANDER, J. **From the depths of despair: performance, conterperformance and 'September 11**. In Alexander, C., Bernhard, G. and Jason, L. ***Social Performance: Symbolic Action, Cultural Pragmatics and Ritual***. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

ALONSO, A. **Teorias dos movimentos sociais: balanço do debate.** Lua Nova, n.º 75. 2009

AMADEU, S. **Arquiteturas em disputa: ativistas P2P e a indústria da intermediação**. Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación www.eptic.com.br, vol. XI, n. 1, enero – abril / 2009

_____. "Ciberativismo". In Correio Brasiliense, **Caderno Pensar**, 15 de novembro de 2003.

ARENDT, H. **A condição humana.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

BALDINI, M. **Storia della comunicazione**. Roma: Tascabili Economici Newton, 1995.

BARABÁSI, A. L. **Linked.** How Everything is Connected to Everything else and What it means for Business, Science and Everyday Life. Cambridge: Plume, 2003.

BARBERO, J. M. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

BATESON, G. **Mind and nature: a necessary unity.** London: Flamingo, 1985.

BAUDRILLARD, J. **Simulacros e simulações.** Relógio d'água, 1991.

_____. **A ilusão do fim ou a greve dos acontecimentos.** Lisboa: Terramar, 1992.

_____. **A arte da desaparição**. Rio de Janeiro, ed. UFRJ, 1997.

_____. **Tela Total,** S. Paulo, Ed. Sulinas, 2005

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

_____. **O mal-estar na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar,1998.

BEY, H. **Taz**. S. Paulo, Editora Conrad, 2002

BENJAMIN, W. **A obra de arte na época da sua reprodutibilidade técnica**, in Lima, L. Costa (org.) **Teorias da cultura de massa**. S. Paulo, Ed. Saga, 1982

BOURDIEU, P. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

BRIGGS, A & BURKE, P. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2004.

CASTELLS, M. **Problemas de investigações em sociologia.** Portugal: Presença, 1979.

_____. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **O poder da identidade.** (A era da informação: economia, sociedade e cultura). v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2002b.

_____. **A Galáxia da Internet:** reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **Comunication Power.** Oxford: Oxford Univ. Press., 2009.

CLASTRES, P. **A sociedade contra o Estado.** São Paulo: Cosac Naify, 2003.

_____. **Arqueologia da Violência.** São Paulo: Cosac Naify, 2004.

DA COSTA, R. **Sociedade de Controle.** São Paulo em Perspectiva, n.º 18(1): 161-167, 2004

DE KERCKHOVE, D. **A pele da cultura,** São Paulo: Annablume, 2009.

DELEUZE, G. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 2008.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. **Mil Platôs.** Vol. I e Vol. V. São Paulo: Editora 34, 2004.

_____. **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia.** São Paulo: Editora 34, 2010.

DI CORINTO, A. e TOZZI, T. **Hacktivism –** La libertà nelle maglie della rete. Roma: Manifestolibri, 2002.

DI FELICE, M. **Paisagens pós-urbanas:** o fim da experiência urbana e as formas comunicativas do habitar. São Paulo: Annablume, 2009a.

_____. (Org.) **Pos-humano: a crise do humanismo na época das redes** . São Caetano do sul. Ed. Difusão, 2009b

_____. (Org.). **Do Publico para as redes**. São Caetano do Sul. Ed. Difusão, 2008

_____. **Sociabilidades transorganicas e sentires alem do humano**: em PERNIOLA M. **O Sex Appeal do Inorgânico,** S. Paulo, Studio Nobel, 2005.

DI FELICE, M. & MUNOZ, C. **A revolução invencível**. Subcomandante Marcos e o EZLN. São Paulo: Boitempo, 1998.

DURKHEIM, E. **Lições de Sociologia.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **As Formas Elementares da Vida Religiosa.** São Paulo. Martins Editora, 2003.

_____. **As Regras do Método Sociológico.** São Paulo. Martins Editora, 2007.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994.

EMIRBAYER, M. **Manifest for a Relational Sociology.** The American Journal of. Sociology, Vol. 103, n.º 2, pp. 281-317, 1997.

EMIRBAYER, M; GOODWIN, J. **Network Analysis, Culture and the Problem of Agency.** American Journal of Sociology, p. 1411-1455, 1994.

EMIRBAYER, M; MISCHE, A. **What Is Agency?** The American Journal of Sociology, Vol. 103, No. 4, p. 962-1023, 1998.

FOULCAUT, M. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão**.** Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

_____. **Segurança, Território e População.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FLUSSER, V. **O Mundo Codificado**. São Paulo: Cosac Naify,2007.

HABERMAS, J. **Teoria de la acción comunicativa I** - Racionalidad de la acción y racionalización social . Madri: Taurus, 1987.

_____. **New social movements**. Telos, New York, n.º 49, 1981.

_____. **Mudança Estrutural da esfera pública.** Biblioteca Tempo Universitário. Rio de Janeiro, 1984.

HARDT, M. e NEGRI, A. **Império.** São Paulo: Record, 2001.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HEIDEGGER, M., "Construir, habitar, pensar", in **Ensaios e Conferencias**, S. Paulo, ed Vozes, 2002.

HIMANEN.P. A ética dos Hackers. Rio de Janeiro, Ed. Camus, 2001.

Jasper, J. **Cultural Approaches in the sociology of social movements**. In Roggeband, C. e Klandermans, B. (orgs) Handbook of social movement across disciplines. Springer. 2006.

KEINERT , F. C. **A Questão do social em Hannah Arendt**. In: Teoria & Pesquisa, Vol. Xvi – Nº 01 - Jan./Jun. de 2007, pp. 199-214.

LAKATOS, E. M. **Sociologia geral.** São Paulo: Atlas, 1991.

LAMONT, M; WUTHNOW, R. **Betwixt and Between:** Recent Cultural Sociology in Europe and the United States, in RITZER, G (ed.), **Frontiers of Social Theory:** The New Syntheses New York: Columbia University Press, 1999.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos:** ensaio de uma antropologia simétrica. São Paulo: Editora 34, 1994.

_____. **Ciência em ação –** como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

LEMOS, A. **Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea.** Porto Alegre: Sulina, 2002.

LÉVY, P. **O que é o virtual**. S. Paulo, Editora 34, 1997.

_____. **As tecnologias da inteligência**. S. Paulo, Editora 34, 1995.

_____. **Cibercultura**. S. Paulo, Editora 34. 1993.

_____. **Ciberdemocracia**. Lisboa, instituto Piaget, 2004.

LÖWY, M. **Sobre o conceito de "afinidade eletiva" em Max Weber.** PLURAL, Revista do Programa de Pós−Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.17.2, pp.129−142, 2011.

LYOTARD, J. **A condição pós-moderna.** Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

MARCONDES FILHO, C. **O escavador de silêncios:** formas de construir e de desconstruir sentidos na comunicação**.** São Paulo: Paulus, 2004.

MATTELART, A. e M.. **História das teorias da comunicação.** São Paulo: Ed. Loyola, 1999.

MCADAM, D. **Social movements and networks**. Relational approaches to collective action. Oxford Univ. Press, 1982

MCADAM, D.; TARROW, S; TILLY, C. **Dynamics of contention.** New York: Cambridge University Press, 2001.

MCCARTHY, J. D. e ZALD, M. N. **Resource mobilization and social movements: a partial theory**. American Journal of Sociology, v.82, n. 6, 1977.

MCCAUGHEY, M. & AYERS, M. D. **Cyberactivism:** Online Activism In Theory And Practice. EUA: Routledge, 2003.

MCLUHAN, M.. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. S. Paulo, Cultrix, 1969.

_____. **A galáxia de Gutenberg.** São Paulo: Edusp, 1972.

MCLUHAN, M; MCLUHAN, E. **Laws of Media:** The New Science. Toronto: University of Toronto, 1988.

MELUCCI, A. **Challenging Codes**: Collective action in the information age. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MISCHE, A. **Relational sociology, culture and agency.** In: SCOTT, J; CARRINGTON, P. (ed.). **Handbook of social network analysis.** Sage, 2011.

MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo.** Porto Alegre: Sulina, 2011

PARSONS, T. e SHILS, E. A. **Hacia una teoría general de la acción.** Buenos Aires: Editorial Kapelusz, 1971

PASSETTI, E. **Sociedade de Controle e Política.** In: TRIVINHO, E. (org). **Flagelos e Horizontes do Mundo em rede:** política, estética e pensamento à sombra do pós-humano. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PASSY, F. **Social Networks matter, but how?** In DIANI, M. e MCADAM, D. (ed.) **Social movements and networks. Relational approaches to collective action.** Oxford: Oxford Univ. Press, 2003.

PERNIOLA, M. **O Sex Appeal do Inorgânico**. São Paulo: Studio Nobel, 2005.

_____. **Miracoli e traumi della comunicazione**. Roma: Giulio Einaudi, 2009.

RECUERO, R. **Redes sociais na Internet.** Porto Alegre: Editora Sulina, 2009.

ROBERTSON, R. **Globalization: Social Theory and Global Culture.** Sage Publications, London, 1992.

SAHLINS, M. **Cultura na Prática.** Rio de Janeiro: UFRJ Editora, 2004.

SANTAELLA, L. **Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura**. São Paulo: Paulus, 2003.

_____. **Linguagens liquidas na era da mobilidades**, S. Paulo, Paulus, 2007

_____. **Navegar no ciberespaço** - o perfil cognitivo do leitor imersivo. São Paulo: Paulus, 2004.

SCHWARTZ, Ed. **NetActivism:** How Citizens Use the Internet. O'Reilly, 1996

SENELLART, M. **As artes de governar:** do *regimen* medieval ao conceito de governo. São Paulo: Editora 34, 2006.

SENNET, R. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade.** São Paulo: Cia das Letras, 1988.

SERRES, M. **Filosofia mestiça**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

SIMMEL, G. **Questões Fundamentais de Sociologia.** Rio de janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

SNOW, A. e BENFORD, R. **Ideology, frame resonance and participant mobilization,** in: **International Social Movement Research.** v. 1, 1988.

SODRÉ, M.. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação.** Petrópolis: Vozes, 2008.

TARROW, S. **Poder em movimento**: Movimentos sociais e confronto político. Ed. Vozes. 2009.

TOURAINE, A. **Os novos conflitos sociais. Para evitar mal-entendidos**. Lua Nova, n.º 17, junho, 1989, p. 5-18.

TRIVINHO, E. **Introdução à dromocracia cibercultural:** contextualização sociodromológica da violência invisível da técnica e da civilização mediática avançada. Revista FAMECOS, Porto Alegre, nº 28, dezembro 2005

VATTIMO, G.. **A sociedade transparente**. Lisboa: Relógio d´agua, 1992

_____. **O fim da modernidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Vernant J.P. **As origens do pensamento grego**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1996.

VIRILIO, P. **O espaço crítico e as perspectivas do tempo real.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

WALLERSTEIN, I. **O Fim do Mundo Como Concebemos.** São Paulo: Revan, 2003.

WEBER, M. **Economia e sociedade:** fundamentos da Sociologia Compreensiva. Vol.1. 4a ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

_____ . **A Ética Protestante e o "Espírito" do Capitalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação de Massa.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

ZALD, M. **Looking Backward to Look Forward. Reflections on the Past and Future of the Resource Mobilization Research Program**. In MORRIS, A. D. e MULLER, C. M., **Frontiers in Social Movement Theory.** New Haven: Yale University Press, 1992.

ZIELINSKI, S. **Arqueologia da mídia.** São Paulo: Annablume, 2006.